



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PRISCILA TEREZINHA APARECIDA MACHADO

**CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE TEMPORAL DE 2007 A 2015**

PRISCILA TEREZINHA APARECIDA MACHADO

**CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE TEMPORAL DE 2007 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Machado, Priscila Terezinha Aparecida.

Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná: : uma análise temporal de 2007 a 2015 / Priscila Terezinha Aparecida Machado. - Londrina, 2016.
136 f.

Orientador: Luís Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Capitalismo - Teses. 2. Economia Solidária - Teses. 3. Centro Público de Economia Solidária - Teses. I. Luzio dos Santos, Luís Miguel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

PRISCILA TEREZINHA APARECIDA MACHADO

**CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO
PARANÁ:**

UMA ANÁLISE TEMPORAL DE 2007 A 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de abril de 2016.

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares e ao meu orientador que pacientemente me orientou durante todo o meu percurso.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não consiste apenas em páginas escritas. Ela exprime momentos de abdicação, de dedicação, de reflexão e de muito aprendizado. Neste período ocorreram inúmeras mudanças em todos os sentidos, mas a perseverança prevaleceu. Por isso sigo o meu caminho sabendo que novas trilhas virão e bravamente irei enfrentá-las.

A minha gratidão a Deus, que de alguma forma me sustentou durante meu trajeto. Por mais árduo que foi o caminho, tive a experiência de viver na fé, acreditando que dias melhores estavam por vir.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos não só pela constante orientação deste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade. Com você aprendi a olhar o mundo por uma outra esfera. Suas palavras me encorajam e me fazem acreditar num mundo melhor.

A minha família, por compreender meus momentos de ausência e por me apoiar nas minhas decisões. Minha mãe, Maria Aparecida Soncela Machado, em especial, que pacientemente entendia meus horários de estudo e minha rotina diferenciada. Obrigada por tornar tudo mais leve.

Ao meu eterno namorado Erick; sua compreensão foi essencial neste período. Jamais esquecerei a sua parceria e todas as benevolências que fez por mim. Obrigado por me ajudar dando palavras de incentivo e por estar comigo em todos os momentos.

Aos membros da banca, por terem aceitado meu convite e por colaborem na construção do processo de aprendizado. Prof. Dr. Ronaldo Baltar, quando o convidei, prontamente se colocou à disposição; sua disciplina foi imprescindível na minha dissertação. Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra, foi um prazer ser sua aluna, a você meu respeito e admiração.

Aos professores do PPGA-UEL, que se dedicam e se empenham ao máximo, vocês se tornaram fonte de inspiração.

Ao Francisco Carlos Navarro, da secretária, que sempre educadamente me auxiliou.

A CAPES, pela bolsa concedida, o que me permitiu dedicar-me integralmente à realização do mestrado.

A todos os integrantes do Programa Municipal de Economia Solidária, do Centro Público de Economia Solidária e dos empreendimentos dos municípios de Londrina e de São José dos Pinhais, por me receberem tão bem e por deixarem as portas sempre abertas.

Aos entrevistados de forma particular, obrigada por gentilmente terem

aceitado o meu convite para fazer parte desta pesquisa. Tive o prazer de passar algumas horas com vocês, de conhecer a realidade que está sendo construída em cada município. Por mais árduo que seja o caminho, não desistam, vocês são exemplos de coragem e perseverança frente à Economia Solidária.

Minha amiga querida Jéssica Pereira de Mello, obrigada por sempre estarmos juntas e por compartilhar não apenas o mesmo orientador, mas também participação em eventos, trabalhos e muitas alegrias. Deixo expresso a minha admiração e a minha torcida por ti. Que em minha vida nunca falem pessoas como você.

Aos colegas de curso, que sempre estavam prontos em me auxiliar. Foram momentos especiais, de união, de fortalecimento e de sucesso. A conquista de um, simboliza a vitória de todos.

A todos vocês, deixo a minha gratidão!

“A razão pela qual pareço otimista é porque acho que se pode mudar o destino, acredito na mudança humana” (Amartya Sen).

MACHADO, Priscila Terezinha Aparecida. **Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná: uma análise temporal de 2007 a 2015**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Em um contexto socioeconômico em que o capitalismo radicaliza na busca pela maximização do lucro, as desigualdades sociais foram acentuadas e as relações sociais se enfraqueceram, além de a destruição ambiental atingir níveis calamitosos. Diante disso, buscam-se alternativas que consigam obstaculizar os avanços desenfreados do modelo hegemônico, amparadas em ideais de cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Entre as alternativas emergentes, a Economia Solidária se destaca ao propor um modelo organizacional que se propõe a ser mais justo, democrático e que aponta para formas de sociabilidade mais ricas e consistentes. Como forma de empoderamento desse tipo de iniciativa foi criado o espaço físico do Centro Público de Economia Solidária com o intuito de estimular e fomentar os empreendimentos econômicos solidários por meio de articulações, discussões, trocas e experiências e, principalmente, a comercialização. A partir disso, este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos Centros Públicos de Economia Solidária e a sua continuidade no estado do Paraná. Utilizou-se nos procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa, uma vez que se busca analisar em profundidade os Centros Públicos do Paraná. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, pois tem o intuito de relatar os fatos como realmente são e, ainda, a sua exploração é necessária, pois não há categorias pré-estabelecidas, visto que a temática ainda é incipiente no país. Quanto aos instrumentos de coleta, foi utilizado a entrevista semiestruturada com seis pessoas que possuem vínculo com a Economia Solidária nos municípios estudados: Londrina e São José dos Pinhais. Permitindo assim, adequar o instrumento de coleta de acordo com a necessidade de cada entrevistado. Por fim, a análise por categoria foi necessária para que, juntamente com a fundamentação teórica, pudesse responder aos objetivos específicos traçados. Como resultados da pesquisa, pode-se dizer que os Centros Públicos de Economia Solidária atuam como uma estratégia utilizada pelo Estado para fomentar e estimular os empreendimentos econômicos solidários que ali estão. Características como autogestão e emancipação acabam sendo negligenciadas por valores subjetivos e forte dependência ao poder público, sendo que as alterações no discurso foram percebidas no decorrer do tempo e servem como forma de justificar o elo de permanência e baixo rendimento econômico dos grupos. Faz-se importante uma disseminação das práticas entre as unidades de análise deste estudo, a fim de que os entraves e os erros sirvam de exemplo, evitando cometê-los futuramente. Da mesma forma, as conquistas devem ser disseminadas a ponto de haver sua multiplicação.

Palavras-chave: Capitalismo. Economia solidária. Centro público de economia solidária.

MACHADO, Priscila Terezinha Aparecida. **Public Centers of Solidarity Economy in the state of Paraná**: a temporal analysis of 2007 to 2015. 2016. 136p. Dissertation (Master's degree in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

In a socio-economic context in which capitalism radicalizes itself in the pursuit of profit maximization, social inequalities were accentuated, social relations have been weakened, and environmental destruction has achieved alarming levels. In light of this, society seeks alternatives that may obstruct the progress of the rampant hegemonic model, supported by ideals of cooperation, solidarity and sustainability. Among the emerging alternatives, the Solidarity Economy stands out by proposing an organizational model that aims to be more just, fair and democratic and pointing to richer and more consistent forms of sociability. As a way of empowering this type of initiative, local government created the physical space of the Public Center for Solidarity Economy in order to encourage and foster the solidarity economic enterprises through associations, discussions, experience exchange and, in particular, trading. Thus, this study aimed to analyze the actions of the Solidarity Economy Public Centers and its continuity in the state of Paraná. Author utilizes the methodological procedures of the qualitative research, since the study seeks to analyze the Public Centers of Paraná in depth. The research is characterized as descriptive and exploratory, since it intends to report the facts as they really are and also because exploration is still necessary as there are no pre-set categories, given that this topic is still incipient in the country. As for the collection instruments, semi-structured interviews were realized with six people who have ties to Solidarity Economy in the cities studied: Londrina and São José dos Pinhais. This allowed the author to adapt the collection instrument according to the needs of each respondent. Finally, a category analysis was necessary so that, alongside with the theoretical fundamentals, study would be able to achieve the specific objectives. As a result of the research, it can be said that the Public Centers for Solidarity Economy act as a government strategy used to promote and encourage solidarity economy enterprises that already exist. Features such as self-management and emancipation end up being neglected by subjective values and strong dependence on the government. Changes in the discourses were noted over time and serve as a way to justify the link of permanence and low income of the groups. It is important that practices are spread among the units of analysis of this study, so that obstacles and errors may serve as examples. Similarly, the improvements must be disseminated and multiplied.

Keywords: Capitalism. Solidarity Economy. Public Center for Solidarity Economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ideias: Antigo e Novo-Desenvolvimento e Ortodoxia Liberal.....	48
Quadro 2 – Entrevista: Principais características	65
Quadro 3 – Síntese da estratégia de pesquisa.....	69
Quadro 4 – Similaridades	107
Quadro 5 – Disparidades	108

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
CF	Constituição Federal
CG	Conselho de Gestão
CMES	Conselho Municipal de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODEL	Instituto de Desenvolvimento de Londrina
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CPES	Centro Público de Economia Solidária
DEM	Partido dos Democratas
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desempenho Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JK	Juscelino Kubitschek
MCC	Mondragón Corporación Cooperativa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAPPS	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PBF	Programa Bolsa Família
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto

PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMES	Programa Municipal de Economia Solidária
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Políticas Públicas
PPES	Política Pública de Economia Solidária
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEDS	Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SETS	Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SM	Salário Mínimo
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVO GERAL	16
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3	RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA.....	17
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E AS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO	20
2.1.1	Principais Modelos de Organizações Alternativas.....	24
2.1.1.1	Cooperativismo	25
2.1.1.2	Economia solidária.....	30
2.1.1.2.1	<i>Múltiplos conceitos</i>	32
2.1.1.2.2	<i>O caminho percorrido pela economia solidária no Brasil</i>	35
2.1.1.2.3	<i>Economia solidária em dados</i>	39
2.3	O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DE SOCIOECONOMIA.....	44
2.3.1	Atuação do Estado na Economia Solidária	50
2.4	CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALIANÇA ENTRE O ESTADO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	54
2.5	DEFINIÇÕES DE PESQUISA CONSTITUTIVA E OPERACIONAL	59
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	61
3.2	COLETA DE DADOS	62
3.2.1	Unidade de Análise	62
3.2.2	Instrumentos de Coleta de Dados.....	64
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	66
3.4	LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	68
3.5	SÍNTESE DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA	68
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
4.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	71

4.1.1	Londrina	71
4.1.2	São José dos Pinhais.....	73
4.2	PROCESSO HISTÓRICO	77
4.2.1	Londrina	77
4.2.2	São José dos Pinhais.....	84
4.3	ENTRAVES E IMPULSOS	92
4.4	GOVERNO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	100
4.5	SIMILARIDADES E DISPARIDADES.....	107
4.6	DISCURSO NO TEMPO	110
4.7	EXPECTATIVAS E REALIDADE.....	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICES	133
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista - Centro Público de Economia Solidária (Londrina e São José dos Pinhais – Paraná).....	134
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista – Ex-Secretário da SETS.....	135
	APÊNDICE C - Termo de Consentimento de Pesquisa	136

1 INTRODUÇÃO

O contexto socioeconômico atual está repleto de contradições, boa parte das quais alimentadas pelos modelos organizacionais tradicionais, que seguem a lógica das empresas capitalistas apoiadas exclusivamente na maximização do lucro, o que resulta em um processo de concentração econômica sem igual, crise ambiental e empobrecimento da sociabilidade (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003). Wood (2001) afirma que as contradições do capitalismo estão cada vez mais perceptíveis, tornando praticamente impossível um capitalismo humano, democrático e ecologicamente sustentável dentro das premissas que estabelecem a maximização do capital a qualquer preço.

Em busca de alternativas (no plural) ao modelo tradicional de empresa capitalista, Sousa Santos e Rodríguez (2003) propõem modelos coletivistas diversificados, tais como as cooperativas, empreendimentos de economia solidária, o associativismo, as economias populares e um desenvolvimento alternativo na periferia e semiperiferia a partir de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), programas de apoio, bancos comunitários, entre outros. Não há modelos perfeitos, mas, antes, a abertura para a convivência entre múltiplas e variadas alternativas, o que abre espaço para a experimentação e para o confronto de ideias.

Uma dessas alternativas é conhecida por Economia Solidária (ES), composta por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que se baseiam em valores como cooperação, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade, surgindo como uma via de desenvolvimento sustentável centrada na geração de trabalho e distribuição de renda em bases coletivistas e alinhadas com a preservação ambiental (SINGER, 2002). Os modelos de ES idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária e partem do princípio de que a potencialidade pode ser gerada a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade, em vez da competição e do individualismo. As iniciativas de ES buscam construir alternativas socioeconômicas sustentáveis que consigam integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário (LUZIO-DOS-SANTOS; BORINELLI, 2010).

Os EES vêm sendo promovidos por meio de políticas públicas endossadas pelo Estado através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que surgiu em 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores

(PT). Vale destacar que iniciativas como esta, fazia-se presente no programa do governo do PT, uma vez que tinham como uma das suas diretrizes a diminuição da desigualdade social e melhora de vida da população. Nesse contexto, a intervenção do Estado novo-desenvolvimentista torna-se primordial, por fortalecer e estimular os empreendimentos. Bresser-Pereira (1998) afirma que, nesse tipo de Estado, o cidadão tem que ser o ponto central e que sua participação democrática deve ser efetiva, evitando atos burocráticos e engaiolamentos políticos.

A SENAES, por sua vez, começou a estimular estratégias como a do Centro Público de Economia Solidária (CPES), que é um espaço físico multifuncional criado para fomentar os EES e auxiliá-los na formação, discussão, reflexão, aproximação das pessoas e na comercialização dos produtos. Esses CPES estão espalhados por vários lugares do Brasil. O Paraná atualmente possui dois CPES, que surgiram como uma das estratégias de expansão da ES a partir de parcerias com órgãos públicos e configuram-se como um dos principais programas de empoderamento da ES em âmbito municipal e regional, propondo-se a contribuir para a inclusão social e combate à pobreza a partir de um modelo coletivista (SENAES, 2012).

A presente pesquisa procurou mapear a totalidade de unidades do CPES em atuação no estado do Paraná, o que conduziu aos dois Centros Públicos, um no município de Londrina (inaugurado em 2007) e outro em São José de Pinhais (inaugurado em 2011). A escolha pelo estado do Paraná se deve a sua importância no âmbito nacional. Ele foi um dos primeiros estados do país a fomentar a ES e desde as décadas de 1980 e 1990, os trabalhadores vêm se organizando coletivamente para alcançar uma melhora no padrão de vida da sociedade. Todavia, foi só em 2003, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), que se incorporou no estado o Programa de Economia Solidária, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da ES como forma de geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (ZAZULA BEATRIZ, 2007).

O município de Londrina tem uma importância particular por ser um dos pioneiros a implantar a Política Pública de Economia Solidária (PPES), tornando-se referência para todo o país. Em 2005 implantou-se o Programa Municipal de Economia Solidária (PMES), resultado de um trabalho desencadeado em 2003 por meio do Programa “Londrina Fome Zero”. Destaca-se ainda que, em 2004, o município assinou um convênio com o governo federal para a construção de um CPES, ocorrendo a sua inauguração oficial em 2007, e posteriormente, em 2008, foi sancionada a Lei Municipal de Economia Solidária (COSTA;

NISHIMURA, 2010). São José dos Pinhais tem a sua importância por ter sido o segundo município do estado a implantar o CPES, sendo que o PMES começou a ser elaborado em 2009; em agosto de 2010, o município já contava com a Lei Municipal da Economia Solidária, criando, em 2011, o CPES e seu decreto, que estabelece regras e procedimentos de funcionamento para o espaço de exposição, comercialização e formação dos Empreendimentos Solidários (BRASIL, 2011).

O presente estudo é justificado, de forma particular, o que permite um balanço de seus programas, ações e estratégias implementadas pela Senaes, entre as quais se destaca o Centro Público de Economia Solidária, como uma das principais estratégias de alavancamento desses empreendimentos. O período de pesquisa limitou-se ao ano de 2007, que foi escolhido justamente por ter ocorrido à inauguração de um dos CPES do Paraná (Londrina – 2007) tornando um marco consolidado. Sendo que a pesquisa traz todo um contexto anterior a essa data, para que ocorra um melhor entendimento do delineamento da ES. Perpassa por outro marco consolidado no ano de 2011 (construção dos CPES em São José dos Pinhais) E se estende até o ano de 2015, por ser o último ano integral de pesquisa referente à temática.

Estudos anteriores efetuados junto aos PMES e aos CPES limitaram-se a captar momentos específicos, sendo este estudo pioneiro na abrangência espacial (todo o Paraná) e temporal (2007-2015). (NISHIMURA, 2005; PROCHET, 2008; BORINELLI; LUZIO-DOS-SANTOS; PITAGUARI, 2010; COSTA; NISHIMURA, 2010; CRUZ; LUZIO-DOS-SANTOS, 2010; NISHIMURA; RIZZOTTI, 2010; SALVI *et al.*, 2011; BORINELLI *et al.*, 2012; HISAMITSU, 2013; MARTOS, 2013, LUIZÃO, 2013; OLIVEIRA; BEATRIZ, 2011; SILVA; SERAFIM, 2013; FIGUEIREDO; SANTOS, 2013; COSTA; ROSA, 2014; RIBEIRO; CASTRO, 2015). Diante disso, originou-se o problema de pesquisa: como tem sido a atuação e a continuidade dos Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná?

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a atuação dos Centros Públicos de Economia Solidária e a sua continuidade no estado do Paraná.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever o processo histórico de constituição do Centro Público de Economia Solidária nos municípios estudados;
- b) Verificar as dificuldades e/ou elementos facilitadores que ocorreram durante todo o processo;
- c) Entender a participação do Governo do estado do Paraná na atuação e continuidade desses Centros Públicos de Economia Solidária;
- d) Realizar um comparativo entre os Centros Públicos de Economia Solidária do Paraná, bem como suas alterações de discurso, confrontando as expectativas com a realidade atual.

1.3 RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA

Nota-se que a ES tem apresentado um avanço numérico expressivo nas pesquisas acadêmicas vinculadas aos programas de pós-graduação em todo o Brasil. Os dados da pesquisa de Oliveira e Zanin (2011) destacam que a primeira pesquisa de pós-graduação foi publicada em 1998 em nível de doutorado e, a partir dos anos 2000, houve um salto de produtividade significativo, que tem-se mantido constante até o momento atual.

Fez-se uma busca ampla por meio da expressão “Economia Solidária”, em quatro bancos de dados (IBICT, PERIÓDICOS CAPES, SPELL e WEB OF SCIENCE) entre os dias 24 e 25 de abril de 2015, abrangendo os títulos, resumo e palavras-chave do documento. No banco de dados do Ibiect, um mecanismo de busca que integra todos as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras que utilizam o sistema BDTD do Ibiect, foram encontrados 399 documentos (IBICT, 2015a); no Periódico CAPES, uma fonte para pesquisas e consultas a artigos e dissertações, além de vídeos, mapas e diversos tipos de conteúdos, encontrou-se um total de 1445 arquivos, entre artigos, dissertações, teses, recursos textuais, artigos em jornais, livros e resenhas (PERIÓDICOS CAPES, 2015a); no *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), uma base de dados de pesquisa e da produção científica das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, teve-se como resultado 85 artigos (SPELL, 2015a) e, por fim, no *Web of Science*, uma base multidisciplinar que indexa os periódicos mais citados em suas respectivas áreas e contém artigos de periódicos e documentos científicos nas áreas de Ciências, Ciências Sociais, Artes e Humanidades, foram encontrados 117 artigos (WEB OF SCIENCE, 2015a).

A partir disso, procurou-se refinar a pesquisa, buscando encontrar trabalhos unindo a temática central “economia solidária” e os municípios que compõem a unidade de

análise. Sendo assim, para Londrina foi inserido a seguinte expressão: “Economia Solidária em Londrina” e se obtiveram os seguintes resultados: IbiCT com dezoito trabalhos entre teses e dissertações (IBICT, 2015b), Capes, dezenove trabalhos, sendo eles dissertações e artigos (PERIÓDICOS CAPES, 2015b), Spell, três artigos (SPELL, 2015b), Web of Science, um artigo (WEB OF SCIENCE, 2015b). Para São José dos Pinhais foi inserida a expressão “Economia Solidária em São José dos Pinhais”, para a qual não foi encontrado nenhum documento nessas bases de dados (IBICT, 2015c; PERIÓDICOS CAPES, 2015c; SPELL, 2015c; WEB OF SCIENCE, 2015c). Sendo assim, neste caso foi necessário recorrer a artigos publicados em eventos, como congressos, encontros internacionais e cadernos de iniciação científica, e obtiveram-se como resultado cinco artigos.

Observa-se, através dos resultados de busca, que é nos últimos dez anos que a temática vem sendo alavancada particularmente (SPELL, 2015a). Contudo, há muito a ser debatido e disseminado, considerando a importância do tema diante da incapacidade de os modelos de organizações tradicionais responderem apropriadamente às demandas da sociedade.

No quesito relevância científica, faz-se importante, pois é realizado um estudo abrangendo duas unidades do CPES no estado do Paraná, enriquecendo a experiência no campo, além de contribuir com uma área ainda em fase de consolidação, como é o caso da ES no país, havendo a necessidade de acompanhar as políticas empreendidas pelo governo para garantir maior proveito e direcionamento delas, uma vez que os estudos que acompanham o desenvolvimento da ES e dos CPES são incipientes no país, ainda mais quando se trata de estudos regionais e municipais. Por isso, analisar a atuação e a continuidade dos CPES no Paraná se torna importante, pois pode trazer informações relevantes a respeito dessa estratégia que foi implementada pelo Estado.

Este trabalho encontra justificativa empírica ao aprofundar o estudo da ES, relacionando-a às políticas públicas que se propõem a fomentá-la, e, de forma específica, à relevância da continuidade dos CPES no estado do Paraná; além do mais, servirá de balizamento para adequar ou desenvolver um processo de remodelagem do programa ou melhor alocação de recursos para atingir resultados mais expressivos, caso venha a se demonstrar necessário.

Na justificativa teórica, enriquecerá os Estudos Organizacionais, pois existem várias pesquisas nos bancos de dados abordando a ES e o CPES do município de Londrina e algumas pesquisas publicadas em eventos de ES sobre São José dos Pinhais isoladamente, mas não existem estudos que abranjam as duas unidades em atuação no Paraná

e sua trajetória ao longo dos últimos dez anos. Autores como Borinelli *et al.* (2012) e Martos (2013) evidenciam a importância de demonstrar como diferentes experiências estão se comportando, equacionando o problema e superando as barreiras e os desafios provenientes da ES, como é o caso de Londrina e São José dos Pinhais. Sua contribuição se estende à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), não só por tratar do eixo sustentabilidade social, mas por contribuir significativamente para toda a sociedade, por meio do estudo de mecanismos de empoderamento, mais participativos, solidários, inclusivos e sustentáveis.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Quanto à estruturação desta dissertação, além da introdução, que traça o contexto que envolve a temática, são expostos os objetivos, bem como a relevância e justificativa do estudo. São apresentados mais três capítulos, além das considerações finais. No capítulo dois apresenta-se a fundamentação teórica, abordando as contradições do capitalismo, fazendo surgir modelos organizacionais alternativos ao sistema vigente. São explorados temas como Cooperativismo e a Economia Solidária, cada qual se colocando como possível alternativa ao modelo capitalista de empresa. Contudo, destaca-se aqui o modelo conhecido por Economia Solidária, que se pauta por princípios como solidariedade, cooperação e autogestão; dentro desse tema apresentam-se seus múltiplos conceitos e um breve histórico da sua evolução no Brasil, sendo apresentados dados dos dois mapeamentos realizados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a fim de demonstrar numericamente o crescimento dos empreendimentos; posteriormente apresenta-se o Estado com seus diversos modelos de desenvolvimento - Liberal, Desenvolvimentista e Novo-Desenvolvimentista.

No capítulo três expõem-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, incluindo a classificação geral da pesquisa, a coleta de dados e a descrição de como os dados são analisados. Na sequência, no capítulo quatro, é composto pela apresentação e análise de dados, que descreve a constituição histórica da unidade de análise: CPES de Londrina e São José dos Pinhais, na sequência apresenta-se as dificuldades e facilidades que tiveram durante o processo, e então a participação do governo do estado do Paraná na economia solidária, e para finalizar um comparativo entre essas duas unidades. O último capítulo apresenta as considerações finais sobre a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo por base o alcance dos objetivos específicos e o problema de pesquisa, que busca analisar a atuação dos CPES e a sua continuidade no estado do Paraná, nesta fundamentação teórica é realizada uma contextualização usando uma abordagem conceitual com ênfase na temática ES e suas peculiaridades; posteriormente são abordadas as definições de pesquisa que direcionam o estudo.

A revisão conceitual traz as principais definições sobre o assunto, ficando subdividida em: o capitalismo e suas contradições juntamente com as principais alternativas de enfrentamento; a ES, com a exposição de conceitos e seu delineamento na história, bem como as suas particularidades; o papel do Estado nas organizações de Socioeconomia, e, por fim, a apresentação do CPES como um elo estratégico entre o Estado e a ES.

2.1 AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E AS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO

O capitalismo avançou e se consolidou de tal forma que passou a ser visto como um sistema econômico para o qual não haveria alternativas, num processo de naturalização da realidade, por mais iníqua que esta se apresente. Contudo, os seus efeitos danosos e inconsistentes são cada vez mais visíveis, haja vista as desigualdades crescentes, o empobrecimento da sociabilidade e a insustentabilidade ambiental. Sousa Santos e Rodríguez (2003) expõem esse tripé, ressaltando as características negativas produzidas pelo sistema capitalista, ora apresentadas de forma isoladas ora combinadas. Primeiramente, assinalam que as desigualdades de recursos e de poder causadas pelo capitalismo acabaram produzindo rendimentos desiguais e relações sociais enfraquecidas em virtude da subordinação do trabalho ao capital. Com isso, outra característica se destaca no que tange as relações de concorrência: a busca por vantagens pessoais, o domínio do autointeresse e o individualismo, que conduzem a um processo de irregularidades sistêmicas que se desdobram em crises sociais e ambientais. A interação entre as pessoas passou a ser reduzida a ganhos financeiros, enfraquecendo os relacionamentos solidários, a busca pelo bem comum e a sustentabilidade. Por fim, reforça-se a crise ambiental, provocada pela exploração e a escassez dos recursos naturais, com impactos irreversíveis, colocando em risco as condições físicas de vida na Terra e, por sua vez, a própria reprodução da vida no planeta.

O'Connor (2002) traz uma importante reflexão sobre as contradições geradas pelo capitalismo, sendo a primeira uma contradição predominantemente de

acumulação capitalista, em que a perseguição insaciável pela maximização do lucro cria uma atmosfera cada vez mais conflituosa entre o capital e o trabalho, em que se intensificam os ganhos de produtividade, via de regra por meio de aparatos tecnológicos e, em sentido contrário, reduz-se a necessidade de força de trabalho. O autor comenta ainda, dentro dessa contradição, que existem potências econômicas - designadas por um grupo de sete países mais industrializados do mundo que surgiu em meados da década de 1970, o chamado G7-, que possuem a capacidade de regulação macroeconômica em escala global e coordenam a política econômica e monetária mundial; seus países membros são: Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Reino Unido, Itália e França (O'CONNOR, 2002). A Rússia tinha sido admitida formalmente ao grupo em 2006 em razão do seu esforço político em abandonar a antiga economia socialista e sua implantação de reformas democráticas no país, mas ela foi deposta do grupo em 2014. A atuação do G7 é cada vez mais expressiva e impõe ao mundo o ideário neoliberal, gerador de concentração de renda, exploração e redução sistemática das proteções sociais, além da degradação crescente do meio ambiente.

A segunda contradição apresentada por O'Connor (2002) refere-se ao capital e à natureza, uma vez que o capital contrasta com a natureza, tornando-se oposta a ela, o que faz com que a ideia de um capitalismo sustentável se torne inviável. Adverte-se sobre as condições de produção, que pessoas são tratadas como mercadorias, ocasionando a deterioração das condições ecológicas, que tendem a ser negligenciadas na medida em que o capital financeiro assume hegemonia sobre os interesses produtivos. No Brasil especificamente, O'Connor relata que o capitalismo industrial se desenvolve por conta da pobreza e miséria e da erosão da estabilidade ecológica; a acumulação de capital se dá às custas da exploração do próprio homem e da natureza.

É inegável que o capitalismo trouxe a expansão do comércio global e o crescimento das corporações multinacionais; entretanto, nem todos acabaram se beneficiando dessa "prosperidade", sendo que a desigualdade e a exclusão social foram acentuadas. Yunus (2008, p. 19) destaca a distribuição da renda global, na qual "94% da renda mundial vai para 40% da população, ao passo que os outros 60% têm que viver com somente 6% da mesma renda", gerando assim uma concentração de riqueza e desigualdade social que atinge patamares dramáticos. De acordo com o autor, a globalização deveria trazer benefícios para reduzir a pobreza, mas isso acaba por não acontecer, devido à falta de supervisão e diretrizes adequadas, tornando-se destrutiva e prevalecendo a lei dos mais fortes. O capital vai em direção a onde haja mais capital, num ciclo vicioso que despreza quem mais precisa; além do mais, quando as corporações instalam suas plantas industriais em países subdesenvolvidos, o

fazem apenas para poderem maximizar a exploração da mão de obra, que se reflete em redução de custos e aumentos nas margens de lucro (YUNUS, 2008).

Entende-se que, com o advento da globalização, as fronteiras foram ampliadas e grandes corporações acabam se aproveitando da mão de obra barata ou de infraestrutura com custos baixos, para instalar suas fábricas em países subdesenvolvidos. Esse mercado “livre” produzido torna-se um mecanismo impessoal que, até certo ponto, pode ser controlado e regulado, mas que, em última instância, não pode ser impedido sem todos os riscos por qualquer tentativa de violar as leis da natureza e provocar a exploração de mão de obra e o baixo crescimento econômico e social.

Yunus (2008) expõe as desigualdades geradas pelo sistema econômico hegemônico e ressalta que, enquanto algumas nações caminham rumo à prosperidade crescente e incessante, existem bilhões de pessoas sendo deixadas para trás. Isso, segundo o autor, se deve ao fato de os mercados atuais desprezarem as questões sociais e ambientais. Yunus declara que acredita na força e no poder dos mercados livres e que eles poderiam, sim, tratar de problemas como a pobreza global e a degradação ambiental, se não estivessem tão preocupados apenas em suprir implacavelmente as metas financeiras de seus acionistas. O problema central para Yunus é a unidimensionalidade que povoa a lógica dos mercados na contemporaneidade, questionando a capacidade deles em nos conduzirem para um patamar de desenvolvimento mais justo e sustentável. É bom ter clareza de que Yunus é um forte defensor dos mecanismos de mercado e acredita que este tem que aliar outras modalidades organizacionais para incorporar os excluídos, o que demanda um outro ser humano que não deve ficar restrito à dimensão econômica, mas aberto a outras preocupações, como a dimensão social e ambiental.

Singer (2002), por sua vez, evidencia que o capitalismo produz sociedades profundamente desiguais e competitivas, reproduzindo o modelo tradicional de empresas capitalistas que se fundamentam na maximização do lucro e são reguladas apenas pela lei da oferta e da demanda, como se os mercados fossem autorreguláveis. Essa atuação desregulada produz assimetrias abissais, em que a liberdade de mercado acaba por favorecer os mais fortes criando-se um ciclo vicioso de exploração e dominação.

De forma semelhante, Bresser-Pereira (2014) reforça que tudo se tornou mercadoria e segue a lógica do lucro máximo e da acumulação sem fim. Afirma que este capitalismo pode até ser relativamente eficiente em comparação com os modos de produção anteriores. Todavia, considera o sistema intrinsecamente injusto e corrupto. Os seus malefícios são enormes por alimentar-se da sistemática exploração dos trabalhadores e do

meio ambiente. Apesar disso, o seu desaparecimento em curto prazo não parece visível. O autor acredita que, para se viabilizar uma mudança consistente, é necessário pensar-se em novos modelos organizacionais mais democráticos e justos.

Neste sentido, Sousa Santos e Rodríguez (2003) destacam alguns motivos para pensarmos e lutarmos por alternativas econômicas ao que está posto, primeiramente atentando para o descrédito que invadiu parte da população, que passou a acreditar que não existem alternativas ao modelo capitalista hegemônico, naturalizando-o numa perspectiva determinista. Por outro lado, os autores acreditam e defendem a reinvenção de alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, muitas delas já em curso em vários lugares do mundo. Essas iniciativas, apesar de plurais, têm em comum a centralidade no potencial emancipatório e no desenvolvimento democrático.

Não se está negando o capitalismo, mas buscando alternativas para a sua hegemonia. Na visão de Sousa Santos e Rodríguez (2003), não se pretende substituir o capitalismo de uma única vez, mas de forma gradual, proporcionando uma nova visão para esse sistema, com prevalência de princípios como a igualdade, solidariedade e/ou respeito à natureza, de forma que os resultados do trabalho sejam distribuídos equitativamente, permitindo a participação de todos nas decisões.

As alternativas apresentadas por Sousa Santos e Rodríguez (2003) propõem uma mudança nos valores e práticas capitalistas, que são marcadas pela predominância da maximização do lucro e da acumulação. Entre as alternativas propõem-se as cooperativas de produção, iniciativas de economia solidária e o associativismo, as economias populares e formas de desenvolvimento alternativo na periferia e semiperiferia, incluindo os movimentos sociais, comunidades e setores governamentais, ONGs, programas de apoio às classes populares como prestação de serviços financeiros em pequena escala (microcrédito), movimentos ecologistas, feministas e dos sem terra, e bancos comunitários. Essas alternativas, segundo os autores, apresentam variância quanto a sua relação com o capitalismo, sendo que umas são compatíveis com o sistema de mercado, outras resistem radicalmente à produção capitalista. Por isso é importante que se tenha em mente que não existem modelos perfeitos e que a convivência entre múltiplas e variadas alternativas se faz importante, abrindo espaço para a experimentação e para o confronto de ideias, em que as melhores se reproduzirão, evitando assim a monopolização e domínio absoluto por parte de um só modelo organizacional (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003).

Luzio-dos Santos (2014) também traz um debate a respeito das alternativas ao sistema capitalista, que surgem em um contexto repleto de conflito e contradições,

buscando novos experimentos organizacionais através de modelos de produção justa, democrática e sustentável, possibilitando uma nova forma de sociabilidade e de convivência humana. O autor traz a chamada “socioeconomia”, que estuda as relações de produção e de sociabilidade fundamentadas na democracia participativa, equidade e sustentabilidade. Por isso, o conceito de “socioeconomia” denota-se como amplo, através de organizações genéricas, mas que convergem quando subordinam o objetivo econômico ao social e ao bem coletivo. Para o autor, existem diversas organizações socioeconômicas; entre elas destacam-se a economia solidária, o cooperativismo autogestionário, a empresa social, as redes de colaboração solidária, a economia de comunhão e o comércio justo. Contudo, essas iniciativas tornam-se limitadas quando se distanciam entre si e agem de forma isolada ou, por outro lado, quando se descolam da necessidade de contar com Estados progressistas que poderão potencializar essas iniciativas. Esse é o caso das compras públicas sustentáveis, em que o poder público privilegia a aquisição de produtos e serviços de organizações de socioeconomia (OLIVEIRA; LUZIO-DOS-SANTOS, 2015).

É inegável a força e domínio do capitalismo, mas as suas contradições emergem de forma devastadora e seus efeitos danosos e insustentáveis são cada vez mais visíveis e se tornam fontes de resistência. Não se pode acreditar que se chegou ao fim da história, como se não houvesse alternativas, mas antes deve-se abrir o espaço para novos modelos organizacionais de corte mais democrático, sustentável e justo. Para um melhor entendimento são detalhadas as principais alternativas emergentes, levando em consideração suas potencialidades e peculiaridades, a confrontar o sistema capitalista hegemônico, que possui como sua máxima a busca pela lucratividade a qualquer preço.

2.1.1 Principais Modelos de Organizações Alternativas

A busca por alternativas ao modelo capitalista não vem de agora. Tentativas foram desenhadas desde a Revolução Industrial e, a partir de então, modelos de organizações alternativas surgiram por todos os cantos, alguns dentro da linha do ajuste progressivo, outros de mudança radical. A seguir, apresentam-se dois modelos de organizações de socioeconomia que são particularmente próximos do escopo de pesquisa explorado nesta dissertação: o cooperativismo e a economia solidária.

2.1.1.1 Cooperativismo

Singer (2002) faz a descrição da trajetória do cooperativismo e relata que, pouco depois do início do capitalismo industrial, devido à exploração do trabalho nas fábricas, a situação era degradante, pois não havia limites à jornada de trabalho, respeito à questão de gênero, idade, em que crianças eram submetidas a trabalho pesado. Diante de tamanha exploração, alguns industriais da época, sensibilizados com a situação, começaram a introduzir mecanismos de proteção ao trabalhador. Foi particularmente notório o esforço empreendido por Robert Owen, britânico, proprietário de uma das maiores indústrias têxteis de seu país, que introduziu algumas mudanças revolucionárias para a época, como a limitação da jornada de trabalho, proibição do trabalho de crianças menores de nove anos e construção de escolas para os filhos dos funcionários. O que parecia uma ousadia descolada da realidade rendeu progressivos aumentos da produtividade em suas indústrias.

Owen foi além e, em 1817, apresentou ao governo britânico uma proposta de Construção de Aldeias Cooperativas, com o intuito de auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego decorrente de uma profunda depressão econômica ocorrida na Grã-Bretanha em 1815. Todavia, sua ideia foi rejeitada pelo governo, entendendo-a como inviável, pois propunha uma mudança completa no sistema social e a abolição do modelo econômico dominante. Com isso, Owen perdeu seus admiradores de classe alta e o isolamento o fez mudar-se para os Estados Unidos, onde criou, em 1825, uma Aldeia Cooperativa. Como não obteve sucesso, retornou para a Inglaterra em 1829 e passou a dedicar-se à organização de sindicatos para defender os trabalhadores dos abusos dos seus patrões (SINGER, 2002).

Enquanto isso, George Mundie, um dos discípulos de Owen, criou a primeira cooperativa owenista em 1821. Assim começou a se desenhar uma trajetória concreta de projetos cooperativos e de avanços na legislação trabalhista. Todavia, ainda permanecia uma jornada de trabalho extensiva de dez horas, causando uma frustração, pois desejava-se sua redução para oito horas. Como forma de manifestação, os trabalhadores realizaram uma paralisação em massa e em represália os empregadores fizeram um *lock-out* (greve patronal), demitindo todos os empregados sindicalizados. Como resposta, os empregados abriram cooperativas operárias que lhes davam a possibilidade de gerar trabalho e renda. Todavia, não obtiveram êxito e, em meio às lutas, os trabalhadores foram ficando sem ânimo, tiveram que abrir mão daquilo que haviam construído e voltar ao trabalho assalariado, subordinando-se às condições precárias dos empregadores (SINGER, 2002).

Outro fato que ficou marcado nos primórdios do cooperativismo ocorreu em 1844 na Inglaterra, com o surgimento da cooperativa de consumidores de Rochdale, que passou a constituir o modelo de cooperativa contemporânea. Seu objetivo era o de combater a miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, tendo como valores a autonomia, a democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade, valores que se baseiam nos sete princípios do cooperativismo mundial que permanecem até hoje: 1º) o vínculo aberto e voluntário: as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; 2º) o controle democrático por parte dos membros: as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “cada membro um voto”; 3º) participação econômica dos membros; 4º) autonomia e a independência em relação ao estado e a outras organizações; 5º) o compromisso com a educação dos membros da cooperativa; 6º) cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e 7º) a contribuição para o desenvolvimento da comunidade (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003).

Existem diversos modelos de cooperativas, como as cooperativas de crédito, de consumo, de trabalho, as sociais, as educacionais, de transporte, as agropecuárias, de saúde, a habitacional, de infraestrutura, de mineral, de turismo e lazer e, por fim, a de produção. Singer destaca o modelo de cooperativa de produção, que consiste nas associações de trabalhadores que produzem bens ou serviços a serem vendidos, sendo ela considerada pelo autor como o protótipo da empresa solidária pelo fato de associar os produtores e não os seus fornecedores ou clientes, diferentemente das outras cooperativas. Desde os meados de 1830, os cooperadores ingleses e franceses recorriam à formação de cooperativa de produção como um modo de enfrentamento ao capitalismo. A importância do Estado se torna preponderante nesse tipo de cooperativa, em virtude de oferecer apoio do poder público por meio de isenções fiscais e de crédito (SINGER, 2002). Sua visão, no entanto, é contestada por Germer (2006, p. 213): “A cooperativa de produção, tida por Singer como protótipo da “economia solidária”, embora tenha surgido, ao lado da sociedade anônima, como sintoma de uma nova realidade emergente no interior do capitalismo, é incapaz, como a própria sociedade anônima, de constituir uma via de superação ao capitalismo”. Germer declara ainda que essa iniciativa de construir cooperativas de produção foi puramente comercial, pois compravam em grande escala e assim diminuavam os custos individuais.

Seguindo adiante dentro da mesma lógica de Singer (2002) e de Sousa Santos e Rodríguez (2003), eles evidenciam uma das mais expressivas experiências de Economia Solidária em atuação no mundo, um exemplo de cooperativa de produção, conhecida como cooperativa de Mondragón na Espanha. Seu complexo inclui supermercado,

banco e universidade, e seu êxito se deve à rede de apoio e ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. As cooperativas do grupo Mondragón se organizam em subgrupos e funcionam como uma cadeia coordenada de fornecedores e compradores mútuos dos bens e serviços que produzem. Ela é considerada a experiência mais desenvolvida e estável de cooperativismo solidário de todo o mundo. O complexo de Mondragón, por meio de projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos periódicos sobre a evolução da economia regional, consegue, em parceria com entidades como a *Cooperative Group*, alavancar a cooperativa. Essa experiência encontrou na cultura basca um campo particularmente propício ao desenvolvimento dos ideais coletivistas próprios do cooperativismo.

Mondragón passou por um período difícil, conforme descrito em uma entrevista de Paul Singer. Para atender a demandas sazonais, acabavam contratando assalariado temporário. Como ninguém é despedido em cooperativas, se ela tiver grandes mudanças de demanda ao longo do ano, acaba tendo dificuldades de fazer que o excesso de pessoas, quando não há muito trabalho, sobreviva. Então, estavam empregando assalariados nas cooperativas, o que é uma distorção que vai contra os princípios, na verdade (SINGER, 2008).

Quando questionado se nos dias atuais Mondragón continua a preservar sua identidade cooperativa, apesar das mudanças econômicas decorrentes do processo de globalização e do fortalecimento da cultura individualista, a organização declara em seu *site* que mantém os elementos básicos de sua identidade e complementam dizendo que os pilares fundamentais (educação, trabalho e solidariedade) continuam a desempenhar um papel essencial nas cooperativas de Mondragón, juntamente com o conceito de organização orientada para as pessoas e seus mecanismos de participação e de solidariedade (MONDRAGÓN, 2015a).

Ao mesmo tempo, ao serem indagados sobre a possibilidade de o cooperativismo ser considerado uma alternativa ao sistema de produção capitalista, de acordo com a Mondragón (2015a), responderam que não tinham pretensões de superá-lo, pois acreditavam que essa forma de gestão que desenvolvem é capaz de tornar as empresas mais humanas e participativas dentro do próprio sistema.

Atualmente, a Mondragón Corporación Cooperativa (MCC) atua na produção industrial e de empresas de distribuição e é considerada a maior cooperativa de trabalhadores do mundo. Há indústrias, mas também abrangem os setores educacional, agrícola, de pesquisa, serviços, crédito e consumo. Seus trabalhadores assalariados e

cooperados somam, ao todo, 93 mil pessoas. Especificamente os cooperados somam um pouco menos de um terço dos trabalhadores. Ela é o 7º grupo econômico da Espanha, com faturamento anual de mais de 13,6 bilhões de euros, possui 257 empresas, dos quais aproximadamente 110 são consideradas cooperativas, que estão espalhadas por 41 países e suas vendas atingem mais de 150 países (MONDRAGÓN, 2015a; MONDRAGÓN, 2015b).

Pode-se verificar que a MCC tem-se expandido mundialmente. Ela é um exemplo de um complexo que, devido à sazonalidade de empregos, criou empresas tradicionais, mas com valores e princípios solidários para atender a demanda do mercado. As cooperativas de Mondragón têm sido consideradas pelos autores (Singer, 2002; Sousa Santos e Rodríguez, 2003) como um modelo idealizado, uma referência na Economia Solidária, mas se esse símbolo maior apresenta distorções cabe uma reflexão.

Críticas se estendem ao fato de Mondragón se expandir para outros países com princípios diferentes dos seus – funcionando com mão de obra assalariada. Como bem aponta Mondadore (2013), para tornar as cooperativas competitivas no mercado global, Mondragón, principalmente nos anos 1990, passou a investir em novas plantas de produção ou alianças com outras empresas fora da Espanha, principalmente em países emergentes, que proporcionam a redução dos custos de produção, como é o caso da China, que oferece mão de obra abundante e barata. Ainda, princípios como autogestão passam a ser negligenciados: “Os dados disponíveis indicam que a MCC está em constante processo de transformação e que a prática autogestionária se encontra sob pressões que se originam do gigantismo e do burocratismo, que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo” (SINGER, 2002, p. 105).

Por isso questiona-se: até que ponto conseguem ser preservados os ideais cooperativos e solidários à medida que estas organizações crescem? Parece haver um *trade-off* entre crescimento e preservação dos princípios originais? E sendo assim, quais as concessões aceitáveis e quais ultrapassam os princípios fundamentais desse modelo organizacional, descaracterizando-o por completo?

No Brasil especificamente, o cooperativismo chegou no começo do séc. XX trazido pelos imigrantes europeus e suas principais modalidades se concentravam em consumo e no setor agrícola. Mas, como ressalta Singer (2002), essas cooperativas não possuíam o princípio de autogestão, pois sua direção e as pessoas que a coordenavam eram assalariadas. O autor ainda aponta que muitas cooperativas surgem apenas para driblar as leis trabalhistas e reduzir seus custos, mas que, na prática, funcionam como meras empresas capitalistas. Estas são conhecidas como cooperfraudes ou pseudocooperativas: são

cooperativas apenas no nome, servem para enganar os trabalhadores e se tornam uma das formas de precarizar o trabalho.

Fazendo um levantamento quantitativo das cooperativas por meio do relatório de atividades da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de 2013 descreve que o mundo cooperativo tem-se expandido e está presente em “100 países, gerando mais de 100 milhões de empregos e o número de cooperados atinge 1 bilhão de pessoas” (OCB, 2014, p. 17). Quanto ao Brasil especificamente,

[...] Mais de 11 milhões de brasileiros participam de algum ramo do cooperativismo, sendo que o movimento cooperativista opera em 13 ramos de atividades diferentes que juntos somam 6.603 cooperativas. Dentre esses 83% pertencem a cinco setores: Agropecuário (1.561), Transporte (1.095), Crédito (1.042), Trabalho (946) e Saúde (848) e a região Sudeste é a que concentra o maior número de sociedades cooperativas (2.357), em seguida, aparece o Nordeste, com 1.755; Sul: 1.011 cooperativas; Norte: 814 cooperativas; e o Centro-Oeste: 666 cooperativas (OCB, 2014, p. 18).

Os dados de 2013 revelam que “se as 300 maiores cooperativas do mundo fossem um país, seriam a oitava economia mundial, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,2 trilhões de dólares – valor correspondente ao seu faturamento/ volume de negócios” (OCB, 2015, p. 71). Com isso percebe-se que a força das cooperativas cresceu mundialmente e contribui, dentro do país, de forma significativa para o crescimento econômico e geração de trabalho e renda. Contudo, o cooperativismo no Brasil representa apenas 6% do PIB, algo bem inferior à média mundial, que está próxima a 10%.

De uma forma geral, segundo Sousa Santos e Rodríguez (2003), apesar das deficiências, as cooperativas surgiram como alternativas de produção factíveis e plausíveis, uma vez que se organizam em torno de princípios e estruturas não capitalistas, ao mesmo tempo em que operam em uma economia de mercado. Além disso, elas tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, devido ao fato de os trabalhadores-proprietários terem maior incentivo para se dedicarem ao trabalho, ao efeito igualitário na distribuição dos recursos gerados, diminuindo os índices de desigualdade e, por último, ao fato de gerarem benefícios não econômicos tanto para seus cooperados quanto para a comunidade, diferenciando-se das habituais assimetrias produzidas pelas empresas capitalistas.

É inegável que o cooperativismo atual distanciou-se dos preceitos originais, o que coloca em xeque boa parte da áurea progressista que envolvia o modelo organizacional. Contudo, diante dos desvios e da descaracterização desse movimento econômico e social, vêm surgindo esforços no sentido de resgatar a identidade perdida do cooperativismo

originário de Owen, sendo os empreendimentos de Economia Solidária uma das iniciativas mais consistentes. Ela é esmiuçada no item seguinte.

2.1.1.2 Economia solidária

A economia solidária trata de uma expressão do cooperativismo que tenta resgatar os ideais perdidos por ele ao longo da história. A partir do modelo cooperativista, pautado pela cooperação e pela socialização da riqueza, nota-se que, com o passar do tempo, as conquistas foram sendo ampliadas, os movimentos operários foram ganhando força e os direitos trabalhistas foram se expandindo, com a redução de jornada, salários melhores, incluindo benefícios econômicos e sociais. Entretanto, apesar de todas as conquistas trabalhistas, após a Segunda Guerra Mundial observou-se que os movimentos operários se concentraram em defender os direitos conquistados e sua ampliação, mas não buscavam pela emancipação por meio de alternativas ao assalariamento, em que o capital oprimia o trabalhador por meio de pressões psicológicas, metas abusivas, preocupação constante, causando sofrimento, dor e alienação. No mundo dos negócios, o trabalho tornou-se um lugar propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, atingindo todos os escalões, pois na maioria das vezes, o trabalhador é visto apenas como um recurso nas organizações, transformando-se em um objeto (CHANLAT, 1991).

Essa declinação pode ser observada por meio das políticas pela manutenção do pleno emprego, que começou a se abater a partir da segunda metade dos anos de 1970: as empresas eliminaram milhões de postos de trabalhos formais, e passaram a migrar para países em que os movimentos operários eram inexpressivos, a fim de explorar a mão de obra, garantindo redução de custos e a maximização do lucro. Para escapar das demissões, Singer (2002) descreve que muitos trabalhadores foram obrigados a aceitar a flexibilização de seus direitos e a redução de salários, o que acabou por impactar o mundo como um todo, ou seja, tantos os países periféricos como as economias mais desenvolvidas.

Diante do exposto e como resposta às adversidades, ressurgem os ideais cooperativos, procurando resgatar os elementos originários adaptando-os ao contexto atual, o que passou a ser designado por Economia Solidária. O autor observa que o “programa de Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112). Isso deixa evidente que, nos

momentos de crises e depressões econômicas, os trabalhadores procuram alternativas distintas ao modelo capitalista tradicional.

Singer (2002) descreve que, para a ES ter um crescimento acelerado, forte e longínquo, é necessário que o capitalismo entre em uma depressão longa e profunda; a partir de então será considerada uma alternativa de fato, capaz de proporcionar uma vida melhor e apontar para ganhos superiores aos que o modelo capitalista de empresa consegue proporcionar. Para o autor, a ES não surge apenas para sanar as contradições do capitalismo, mas é uma alternativa viável capaz de superá-lo. Se não o fosse, seu crescimento poderia ser minimizado à medida que as contradições desaparecessem e não passaria de uma forma complementar a economia capitalista (SINGER, 2002). Ainda assim, Singer (2011, p. 1) acrescenta que outros modelos de organizações alternativas devem ser estimulados: “Não acredito que daqui a 50 anos a economia solidária será a única economia do país. Não é nem desejável, porque é sadio que surjam múltiplas e variadas alternativas, inclusive o capitalismo”.

Contrapondo essa ideia, Germer (2006) aponta que a ES está inserida no contexto capitalista e que, se, em uma visão hipotética, ela se desenvolvesse plenamente a ponto que permanecessem apenas cooperativas solidárias, elas por si só entrariam em um processo de concorrência; com isso, continuaria havendo vitórias e fracassos, com potencial concentração de riqueza e desemprego, ou seja, não seriam superadas as contradições capitalistas. Correlacionando essa visão hipotética com o caso de Mondragón apresentado anteriormente, pode-se dizer que faz sentido. Apesar de a empresa ainda afirmar que persiste em seus princípios solidários, ela teve que se readaptar ao mercado para garantir sua sobrevivência. Sendo assim, fica a dúvida: será que, se Mondragón não tivesse feito essas concessões, teria sobrevivido?

Destacam-se neste contexto as debilidades apresentadas pela ES. De acordo com a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), apesar de trazer uma ideia de uma economia social pós-capitalista e apresentar as vantagens da ES, ela deixa explícitas suas fragilidades:

Entretanto, apesar de suas vantagens comparativas em relação ao capitalismo, para se tornar efetivamente um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e democrático, a Economia Solidária ainda carece de instrumentos públicos de reconhecimento, apoio e fomento que historicamente os empreendimentos capitalistas tiveram (CONAES, 2010, p. 14).

Amorim (2010) aponta que essas fragilidades vão além dos instrumentos de apoio, de reconhecimento e de fomento; elas se concentram em outras esferas: “Suas

fragilidades política, econômica, cultural e ideológica impõem limites a uma ruptura da monta da superação da ordem do capital. Seus sujeitos estão distantes da compreensão de seu papel na tentativa de superação do capitalismo e ainda estão impregnados pelas regras do mercado” (AMORIM, 2010, p. 108).

Mesmo diante das suas fraquezas, a ES passou a ser considerada uma possibilidade de enfrentamento ao capitalismo ou uma forma de torná-lo mais suportável. Sendo assim, a ES apresenta-se como um instrumento de mudança da sociedade, que visa a essa mudança por meio da coletividade, cooperação e solidariedade. Por isso, não se pode negligenciar a sua potencialidade, mas lutar por mudanças estruturais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas que precisam ser realizadas, deixando de ser apenas uma possibilidade utópica para transformar-se em uma ES sólida, trazendo às pessoas uma nova possibilidade de vida, com relações justas, sustentáveis e solidárias.

Portanto, levando em consideração que as alternativas socioeconômicas apresentadas são possíveis e que a realidade consiste em um campo de possibilidades, descartando um pensamento uníssono, acredita-se que o trajeto deve ser preenchido por propostas e experimentos diversos, criando opções por uma sociedade mais justa, porém com consciência das limitações e do distanciamento em relação a um modelo perfeito. No sentido de aprofundar a temática sobre a economia solidária, são abordadas suas particularidades a seguir.

2.1.1.2.1 Múltiplos conceitos

A ES se baseia em valores como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade e, assim, surge como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, centrada na geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um desenvolvimento aliado à proteção dos ecossistemas. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (SINGER, 2002). Essa visão também é compartilhada pela SENAES, que considera a ES como uma forma concreta de prática econômica e um projeto de transformação social, transcendendo a ideia de práticas isoladas e se transformando num movimento amplo em prol de justiça econômica (SENAES, 2012).

A ES é um conceito amplo e apresenta diferentes posicionamentos, que convergem nos ideais solidários, participativos e de equidade, mas que se distanciam tanto ideologicamente quanto no “*modus operandi*”. Embora a visão de Singer seja hegemônica, há autores como Mance, Arruda, Coraggio e Gaiger que trazem outro olhar sobre a ES, o que é exposto de forma abreviada a seguir:

Mance (2000) pensa a ES dentro de uma proposta de desenvolvimento em redes interligadas. Defende o trabalho coletivo em “células de produção” interdependentes e interligadas com movimentos de consumo solidário, em que o bem final produzido por uma organização sirva de insumo demandado por outra. Para a viabilização desse ideal, faz-se necessário um processo educativo e informativo capaz de criar uma cultura de consumo solidário e desalienante. Para Luzio-dos-Santos e Borinelli (2010), existe uma distância profunda na estratégia entre o modelo defendido por Paul Singer e as redes de colaboração solidária de Mance, apesar de ambos se basearem na solidariedade e em uma nova sociabilidade. Mance acredita que não há necessidade de apoio do governo para o desenvolvimento das redes, enquanto Singer vê no apoio governamental um elemento essencial para o desenvolvimento e superação do modelo hegemônico. Ainda “Mance defende a criação de uma rede paralela ao mercado capitalista sem ter que competir com este, enquanto Singer propõe o desenvolvimento da ES dentro do sistema vigente, devendo esta ser capaz de enfrentá-lo e evoluir a ponto de superá-lo” (LUZIO-DOS-SANTOS; BORINELLI, 2010, p. 7).

Arruda (2003, p. 234), por sua vez, define a ES através dos termos socioeconomia solidária, que consiste em um “sistema aberto, fundamentado nos valores da cooperação e da partilha, da solidariedade e da autogestão, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie”. Busca a emancipação de cada ser humano e o atendimento de uma dupla demanda: a sobrevivência e o crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental, e atribui o mecanismo emancipatório à centralidade na educação, apoiando-se na pedagogia da emancipação de Paulo Freire. Luzio-dos-Santos (2014, p. 89) observa que o autor acredita que a “educação incorpora elementos subjetivos como sensibilidade, afeto e empatia no despertar da consciência social e no engajamento em prol do bem comum”, sendo a escolha solidária uma luta diária pelo fato de ter que se opor à educação tradicional centrada no individualismo e na perspectiva economicista. Arruda, distintamente de Mance, não propõe um rompimento com o mercado, mas uma recriação deste, regulando-o e invadindo-o de valores não materiais, nomeadamente o fortalecimento da ética e da espiritualidade, abrindo a sociedade para outras dimensões

capazes de ultrapassar o reducionismo econômico. Arruda acredita que sejamos naturalmente solidários e temos que enfrentar a cultura egocêntrica que nos foi imposta; seus preceitos se baseiam em uma visão de mundo esperançosa e otimista.

Autores como Coraggio e Gaiger trazem uma vertente de Economia Popular e desenvolvem trabalhos com análises empíricas. Coraggio aponta o aumento dos excluídos motivado pela agenda neoliberal, criando uma crise da reprodução continuada, em que a sobrevivência e dignidade humana são cada vez mais ameaçadas. Já Gaiger reconhece no que chama de Empreendimento Econômico Solidário (EES) uma das novas formas de organização econômica e acredita que o melhor caminho para explicar a ES seria entendê-la a partir da análise histórica dos trabalhadores, partindo de um passado que trouxe inúmeras experiências organizacionais emanadas dos próprios trabalhadores, fazendo emergir lideranças e capacidade gestonária apoiada no senso prático e nos ideais coletivistas e não na lógica do capital (VIEIRA, 2005).

De forma simplificada, Vieira (2005, p. 16-17) expõe os principais autores e seus posicionamentos na ES:

- 1- Paul Singer e a economia solidária como uma economia socialista. O movimento autogestionário espontâneo da classe trabalhadora e a utopia democrática da autogestão.
- 2- Marcos Arruda e a economia solidária como uma economia amorosa e suficiente. O processo de mudança de valores e de transformação do mundo e a utopia da sociedade aconchegante e equilibrada.
- 3- Euclides Mance e a economia solidária como uma economia das redes. O desenvolvimento de redes, a expansão do fluxo de informações, o impacto na cultura e no trabalho e a utopia de um mundo coeso e integrado.
- 4- José Luís Coraggio e Luiz Inácio Gaiger e a economia solidária como reconfiguração da economia de mercado. A lógica do solidarismo e do trabalho cooperativo e utopia de uma economia de mercado engajada em práticas éticas e solidárias.

Diante do exposto, pode-se dizer que Singer tem seu destaque no incentivo à formação de cooperativas autogestionárias; Mance, na formação de redes de empreendimentos solidários; Arruda traz uma reflexão sobre a formação de um novo humanismo na economia, com ênfase na educação; e, por fim, Coraggio e Gaiger trabalham mais em uma perspectiva empírica da economia popular, que emerge sob diferentes modalidades.

Essa multiplicidade de conceitos e vertentes da ES é válida e faz com que repensemos por caminhos melhores, mas, acima de tudo, que prevaleçam os princípios de solidariedade e a busca por um mundo melhor e mais humano.

Após a exposição dos conceitos da ES, são delineados os principais acontecimentos de sua trajetória e as características pertinentes a ela.

2.1.1.2.2 O caminho percorrido pela economia solidária no Brasil

De acordo com Motta (2010), o conceito de Economia Solidária como a conhecemos hoje foi introduzido em 1996 por Paul Singer em um artigo publicado em 11 de junho no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Economia solidária contra o desemprego”. Ao longo da década de 1990, as práticas de ES no Brasil foram edificadas em um campo de articulação social e política, em que a mobilização social em torno da construção dessa nova economia reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros.

No Brasil, o principal marco do processo de PPES ocorreu em 2003, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia no Fórum Social Mundial (FSM) o compromisso de criar a SENAES, sob a direção de Paul Singer, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da ES mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção de um novo modelo de desenvolvimento, mais justo e solidário. A SENAES surgiu com o objetivo de fomentar a ES no Brasil e desenvolver políticas de geração de trabalho e renda, tendo como escopo beneficiar trabalhadores majoritariamente marginalizados do mercado de trabalho formal, além de apoiar iniciativas autogestionárias e agências e fóruns de desenvolvimento e fomento solidários (SENAES, 2012).

Nos anos seguintes, a SENAES passou a estruturar melhor suas linhas de atuação, que dariam maior identidade à política pública e tornaria mais fácil a compreensão em torno dos seus objetivos. Estabeleceram-se parcerias estratégicas com a Fundação Banco do Brasil para a execução conjunta do Projeto Trabalho e Cidadania; foram financiados Estudos e Projetos na área de ES e incentivou-se a criação de incubadoras de ES, fomento aos fundos rotativos solidários, por meio do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), entre outras ações de incentivo e propagação da ES (SENAES, 2012).

Em 2004, aconteceu o I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e foi implantado o SIES. Até o ano de 2013 já foram realizadas duas rodadas nacionais de mapeamento de identificação e caracterização dos EES no país. Os dados são expostos no tópico seguinte (SENAES, 2012).

A partir de 2010, avançou-se na consolidação das políticas públicas através da execução das ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, possibilitando o fortalecimento de EES por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimento (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização. Tem-se como destaques o decreto 7358 de 17 de novembro de 2010 do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, que define, reconhece e cria mecanismos de gestão e promoção do Comércio Justo e Solidário no país, e o decreto 7357 de 17 de novembro de 2010, que cria o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que apoia as incubadoras junto às iniciativas de economia solidaria (FBES, 2012).

Destaca-se que, entre 2011 e outubro de 2012, a SENAES celebrou 63 convênios, com investimento total de R\$ 96.641.771,41, beneficiando diretamente 64.500 pessoas, organizadas em 2.906 EES. Indiretamente seriam beneficiadas 185.000 pessoas. Os empreendimentos beneficiados receberam formação, assistência técnica e de gestão, apoio na comercialização de seus produtos e serviços e implantação de iniciativas de finanças solidárias (SENAES/MTE, 2012).

Em meio a toda a construção e consolidação da ES, as conquistas, apesar de incipientes, existem. O Relatório do Seminário (2005) ressalta a importância das parcerias estabelecidas entre Programas de Economia Solidária com instituições e organizações da sociedade civil, servindo de alavanca de apoio na disseminação da ES e do conhecimento sobre autogestão para dentro e fora das universidades, além de estimular o desenvolvimento de outras tecnologias específicas e estratégias apropriadas aos empreendimentos populares. Borinelli *et al.* (2012) destaca a criação do CPES e o surgimento de novos empreendimentos, assim como a Legislação Municipal, que já foi aprovado em algumas cidades do país.

Quanto aos entraves, cita-se que, no ano de 2012, iniciou-se a mobilização a favor da campanha pelo Projeto de Lei (PL) 4685/2012, mais conhecido como o PL¹ da Economia Solidária, que assenta as bases da ES na estrutura legal do nosso país. Sua ementa dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os EES, criando o Sistema Nacional de Economia Solidária, e de outras providências. Esse projeto tramita no congresso esperando

¹ A PL 4685/2012 tramita no congresso desde 2012. Silva e Silva (2015) relatam que, apesar dos avanços na ES, ainda não há no país o marco regulatório. A sua demanda consiste em assegurar a constituição de um fundo específico que garanta orçamento permanente e adequado à ampliação do fomento à Economia Solidária nos eixos da formação, assessoramento técnico aos empreendimentos, acesso a crédito e finanças solidárias, bem como a mercados para comercialização solidária e práticas de comércio justo. A constituição do fundo oportunizaria, ainda, a criação de um instrumento adequado de repasse de recursos para que estados e municípios possam consolidar os sistemas locais e o Sistema Nacional de Economia Solidária, garantindo a definição de estrutura de coordenação e de capilaridade da política em todo o Brasil, contribuindo com seu fortalecimento institucional enquanto política pública de Estado.

um posicionamento para a sua aprovação; se aprovada deixará de ser uma política de governo e passará a ser uma política de Estado em todo o país (BRASIL, 2012a).

Os desafios são superlativos. A Conaes (2010) ressalta que a ES ainda carece de instrumentos públicos de reconhecimento, apoio e fomento e também aponta deficiências quanto ao acesso ao financiamento diferenciado, infraestrutura, incentivos fiscais e tributários e assessoria técnica adequada. Amorim (2010), por sua vez, diz que as fragilidades também se concentram na questão política, econômica, cultural e ideológica impondo limites a uma ruptura. Prochet (2008) salienta a falta de formalização dos grupos de geração de trabalho e renda como uma importante limitação ao seu desenvolvimento, reduzindo sua integração ao mercado de consumo formal.

Esses desafios recorrentes fazem com que repensemos o motivo pelo qual eles não são superados. O Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019 traz as seguintes proposições.

- a) Não priorização da economia solidária na agenda central do governo, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
- b) O incentivo ao empreendedorismo com foco no microempreendedor individual e na micro e pequena empresa, em detrimento das iniciativas coletivas autogestionárias;
- c) Baixo reconhecimento da sociedade em relação aos princípios da economia solidária e ao valor solidário dos seus produtos e serviços;
- d) Os ajustes fiscais como reação à crise mundial, que podem afetar diretamente a economia solidária com impactos na redução das políticas públicas;
- e) A conjuntura política apresenta uma onda conservadora, apoiada pela grande mídia e com reflexos no Congresso Nacional, com perfil e composição mais reacionária, conservadora e insensível, ameaçando retroceder nas conquistas de direitos humanos e sociais;
- f) Ausência, no debate do legislativo, de questões como a reforma política e o marco regulatório das organizações da sociedade civil, que limitam os avanços e a participação nas políticas públicas de economia solidária;
- g) Criminalização das ações e das reivindicações dos movimentos sociais;
- h) Dificuldade de reconhecimento e desinteresse de parte do poder público pelas práticas e políticas da economia solidária, seja pela inoperância burocrática, pelo desinteresse, pelo descumprimento de políticas nacionais - a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos - seja pela descrença política e ideológica, bem como pela ausência do marco legal e ampliação das políticas públicas para os empreendimentos da economia solidária;
- i) A influência da mídia na disputa de modelo de sociedade, no direcionamento das políticas públicas e na ameaça aos direitos das minorias (CONAES, 2015, p. 8-9)

De uma forma geral, percebe-se que muitas ações não são tomadas, pois não é de interesse político priorizar iniciativas coletivas e elas, muitas vezes, contrastar-se com interesses capitalistas. O que poderia ser uma ação emancipadora, acaba por si só transformando-se em um resíduo de políticas sociais implementadas pelo governo.

Cattani (2003) complementa destacando ainda três desafios principais para a ES: o primeiro refere-se ao trabalho: devido à opressão do sistema capitalista, há a

necessidade de reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos, criando assim uma ressignificação para as pessoas que participam da ES. O segundo desafio é fazer com que a ES não seja confundida com o terceiro setor, e, por fim, entendê-la não como uma alternativa apenas para pobres e excluídos, mas para proporcionar avanços na sociedade, gerando produtos e serviços de melhor qualidade, efetivando-se de forma consistente e não por piedade ou por falta de alternativas melhores.

Luzio-dos-Santos (2014) alerta para o fato de boa parte das experiências de ES resultarem de ações verticalizadas de cima para baixo, ou seja, não emanam naturalmente de grupos organizados que se propõem a aderir aos princípios da ES por compartilharem seus valores e princípios. Essa parece ser, antes, uma visão romântica de muitos intelectuais que aderem à causa, mas que se afastam da realidade que, na maioria dos casos, clama por pragmatismo, soluções rápidas e efetivas para as condições de pobreza extrema. A realidade demonstra que os empreendimentos mais bem sucedidos são aqueles que possuíam forte identidade entre seus membros antes da formação dos empreendimentos solidários. É o caso de algumas cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cooperativas de recicláveis e da agricultura familiar.

Isso é evidenciado na dissertação de Gonçalves (2012) e Massaro (2015), que tratam de cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte do Paraná (ambos no município de Londrina), destacando a importância da manutenção das relações sociais que foram construídas ao longo do tempo, antes mesmo da constituição da cooperativa, com base em uma identidade familiar, a reputação dos catadores e do poder público. Fica explícito no primeiro estudo como as cooperativas se constituem por influências das relações de redes sociais e originárias no seu histórico durante todo o seu trajeto. No segundo estudo, elementos como confiança figuram na base das relações sociais estabelecidas entre os cooperados e influenciam sua inserção socioeconômica; mesmo sendo a constituição da cooperativa baseada em relações sociais de camada interna (familiares), sua progressão se deu com base em relações de camada intermediária (amizades), que têm por base os interesses compartilhados.

Essas características dos EES, principalmente em relação à dependência do poder público, podem ser observadas nos estudos em São José dos Pinhais. Os autores Oliveira e Beatriz (2011) analisaram o fortalecimento da ES por meio do fórum municipal e destacaram a forte presença de empreendimentos de artesanato, que participavam com o objetivo da comercialização, visto que estes já possuíam um histórico de subordinação ao poder público local, influenciando novos atores do movimento. Posteriormente, Figueiredo e

Santos (2013) retratam a ES com ênfase nas mulheres componentes dos grupos, que muitas vezes adentram nesses tipos de empreendimento por terem sido excluídas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, criavam uma dependência do poder público, inibindo a autogestão; enfatizavam ainda a ES como complementação de renda para esses grupos.

Ainda, outros estudos buscam destacar características provenientes da ES no âmbito local, especialmente em São José dos Pinhais. Os autores Costa e Rosa (2014) estudam os empreendimentos e a busca do significado da sustentabilidade para as pessoas que ali estão. Ribeiro e Castro (2015) replicam o que a princípio seria uma ferramenta da "Administração" aplicada a empresas tradicionais capitalistas com uma remodelagem nas organizações solidárias, mensurando a qualidade de vida das pessoas. Percebe-se que os artigos produzidos buscam um mapeamento e levantamento de elementos e características dos EES e a ES no município.

Dado o exposto, pode-se dizer que os desafios persistem ao longo da trajetória. Alguns estão sendo superados, outros, entretanto, parecem recorrentes, o que demonstra a dificuldade em promover alternativas socioeconômicas num ambiente dominado pela economia capitalista, que hostiliza qualquer alternativa que questione sua lógica. Essa realidade é evidenciada através do SIES, que traz à tona o perfil da ES no Brasil, podendo-se entender melhor seus avanços e desafios.

2.1.1.2.3 Economia solidária em dados

Com o intuito de realizar um mapeamento da ES no país, permitindo maior visibilidade e articulação nas políticas públicas empreendidas, em 2004 foi implantado o SIES, composto por EES e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) (MTE, 2015). Até o ano de 2013, já foram realizadas duas rodadas nacionais de mapeamento da identificação e caracterização dos EES no país. Destaca-se que os números de empreendimentos mapeados dessas duas rodadas não são acumulativos, pois foram realizadas revisitas em EES constantes na base anterior. Para Gaiger (2013), no primeiro mapeamento, a perspectiva era por uma ampliação das fronteiras da ES e o segundo mapeamento veio para reforçar essa tendência, com o benefício de proporcionar uma compreensão mais aprimorada da diversidade interna da ES e de seus entrelaçamentos com organizações afins que estão a sua volta.

Aconteceu um primeiro levantamento dos dados do SIES no ano de 2005, em que foram mapeados aproximadamente dezoito mil empreendimentos, concluídos em

2007 no mapeamento do SIES 2005-2007, que contém uma base de 21.859 EESs distribuídos em 2.933 municípios do Brasil (o que corresponde a 53% dos municípios brasileiros) (SENAES, 2012).

Vale destacar que os dados disponibilizados do primeiro mapeamento, que se encontra atualmente no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são aqui apresentados de forma genérica, fazendo menção, em alguns momentos, a algumas regiões específicas, como é o caso da região Sul, contudo sem entrar em particularidades que não compõem o escopo deste estudo. Foram selecionadas as principais características dos empreendimentos e mais três dados pertinentes à pesquisa.

A base de dados possibilitou identificar algumas das principais características da ES no país. Segundo o Atlas da Economia Solidária de 2007, os empreendimentos estão distribuídos regionalmente da seguinte forma: Região Nordeste (9.498 - 43,5%); Região Sudeste (3.912 - 18%); Região Sul (3.583 - 16,57%); Região Norte (2.656 - 12%); Região Centro Oeste (2.210 - 10%). Esses EES estão distribuídos em associação (52%), seguidos dos grupos informais (36,5%), organizações cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%). Na região Sul há uma maior participação dos grupos informais, seguidos das associações (ANTEAG, 2009, p. 27-29).

Estavam associados nos EES cerca de 1.650.000 homens e mulheres, dos quais 63% homens e 37% mulheres. Quanto ao campo de atuação dos EES, verificou-se que quase metade (48%) deles operava exclusivamente na zona rural, 35%, na área urbana e 17% tinham atuação tanto na área rural como na área urbana (ANTEAG, 2009, p. 37-38; 41).

Os principais motivos que levaram à criação dos EES foram a alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%), obtenção de maiores ganhos (36%), possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e condição para acesso a crédito (9%). Deve-se esclarecer que esta era uma questão de múltipla escolha e que a situação se modificava de acordo com a região; especificamente na região Sul, a motivação mais apontada refere-se à complementação de renda (ANTEAG, 2009, p. 34).

Quanto aos resultados financeiros dos empreendimentos, 59% estavam conseguindo remunerar seus associados. Do total declarado, 38% dos EES apresentavam renda média mensal com valor até meio Salário Mínimo² (SM). Em 24%, essa média era equivalente de meio a um SM, totalizando 62% essas duas faixas. Dos demais, os com um a dois SM correspondem a 26%, de dois a cinco SM, 10% e acima de cinco SM, 2%. “Este

² Foi considerado o valor do salário mínimo (SM) de 2007 – R\$ 380,00

dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência estava na possibilidade de complementação de renda dos associados” (ANTEAG, 2009, p. 47).

Quanto às dificuldades enfrentadas, constatou-se que 72% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 56% no acesso a crédito e 28% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. Essa questão apresentava múltipla escolha e suas respostas variavam em cada região brasileira; no Sul a maior dificuldade concentrava-se na comercialização (ANTEAG, 2009, p. 50).

Portanto, entre os principais dados levantados no mapeamento de 2007 observa-se a predominância da figura masculina, concentração dos EES na região Nordeste, compostos em sua maioria por associações, tendo como motivo para a sua criação um modo alternativo ao desemprego ou complementação de renda e a principal dificuldade é comercialização dos produtos. Em suma percebe-se que grande parte das pessoas são introduzidas na ES por forças alheias a sua vontade e encontram nela uma forma de fugir do desemprego e aumentar sua renda.

Dando sequência, em 2013 foi divulgada a segunda rodada de mapeamento e logo em 2014 foi disponibilizado o acesso ao novo Atlas Digital da Economia Solidária, composto por um total de 66 dados referentes aos empreendimentos, incluindo o número de sócias e sócios, a forma de organização, dados dos empreendimentos de finanças solidárias, produção, comercialização, serviços, consumo e trocas, além da participação das mulheres. Com essa ferramenta se permite visualizar os resultados do último mapeamento do Sistema Nacional, que conta-se com 19.708 EES (SENAES, 2014b).

Quanto às características levantadas neste segundo mapeamento, constata-se ainda há predominância da Região Nordeste (8.040 - 40,8%); entre as regiões Norte (3.127 – 15,9%), Sudeste (3.292 – 16,7%) e Sul (3.292 – 16,7%) a distribuição é bastante próxima e, por fim, o Centro Oeste (2.021 - 10,33%). A maioria dos EES continua distribuída em associação (60%), seguidos dos grupos informais (30,53%), organizações cooperativas (8,8%) e outras formas de organização (0,6%). Na região Sul, os grupos informais (44,05%) e as associações (36,27%) permanecem a maioria (SENAES, 2013, p. 3; SENAES, 2014b).

Quanto ao total de associados, conta-se com 1.423.631 homens e mulheres, sendo 56,4% homens e 43,6% mulheres. Quanto à área de atuação dos EESs, nacionalmente verificou-se que 54,8% atuam exclusivamente na área rural, 34,8% na área urbana e 10,4% tinham atuação em ambas as áreas (SENAES, 2013, p. 3-4; SENAES, 2014b).

Após a descrição das características, foram selecionados cinco dados contidos no Atlas 2014, por considerá-los relevantes para este estudo. Nem todos estão presentes no mapeamento de 2007; os que se assemelham são: o motivo da criação do EES e os Resultados Financeiros (Renda).

- a) Motivo da criação do EES (dados presentes no mapeamento de 2007 e 2013);
- b) Principais conquistas do EES (dados presentes no mapeamento de 2013);
- c) Principais desafios do empreendimento (dados presentes no mapeamento de 2013);
- d) Principais espaços de comercialização (dados presentes no mapeamento de 2013);
- e) Valor da renda obtida (dados presentes no mapeamento de 2007 e 2013).

Dos dados apresentados, destaca-se que os motivos que levaram à criação dos EES são os mesmos citados no primeiro mapeamento: complementação de renda (48,83%) e alternativa ao desemprego (46,20%). Vários outros foram mencionados, tais como a obtenção de maiores ganhos em empreendimentos associativos, possibilidade de ser dono do seu empreendimento, motivação filantrópica, acesso ao crédito, participação em uma gestão coletiva, incentivos do governo, entre outros (SENAES, 2014b).

Quanto às principais conquistas no Brasil, se sobrepõem a possibilidade da integração do grupo/coletivo (66,09%), da geração de renda (58,91%) e da autogestão (48,97%), evidenciando que a ES veio para trazer uma nova perspectiva aos grupos pautada principalmente pela coletividade (SENAES, 2014b).

Nas respostas referentes aos desafios, a SENAES (2014b) expõe a geração de renda adequada aos sócios (73,59%), a viabilidade do empreendimento (66,51%) e a dificuldade em manter a união do grupo (56,06%). Outra preocupação é com a garantia de proteção social aos sócios (39,35%), pois muitos permanecem na informalidade. Isso corrobora o que já foi exposto por Prochet (2008) de que a falta de formalização dos grupos reduz a integração desses empreendimentos ao mercado de consumo formal, tornando-se um desafio a ser superado.

Com relação aos principais espaços de comercialização, antes de apresentá-los faz-se necessário expor que, conforme o Atlas da ES, no Brasil, a principal atividade

econômica realizada pelos empreendimentos se concentra na produção ou produção e comercialização, equivalendo a 11.081 Empreendimentos (56,23%). Do total declarado em âmbito nacional, 82,93% revendem os seus produtos diretamente ao consumidor final e apenas 14,45%, a órgãos governamentais. Sendo assim, a maioria dos espaços onde esses produtos são comercializados no Brasil se concentram na entrega direta a clientes (52,50%) e em Feiras Livres (53,35%). Ressalta-se que as lojas/espaços próprios correspondem a 28,95% e as feiras específicas de Economia Solidária, a 23,17%, mostrando que a comercialização é feita de diversas maneiras (SENAES, 2014b).

Entre os EES que trabalham com a atividade econômica de comercialização (correspondente a 11.081 EES), os dados revelam quanto à renda obtida no Brasil que em 31,16% dos empreendimentos seria a fonte principal, seguidos por 29,27% que afirmam que a renda funciona como uma complementação dos seus rendimentos, e ainda 4,75% dizem que a renda serve como um complemento de recursos recebidos por doações ou programa. Destaca-se ainda que, na região Sul, essa proporção se inverte: 38,30% consideram a renda uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades e 30,71% afirmam ser a fonte principal (SENAES, 2014b).

Esses dados são aprofundados no quesito renda individual. Os microdados revelam que aqueles que tinham como atividade principal a comercialização alcançam, no último mês dos referidos mapeamentos, um valor médio de vendas de R\$ 1003,06, o que equivale a aproximadamente um salário mínimo³ (SM) e meio da época. Já para os entrevistados que trabalhavam com artesanato, a renda média era de R\$ 516,17, equivalente a menos de um salário mínimo da época, sendo que esta variação da renda média é determinada conforme a categorial social de trabalho do entrevistado (SENAES, 2014a, p. 6). Com isso os mapeamentos de 2007 e 2013 possuem similaridades no sentido da renda, pelo fato de apresentarem uma média equivalente a meio ou a um SM. Esse valor acaba entrando no orçamento familiar como uma complementação de renda ou como a renda principal.

O segundo mapeamento destaca algumas características, como o crescente número de associados e a participação das mulheres no mercado de trabalho. De forma geral, as características de ambos os mapeamentos mostram³ que a região Nordeste é a que possui o maior número de EES, eles se concentram em sua maioria nas áreas rurais e são compostos por associações e grupos informais. Embora os dados da SENAES (2013) afirmem que praticamente 70% dos EES do Brasil são formalizados, essa realidade não se aplica à região

³ Foi considerado o valor do salário mínimo (SM) de 2013 – R\$ 678,00

Sul, onde 44,05% dos empreendimentos são compostos ainda por grupos informais. Segundo Kuyven e Kappes (2013, p. 34), o índice de informalidade “se torna preocupante por possivelmente contribuir para a falta de acesso a condições adequadas para o desenvolvimento tanto do empreendimento como dos sócios envolvidos, provavelmente sem usufruir de direitos básicos que só podem ser usufruídos por EES formalizados”.

No comparativo entre os dois mapeamentos observam-se que, apesar do avanço numérico apresentado, levanta-se a suspeita de que a qualidade não acompanhou sua evolução quantitativa. Talvez os números possam apontar que a ES esteja se expandindo, mas quando se analisa em profundidade a evolução qualitativa por meio dos CPES e dos grupos ali incubados, surge uma dúvida no que se refere aos termos de emancipação e desenvolvimento, por serem de certa forma muito precários e pouco evolutivos, ou se contradizerem com os números apresentados. Essa questão é abordada na seção 4.3 da Apresentação e Análise dos Dados.

Sendo assim, a seguir é apresentado o papel do Estado, considerando sua importância pelas políticas sociais e, em específico, a sua atuação na ES, baseadas em um Estado Novo-Desenvolvimentista como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais.

2.3 O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DE SOCIOECONOMIA

O Estado pode assumir um papel fundamental como fomentador de organizações socioeconômicas, que, conforme já descrito por Luzio-dos-Santos (2014), são representadas por organizações variadas, fundamentadas na solidariedade, cooperação, autogestão, democracia participativa e na busca pela emancipação humana. Nesta dissertação é tratada, em específico, a atuação do Estado na ES. Para tal é exposta uma contextualização da evolução econômica do Estado e sua atuação na Política Social, especialmente na ES.

Parte-se do pressuposto de que o Estado tende a assumir duas formas distintas de desenvolvimento: o Estado liberal e o Estado desenvolvimentista. O Estado liberal fundamenta-se na teoria da mão invisível proposta por Adam Smith no séc. XVIII. Tem como princípio afastar-se da esfera econômica, reduzindo ao máximo a sua intervenção na economia e na sociedade, uma vez que o mercado é visto como autorregulável e supostamente é mais eficaz e virtuoso na alocação de recursos e no desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, tem-se como ideal o modelo de “Estado mínimo, o Estado que

apenas protege os direitos civis e assegura o cumprimento dos contratos” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 813).

Já o Estado desenvolvimentista, em oposição ao liberal, é um modelo de Estado que intervém diretamente na economia com a finalidade de induzir o desenvolvimento econômico com equidade e bem-estar social. Hoje, diferentemente do que era nos anos 1950 a 1970, o Estado desenvolvimentista compete com outros modelos dentro das profundas mudanças promovidas pela globalização, mas distingue-se ao promover o desenvolvimento econômico, com políticas de alavancamento do mercado interno, avanços nos mecanismos democráticos e priorização da inclusão social, bandeiras que o caracterizam como Estado novo-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

Sendo assim, o Estado desenvolvimentista assume uma nova forma, como Estado novo-desenvolvimentista, embora continue influenciado pelas ideias estruturalistas e keynesianas; é enriquecido por um conjunto de novas políticas econômicas, que foram desenvolvidos levando em consideração o modelo desenvolvimentista, bem-sucedido, nos países asiáticos (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

A partir dessas formas de desenvolvimento, destaca-se que, dentro do Estado liberal, acreditava-se que os mercados seriam a melhor forma de organizar a economia, e que eles seriam autorreguláveis. O Estado, por sua vez, atrapalharia e deveria ser o menos atuante possível, pois a economia iria agir por si só. Observa-se que nos séculos XVIII e XIX, o mercado apresentava uma homogeneidade, mas com o decorrer do tempo, passou-se a contar com mercados cada vez mais concentrados. Essa situação perdurou até a crise de 1929, quando se verificou que essa autorregulação não era mais possível (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Luzio-dos-Santos (2014, p. 3) reforça que, diante da crise de 1929, a ideia de mercado autorregulável entra em crise e o Estado vem a ocupar um papel de destaque como indutor do desenvolvimento, promovendo o pleno emprego e o bem-estar social.

Com a crise de 1929, que trouxe à tona a incapacidade de autorregulação dos mercados, abriu-se espaço para novas propostas socioeconômicas capazes de conceber uma nova hierarquia social em que os Estados nacionais de direito tornaram-se figuras centrais na retomada do crescimento e na promoção do modelo do bem-estar social, seguindo os ideais keynesianos. Tem início o desenvolvimento do modelo de Estado-Providência, em que o Estado torna-se indutor do desenvolvimento, promove o pleno emprego e se responsabiliza por garantir proteções sociais básicas a todos os cidadãos, buscando unir desenvolvimento social e econômico num processo de retroalimentação com centralidade na construção de um modelo de convivência mais harmônico e equilibrado.

Com as mudanças de influência keynesiana, os anos de 1940 a 1970 tornaram-se a melhor era da economia, com crescimento econômico, redução da pobreza, distribuição de renda, pleno emprego e bem-estar social, considerados como os trinta anos dourados da economia mundial. Contudo, a partir de 1970, os países que adotaram esse modelo passaram a assumir encargos acima da sua capacidade arrecadatória, o que gerou déficits de difícil administração, além de inflação crescente, baixo crescimento econômico e forte pressão para diminuição de impostos. Outro fator foi o fim da União Soviética, que, a partir de então, diminuiu a pressão por avanços sociais. Esse conjunto de fatores levou à ascensão das políticas neoliberais em praticamente todo o mundo (HOBSBAWM, 2003).

Para Singer (2001), a partir da década de 1980, com o distanciamento do Estado da proteção social e a diminuição dos salários, aumentou o número de pessoas vulneráveis e a miséria, a pobreza e a riqueza foram progressivamente concentradas. Surge a chamada “nova pobreza”, atingindo os trabalhadores mais tradicionais por meio de redução de salários ou por substituição de seus empregos por máquinas ou por trabalhadores de outros países. Para Goulart e Marin (2011), este período difícil da década de 1980 foi denominado de “década perdida” em razão da estagnação da economia nacional, como também aconteceu com outros tantos países da periferia do sistema capitalista internacional, particularmente na América Latina.

A partir da década de 1980, estava claro que era possível conjugar crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais; era então necessário formular estratégias de desenvolvimento com inclusão social. Para tal finalidade, a Constituição Federal (CF) de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção e participação social, que busca o amadurecimento e consolidação. Partindo desse contexto, a figura do Estado surge como um aliado ao bem-estar social e ao pleno emprego, servindo de estímulo por meio de suas políticas sociais voltadas a inclusão social.

Partindo da premissa, conforme afirma Bresser-Pereira (1998), de que o Estado é fundamental para promover o desenvolvimento bem como maior justiça social em momentos de crise social aguda, as demandas preconizadas pelo modelo de Estado desenvolvimentista voltam à cena, procurando corrigir as anomalias do mercado, garantindo proteção social e estimulando o emprego. Algo que se presenciou no Brasil principalmente a partir da década de 1990. Sicsú, Paula e Michel (2007) trazem essa nova vertente, que é fundamentada em um artigo de Bresser-Pereira publicado em 19 de abril de 2004, intitulado “Novo-desenvolvimentismo”. A visão dos autores consiste em rejeitar um Estado forte e um mercado fraco e vice-versa, sugerindo que ambos sejam fortes e consolidados, ou seja, um

modelo de Estado com uma visão novo-desenvolvimentista, composto por um Estado forte que, por sua vez, também estimula a participação de um mercado forte.

O Estado novo-desenvolvimentista traz uma proposta remodelada através de adequações de estratégias para a realidade brasileira. Para elucidar o leitor apresenta-se no quadro um as principais ideias contrastando o antigo e o novo-desenvolvimentismo bem como a ortodoxia liberal.

Quadro 1 – Principais ideias: Antigo e Novo-Desenvolvimento e Ortodoxia Liberal

Ideias	Ortodoxia Liberal	Antigo desenvolvimentista	Novo-desenvolvimentista
Escopo	Aplicável a todos os tipos de países.	Aplicado aos países que estavam começando sua revolução industrial.	Aplica-se a países de renda média que já completaram sua revolução capitalista.
Estado na produção	Não lhe atribui papel algum nesta questão	Atribuía ao Estado um papel importante na produção.	Limita um papel ativo do Estado aos setores monopolistas ou quase monopolistas, em especial, aos de infraestrutura, mineração e serviços públicos.
Função estratégica do Estado	Limita o papel do Estado a garantir os direitos de propriedade e os contratos e a de defesa da concorrência.	Atribuem um papel estratégico ao Estado na definição, em conjunto com a sociedade, de uma estratégia desenvolvimentista nacional e sua implementação.	Atribuem um papel estratégico ao Estado na definição, em conjunto com a sociedade, de uma estratégia desenvolvimentista nacional e sua implementação.
Planejamento	Rejeita-o.	Atribuía um papel fundamental ao planejamento econômico.	Divide a economia em setor competitivo e em setor monopolista (os setores de infraestrutura, serviços públicos, indústria de base e grande mineração) e quer o planejamento apenas para o setor monopolista; aos primeiros, basta o acompanhamento de seu desenvolvimento.
Responsabilidade fiscal	Recomendam déficits orçamentários limitados para os momentos de crise - está ameaçada por uma visão também vulgar, que recomenda corte da despesa pública como uma espécie de panaceia.	Recomendam déficits orçamentários limitados para os momentos de crise - mas os desenvolvimentistas estão sempre ameaçados por uma visão vulgar do keynesianismo, que recomenda o aumento da despesa pública para quase todas as dificuldades.	Recomendam déficits orçamentários limitados para os momentos de crise.
Taxa de juros e taxa de câmbio	Também não presta atenção a esses preços macroeconômicos, porque supõe serem corretamente determinados pelo mercado.	Dava pouca atenção à taxa de juros e à taxa de câmbio ou à formulação de políticas macroeconômicas e enfatizava a política industrial.	Afirma que, nos países em desenvolvimento, a taxa de juros tende a ser muito alta e a taxa de câmbio, cíclica e cronicamente sobrevalorizada.
Inflação	Não vê razão para os países em desenvolvimento apresentarem taxas de inflação acima dos padrões internacionais.	Adotava a teoria da inflação estrutural, baseada em gargalos de oferta e aceitava uma inflação de até 20% ao ano.	Concorda com a teoria da inflação estrutural, se o país já é um país de renda média, pois, neste caso, os gargalos de abastecimento já deixaram de ser relevantes.
Proteção x taxa de câmbio	Rejeita qualquer tipo de proteção.	Defendia tarifas alfandegárias altas e taxas de câmbio múltiplas a fim de proteger as indústrias que assumiam serem “indústrias nascentes”.	Supõe que a indústria de transformação de países de renda média não é mais infante e não vê razão para a proteção, mas exige uma taxa de câmbio competitiva.
Restrição externa e poupança externa	Interessa, por um lado, que haja déficit em conta corrente crônico, portanto câmbio cronicamente sobreapreciado e, por outro lado, que os países em desenvolvimento sejam financiados por meio de empréstimos e investimentos diretos.	Acreditava na existência de uma restrição estrutural externa para o crescimento econômico.	Critica a política de crescimento com poupança externa, argumentando que ocorre geralmente uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa e sublinha o risco permanente de crises cambiais envolvidos.
Desenvolvimento social	Apenas preocupada com o livre comércio, supondo que o mercado cuidará do resto.	Defendia uma melhor distribuição de renda, mas não tinha uma política de bem-estar social.	Está preocupado com a distribuição mais igualitária de benefícios na sociedade.

Fonte: Bresser-Pereira; Theuer (2012, p. 819-822).

Diante do quadro apresentado destaca-se que o modelo de Estado novo-desenvolvimentista surge como um tipo ideal e procura estabelecer critérios para que o país possa ter uma trajetória de crescimento não interrompida e ainda constituir políticas autônomas rumo ao bem-estar social com pleno emprego e equidade social. Assim sendo, os autores Bresser-Pereira e Theuer (2012, p. 822) complementam, a respeito das ideias, que tenham como um dos pilares o desenvolvimento social e ressaltam que “o novo-desenvolvimentismo geralmente é implementado em novas democracias e pretende ser também um desenvolvimentismo ‘social’ – um desenvolvimentismo que também está preocupado com a distribuição mais igualitária de benefícios na sociedade”.

No plano das políticas públicas, os aspectos que definem o Estado novo-desenvolvimentista é o papel estratégico do Estado, a prioridade dada ao desenvolvimento econômico, uma taxa de câmbio competitiva, a responsabilidade fiscal e o aumento da carga tributária para financiar os gastos sociais, sendo que, para garantir esse Estado, o aumento dos gastos sociais seria justificável, pois seria em prol da sociedade: “Onde o aumento dos gastos sociais é crucial para este Estado, porque, no quadro da democracia, os eleitores exigem do Estado o aumento de gastos em educação, saúde, assistência social e seguridade social” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 814). Contudo, é bom lembrar que Keynes se opunha à ideia de carregar déficits públicos ao longo de diferentes períodos, o que pode tornar-se insustentável.

Neste mesmo sentido, o papel do Estado novo-desenvolvimentista consiste em criar oportunidades de investimento, investir ele mesmo quando necessário e regular os mercados a fim de assegurar o crescimento com estabilidade de preços e estabilidade financeira, além de criar estratégias para a redução das desigualdades sociais e melhoria no padrão de vida da população (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

Uma discussão pertinente à realidade que cerca o modelo de Estado novo-desenvolvimentista no contexto contemporâneo remete à necessidade de confrontá-lo com a realidade dominada pelos interesses das grandes corporações e das finanças transnacionais. Há que considerar seus propósitos sem sucumbir aos interesses das corporações mundiais. Por isso, a premissa de um Estado que se preocupa com o social e procura reduzir suas mazelas entra em confronto com a lógica excludente de um mercado sem pátria e centrado na acumulação progressiva a qualquer preço.

Seguindo adiante, Bresser-Pereira (1998) define a atuação do Estado concentrando-se em três esferas, a saber: a) as atividades exclusivas do Estado; b) os serviços

sociais e científicos do Estado; c) a produção de bens e serviços para o mercado. Especificamente o item “b” refere-se aos serviços sociais prestados pelo Estado. Castro (2012) ressalta que essas políticas sociais afetam a situação social não apenas do indivíduo, mas de toda uma população, alterando a economia e a autonomia de um país, passando pelo meio ambiente, tornando-se um elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional.

O autor ainda complementa a respeito das políticas sociais e a sua relação com o Estado do Bem-Estar:

[...] O debate sobre política social mistura-se às diversas interpretações analíticas da lógica e evolução do *Welfare State*, porque a política social é uma ferramenta primordial utilizada pelo Estado para gerar bem-estar social e as várias formas e possibilidades de implementação dessa ação levam a diferentes tipos e/ou padrões de atuação governamental na resolução das questões sociais (CASTRO, 2012, p. 1013).

Quanto à implementação da política social brasileira, o destaque fica por conta da sua inserção CF de 1988, que possibilitou um sistema de proteção e participação social que ainda se encontra em fase de amadurecimento e consolidação, mas que se destaca pelos avanços no campo da cidadania.

A CF é o marco central para analisar a evolução recente da proteção social no Brasil. Instituiu novas regras para os benefícios vinculados à previdência social, criando benefícios no âmbito da assistência social e assegurando a sua integração sob o princípio da seguridade social (CAMPOS; AMORIM; GARCIA, 2008, p. 229).

Para tanto, a Política Social desenvolvida pelo Estado busca realizar dois objetivos conjuntos: a proteção social e a promoção social. A proteção social agrupa as políticas sociais vinculadas à Seguridade Social. Já a promoção social trata das políticas que, a partir de determinados instrumentos, pretendem garantir aos cidadãos oportunidades e resultados mais amplos e equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico, tal como a Economia Solidária (CASTRO, 2012).

A seguir aborda-se o Estado e seu papel junto a ES, fazendo uma breve contraposição com ideias de autores quanto a sua atuação.

2.3.1 Atuação do Estado na Economia Solidária

No texto apresentado anteriormente há autores que acreditam na importância da atuação do Estado na ES; outros, porém, não veem com bons olhos esta

participação, pois defendem a autonomia empreendedora sem interferência do poder público. Yunus (2008) é um dos autores que defende a independência e a autonomia dos grupos comunitários em relação ao Estado, fundamentando-se na cultura empreendedora, que leva a uma emancipação dos grupos hoje dependentes de ações assistenciais, tornando-se autores da sua própria história e transformando a realidade em que vivem.

Mance (2000) traz a ideia de que o Estado pode incentivar o desenvolvimento da ES, mas não é condição necessária para o seu avanço. Por outro lado, Barbosa (2007) retrata a ação mediadora do Estado com cuidado, pois em muitos casos a ação política conservadora produz recuos desastrosos nas lutas sociais, interferindo nas desregulamentações sociais enquanto crença e práticas, criando uma desigualdade e desproporções de poder em favorecimento ao grande capital. Ainda faz uma crítica dizendo que, ao querer estimular o empreendedorismo coletivo por meio de grupos de excluídos do mercado de trabalho convencional, considerando sua baixa formação técnica e autoestima decaída por anos de subserviência, acaba-se tornando incoerente e até perverso transferir-se a responsabilidade por superar as adversidades unicamente para os grupos excluídos, desconsiderando ou reduzindo a interferência das estruturas sociais na produção de tais iniquidades. Sendo assim, “a economia solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal que sempre marcou a história trabalhista do país” (BARBOSA, 2007, p. 195).

Autores como Sousa Santos e Rodriguez (2003) defendem a atuação do Estado e ressaltam a necessidade de novos arranjos capazes de contemplar a multiplicidade e de que o Estado, os mecanismos de mercado e a sociedade civil convivam socialmente comprometidos. Por isso almejam um modelo mais participativo e próximo do cidadão comum, em que o Estado aproxime-se da sociedade e a sociedade se faça cada vez mais presente no próprio Estado.

Singer (2002), por sua vez, também reconhece a participação do Estado como elemento imprescindível para o desenvolvimento da ES, sem o qual se pode criar apenas um paliativo para amenizar o desemprego e a exclusão social sem mexer na questão estrutural. Os autores Borinelli, Luzio-dos-Santos e Pitaguári (2011, p. 204) ratificam a ideia de um Estado aliado à ES: “acreditamos na intransferível e vital articulação das iniciativas de economia solidária com o Estado, sendo este um agente privilegiado de empoderamento deste modelo socioeconômico, principalmente em sua fase inicial, avançando nas políticas públicas em prol de soluções emancipadoras”. Todavia, estes autores não deixam de alertar para o risco de perda da desejável autonomia por parte desses empreendimentos à medida que

dependem do poder público, algo que deveria ser progressivamente reduzido. Nesse sentido Luzio-dos-Santos e Borinelli (2010, p. 20) fazem um alerta quanto às armadilhas e à atuação do Estado na ES:

É preciso prevenir-se contra as armadilhas do “engaiolamento” das demandas solidárias pelas burocracias do Estado, as estruturas de vínculos eleitorais e personalismos, mas sobretudo contra as próprias restrições impostas pelas afinidades estruturais entre o Estado e a economia capitalista. O “sucesso” e expansão da ES devem angariar não necessariamente mais apoio, mas também um maior grau de oposição organizada, para não gerar conformismos e retrocessos. As brechas abertas também se fecham. Seja como for, como todo ato político insurgente a ES é uma aposta em um terreno adverso que nos desafia em nossas convicções, paciência e criatividade.

É importante ficar atento aos possíveis entraves produzidos pelo Estado, entre eles o apoio à ES estar vinculado a estruturas eleitorais. Neste contexto vale destacar novamente a importância da aprovação da Lei Nacional da Economia Solidária - PL 4685/2012. Sua legitimação junto às políticas públicas do Estado poderá garantir o reconhecimento e sua eficácia independentemente de governos específicos, além de se tornar uma Lei abrangente, que não fique restrita a lidar com pessoas apenas em situações de vulnerabilidade ou em situações de exclusão social, mas que seja uma alternativa efetiva de geração de trabalho e renda de forma coletiva estendida a toda a sociedade.

Neste mesmo sentido, Pisicchio (2014) ressalta ainda que o Estado, devido à burocracia e critérios da gestão pública, acaba por dificultar a aproximação e o reconhecimento das verdadeiras necessidades em relação à ES, que, por isso, necessita de uma maior disseminação e um trabalho em conjunto entre o Estado e as instituições da sociedade civil.

Oliveira e Luzio-dos-Santos (2015) veem no Estado o apoio fundamental, pelo menos nos estágios iniciais, para impulsionar e consolidar a ES e ressaltam a importância de serem introduzidas políticas de empoderamento especiais para esses empreendimentos. Os autores dão destaque especial para a importância de se estabelecerem parcerias entre o poder público e esses empreendimentos, como torná-los fornecedores privilegiados de algumas demandas do Estado, como é o caso das compras públicas sustentáveis.

Essa participação do Estado na ES pode ser observada em estudos como o de Nishimura (2005), que retrata os grupos de geração de trabalho e renda com base na ES, descrevendo o processo da implantação do PMES no município de Londrina, que surge como principal avanço das PPES, e que também destaca o crescente interesse do Estado em propor a ES como alternativa de enfrentamento aos altos índices de desemprego encontrados no país. Ainda Silva e Serafim (2013) retratam a experiência em São Jose dos Pinhais e falam sobre a

atuação do estado do Paraná na ES e a criação de leis municipais a fim de estimular a ES como Política Pública de inclusão social.

É importante ressaltar a posição de Bresser-Pereira (1998; 2004), que aponta para a necessidade de um Estado novo-desenvolvimentista que não fique preso a atos burocráticos e engaiolamentos políticos. A figura do cidadão atua como o ponto central dessa relação, podendo estar ciente e participar democraticamente das decisões. Diante disso acredita-se na influência do Estado nas políticas sociais, tornando-se um fator crucial para o fortalecimento da ES. Retomando as ideias de um Estado novo-desenvolvimentista, caracteriza-se como parte de suas ações o fortalecimento dos programas de estímulo à geração de empregos e de qualificação da mão de obra como forma de inclusão social de importantes segmentos da população marginalizados.

Mas quando se faz uma análise do Estado novo-desenvolvimentista correlacionando-o a ES, pode-se dizer que ele é considerado em certa medida sustentável. Isso está relacionado ao ponto de vista social, em que busca o bem-estar e a equidade, com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades. Porém, ao mesmo tempo torna-se incoerente a essa proposta no quesito econômico, pois percebe o mercado convencional como a grande arena de atuação da ES, exposta às contradições do sistema capitalista. A difícil convivência entre ES e os preceitos do capitalismo tradicional obriga a que outras políticas sejam conjugadas para dar consistência a um novo projeto econômico e social, o que obriga a reformas na política fiscal, monetária e cambial, bem como ações na esfera da política industrial, com o objetivo de incentivar modelos econômicos mais democráticos e sustentáveis.

Em suma, o papel do Estado novo-desenvolvimentista parece fundamental como indutor de desenvolvimento que, diante das políticas sociais, promove a ampliação da solidariedade e da inclusão social. Nesse sentido, o Estado como apoio de políticas sociais teve seu papel ampliado em 2003 com a criação da SENAES e, posteriormente, com as demais ações tanto a nível federal como municipal; entre os programas, ações e estratégias, destaca-se a criação do espaço físico do CPES, que busca impulsionar o trabalho e a renda de forma coletiva, além de servir como um ambiente de comercialização dos produtos solidários produzidos pelos empreendimentos de ES. A partir desta compreensão são abordados na próxima seção os CPES, como unidade de análise da presente pesquisa.

2.4 CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALIANÇA ENTRE O ESTADO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entre as diferentes políticas públicas de alavancamento da ES por parte do Estado, destaca-se a criação do espaço do CPES, que, por sua vez, se propõe a incentivar e dar apoio aos empreendimentos solidários de diferentes municípios e regiões brasileiras, contribuindo para fortalecer e fomentar a ES. Por isso, neste momento aborda-se a sua constituição e trajetória, assim como suas principais características e conceitos.

Tudo começou com as PPES em 2003, quando da criação da SENAES, no intuito de fortalecer e difundir a ES mediante políticas integradas, buscando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, as quais são agrupadas em quatro eixos, por meio das seguintes ações que buscam propiciar aos EES: a) acesso ao conhecimento; b) comercialização de seus produtos e seus serviços; c) acesso ao financiamento e ao crédito; e d) consolidação das políticas públicas de ES nas diferentes esferas de governo e auxiliar na institucionalização delas. Dentro do último eixo se concentra a implantação do CPES, que nasce como uma das principais estratégias de expansão de PPES a partir de parcerias com entes públicos, buscando consolidar uma rede em que as diferentes políticas de ES estejam integradas (SENAES, 2012).

Sendo assim, a proposta de implantação dos CPES surgiu em 2005, por meio de processo de consulta pública instituído pela SENAES, como é exposto a seguir:

A proposta de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária amadureceu a partir do diálogo da SENAES com a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária e com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), no âmbito de um Grupo de Trabalho (GT) criado em 2005 para tratar do tema das Políticas Públicas. Desde então, os Centros Públicos de Economia Solidária fazem parte de uma estratégia nacional da SENAES, objetivando um processo de integração das iniciativas de ES com outras políticas públicas de geração de trabalho e renda e de superação da pobreza desenvolvidas por governos estaduais e municipais (SENAES, 2012, p. 54).

Desde então, a SENAES assumiu papel importante de articulação das Políticas Públicas (PP) governamentais de ES, contribuindo com diversas ações que vêm sendo gestadas por iniciativa da sociedade civil, apoiando a implantação de CPES, dando oportunidade às administrações estaduais e municipais de constituírem espaço para a agregação das diversas iniciativas no campo da ES (SENAES, 2012).

Para que ocorresse a implantação de cada Centro Público, o apoio e o convênio com governos municipais eram imprescindíveis, pois ela envolvia a reforma do espaço físico e a provisão de equipamentos, mobiliário, materiais permanentes e de consumo.

Foi estabelecido um instrumento chamado de Termo de Referência, com intuito de dar transparência e envolver as diversas instituições da sociedade civil que atuam junto a ES (MTE/SENAES, 2009), que tem o papel de orientar a concepção e implementação dos CPES como instrumento de fortalecimento e visibilidade da ES no Brasil (SENAES, 2012). Em vista disso, Barbosa (2007) acrescenta que esse termo objetiva agregar as práticas e dar identidade e visibilidade às iniciativas de trabalho autogestionário.

O termo de referência serve como um parâmetro de referência para os municípios que queiram fazer a implantação dos CPES conforme critérios, objetivos, finalidade e metodologia de funcionamento. São características básicas, nas quais são remodeladas e adaptadas as necessidades locais.

Ele trata dos beneficiários diretos e prioritários, os empreendimentos econômicos solidários, urbanos e rurais localizados em qualquer parte do território nacional, sendo considerados beneficiários indiretos os familiares dos integrantes dos empreendimentos e as entidades de apoio e fomento com atuação na economia solidária (MTE/SENAES, 2009).

Quanto aos objetivos que permeiam os CPES, no termo de referência destacam-se:

1. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária;
2. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados à economia solidária;
3. Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
4. Abrigar atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
5. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
6. Promover nas suas dependências atividades de incubação de empreendimentos solidários;
7. Fortalecer as redes de comercialização dos produtos originados na economia solidária;
8. Constituir quadro técnico e infraestrutura nas administrações locais com condições de fomentar a expansão da economia solidária;
9. Formar rede de políticas públicas locais de economia solidária;
10. Promover intercâmbio de empreendimentos econômicos solidários em nível local, regional e nacional;
11. Contribuir para elaboração e execução de políticas de economia solidária em nível local (MTE/SENAES, 2009 p. 5-6).

Os objetivos descritos são importantes, pois direcionam as principais ações a serem seguidas; neste caso, cada município, principalmente por meio de leis municipais, acaba adaptando os objetivos à realidade local.

Nota-se a preocupação, no termo de referência, em englobar diversos atores da sociedade civil, pois se acredita que o envolvimento da população é fundamental para o fortalecimento dessa estratégia, sendo eles: EES; representação sindical, centrais, associações; outras instituições e outros fóruns e movimentos relacionadas com o tema ES; universidades; ONGs; representantes das três esferas de governo; instituições de microcrédito; redes de EES; fóruns estaduais, regionais e municipais de ES; e outros atores que sejam entendidos como importantes para a construção da ES (MTE/SENAES, 2009). Martos (2013) descreve o CPES como um espaço com diversas iniciativas de ES. Por isso destaca a importância da participação de todos os atores envolvidos no processo.

Quanto à gestão dos CPES, o termo dispõe que eles devem ter um gestor do Conselho de Gestão (CG); seu mandato será de dois anos e, como atribuições, o CG deverá estabelecer o regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras instâncias a ele vinculadas. O CG deverá representar os diversos atores e deve garantir um mínimo de 60% de representação da sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, deverá ser composta por no mínimo dois terços de representantes de EES. A representação governamental compreende os 40% restantes do total dos membros. Sempre que possível, sua composição deverá ter representantes do poder público municipal, estadual e federal (MTE/SENAES, 2009, p. 7-8).

Dando sequência, a SENAES (2012) descreve que pretende construir uma rede de CPES para funcionar como espaço de integração entre as diversas iniciativas próprias a este campo, sendo que, entre 2004 e 2006, foram aprovados 23 projetos de Centros Públicos. Todavia, alguns desses foram cancelados devido à descontinuidade de algumas políticas públicas municipais, ficando o total declarado de 19 convênios para a implantação de Centros Públicos. Como é exposto no capítulo “Procedimentos Metodológicos”, foram encaminhados alguns questionamentos para a ouvidoria da MTE a fim de saber quais municípios estavam com este convênio ativo. Responderam apenas com o protocolo aberto no mês de abril de 2015, mas ele não continha as informações necessárias para atualizar os dados dos convênios ativos.

Considerando os 19 projetos relatados, é possível observar, no relatório de distribuição de projetos por ações agregadas do período de 2003 a 2010, que o CPES foi um dos que recebeu menor investimento no período, o equivalente a R\$ 4.562.372,09, o que corresponde a 2% do montante. Outros projetos, como promoção do desenvolvimento local e ES e apoio às incubadoras de ES, tiveram respectivamente 27% e 14% do montante total investido (SENAES, 2012, p. 26). Levanta-se a hipótese de que esse investimento inferior no

CPES seja até mesmo pelo interesse dos próprios municípios de inscreverem seus projetos, visto que, após a construção do espaço físico, é necessário um contrapartida para dar continuidade à manutenção (água, energia elétrica, despesas básicas) do CPES. Sendo assim, são poucos os municípios que se interessam, visto que foi celebrado um total de 19 convênios no Brasil.

A partir dessas considerações e exposição das características que conduzem os CPES, Martos (2013) faz alguns apontamentos descrevendo-o como um espaço fixo de comercialização de produtos, propício à discussão, formação dos empreendimentos e aproximação das pessoas. O seu vínculo perdura no âmbito nacional e não somente municipal. O espaço exposto por Martos também é apresentado por outros autores, que, com seus comentários, contribuem com características, dando uma complementariedade e dimensão às atribuições e papel do CPES.

De acordo com a SENAES (2012, p. 54), “os Centros Públicos de Economia Solidária são espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da ES a serem realizadas por instituições governamentais ou não governamentais”.

Complementando, o CPES passa a ser visto como um espaço para abrigar o conjunto de atividades que tenham por objetivo o fortalecimento e fomento da ES, podendo contribuir para a constituição de uma maior identidade e visibilidade da ES, tanto dentro do próprio setor quanto para a sociedade (MTE/SENAES, 2009). Além disso, Costa e Nishimura (2010) acreditam na concepção do CPES enquanto um espaço público, com responsabilidade de gestão pelo Poder Público, propiciando acesso à ampliação das oportunidades e fomento das atividades realizadas pelos empreendimentos, participação e controle social dos trabalhadores e entidades de apoio e fomento da ES.

Estudos como de Prochet (2008), Borinelli, Luzio-dos-Santos e Pitaguári (2010), Costa e Nishimura (2010), Cruz e Luzio-dos-Santos (2010), Nishimura e Rizzotti (2010) e Salvi *et al.* (2011) apresentaram a experiência do PMES no município de Londrina, por meio do Centro Público enquanto proposta alternativa de geração de trabalho e renda, e evidenciaram a necessidade do reforço do programa para ir além do assistencialismo e distribuição de renda e passar a ser encarado como uma oportunidade de emancipação social e econômica. Destacam também a importância da formalização dos empreendimentos. Descrevem os objetivos dos CPES e o modo de funcionamento dos empreendimentos que participam da comercialização, como as discussões, avaliações e tomadas de decisões, e a

importância de uma rede de apoio à comercialização de produtos de grupos de produção incubados pelo CPES.

Diante desse contexto, destaca-se que, mesmo que o CPES tenha surgido para sanar alguns desafios preconizados pelas precárias relações de mercado, como comercialização, diálogo entre os sujeitos, fortalecimento dos empreendimentos, ainda assim existem gargalos a serem sanados, entre eles, a desincubação, a geração de renda, o caráter assistencialista ou terapêutico dos CPES, trabalho coletivo, entre outros, mas eles são tratados adiante na discussão de resultados. No entanto, são inegáveis os avanços que surgiram em decorrência do CPES. Costa e Nishimura (2010, p. 132) destacam que:

A existência do Centro Público de Economia Solidária permite a análise de alguns avanços nessa trajetória de experiência, como a concretização de uma demanda colocada desde o início das atividades de Economia Solidária no Poder Público; a própria experiência de construir coletivamente formas de gestão administrativa e socialização de um espaço coletivo; a apropriação do espaço enquanto local de comercialização dos empreendimentos da economia solidária e do qual participam nas decisões; o aprendizado coletivo para a gestão de um espaço de comercialização comum a todos e todas; a instituição de mecanismos administrativos de controles a partir da compreensão e vivência de cada empreendimento solidário; tornando-se referência para vários grupos que vêm à cidade participar de eventos específicos de suas áreas profissionais; e oportunizando à comunidade, num só espaço, o acesso a diferentes produtos da economia solidária.

Em contraposição, os benefícios gerados por meio dos CPES são inúmeros, principalmente no que se refere à participação e valorização das pessoas perante a sociedade.

Esses avanços e desafios podem ser observados em trabalhos que ganharam um cunho crítico quanto ao processo desempenhado tanto pelo PMES como pelo CPES em Londrina. Borinelli *et al.* (2012) analisaram os avanços e os limites da PPES, em especial o processo de incubagem. E Hisamitsu (2013) procura entender os motivos da desvinculação dos grupos do PMES, com destaque para a renda, que ainda consiste em um dilema, assim como o processo de desincubação. Em 2013, a autora Martos (2013) procurou analisar e compreender como o CPES vivenciava os princípios emancipatórios, descrevendo o histórico e desenvolvimento, entendendo o processo de incubagem, evidenciando possíveis contradições entre o tipo ideal de emancipação e a realidade vivenciada. Luizão (2013), por sua vez, destaca que o PMES funciona como importante tática de inclusão social, à medida que os EES vinculados aos CPES se sentem valorizados. Destacou a atuação dos empreendimentos e a necessidade de uma maior autonomia aos diferentes atores que transitam nesse cenário.

Em síntese, pode-se dizer que o CPES é um importante espaço advindo de Políticas Públicas instituídas pelo Governo Federal, possui uma multifuncionalidade e é

considerado um ponto de referência para a comercialização de produtos dos EES. O termo de referência pela qual ele se pauta serve de embasamento para os municípios, que, por sua vez, irão adequá-lo de acordo com a realidade local.

Diante da fundamentação teórica apresentada até aqui, percebe-se que o capitalismo, apesar dos seus avanços, traz em evidência as desigualdades sociais, os desequilíbrios ambientais e as relações sociais precarizadas. Diante das suas contradições buscam-se alternativas a esse modelo hegemônico. Entre as diversas alternativas, a ES se destaca por priorizar princípios como a solidariedade, autogestão e cooperação. E o Estado, por sua vez, é considerado um importante fomentador dessa iniciativa, que, a partir de 2003, por meio da SENAES, criou programas, ações e estratégias para desenvolver os empreendimentos econômicos solidários. Entre as várias estratégias, o CPES surgiu como um espaço multifuncional a fim de articular, capacitar, comercializar e, acima de tudo, fortalecer e fomentar os empreendimentos.

Após a exposição conceitual, faz-se necessário o posicionamento que é adotado pela pesquisadora, levando em consideração o alinhamento dos autores expostos, para assim trazer as definições operacionais desta pesquisa.

2.5 DEFINIÇÕES DE PESQUISA CONSTITUTIVA E OPERACIONAL

Neste momento, busca-se delinear as definições operacionais, podendo ser semelhante ou não com a literatura revisada. Sendo assim o conceito operacional foi adotado selecionando um dos conceitos constitutivos relacionado com a visão paradigmática da pesquisadora. A partir disso busca-se definir as categorias de análise que têm relação direta tanto com a fundamentação teórica como com os objetivos específicos deste estudo.

Doravante nesta pesquisa alguns posicionamentos adotados no que se refere às contradições e nos modelos de organizações alternativas ao capitalismo apoiam-se na visão de Sousa Santos e Rodriguez (2003), em que os efeitos danosos do capitalismo se fazem presente a cada dia, através de suas contradições, sendo elas: desigualdades, empobrecimento da sociabilidade nas relações humanas e insustentabilidade ambiental. Seguindo a mesma linha acredita-se que as contradições, por sua vez, trazem a possibilidade da reinvenção de alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, centralizando a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e que representam formas de organização econômicas com base na igualdade e solidariedade juntamente com a proteção do meio

ambiente. E, entre essas organizações, destaca-se a ES, que, de acordo com Singer (2002), se baseia em valores como ajuda mútua, esforço próprio, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, e com isso surge como uma alternativa de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

A partir disso considera-se a participação do Estado novo-desenvolvimentista por Bresser-Pereira (1998), sendo ele fundamental para promover o desenvolvimento, bem como maior justiça social, garantindo a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento do mercado, além de exercer o papel de coordenação econômica, corrigindo as anomalias do mercado, garantindo proteção social e estimulando o emprego. Por fim, o conceito adotado pela SENAES (2012) dos Centros Públicos de Economia Solidária, que se constituem como espaços multifuncionais abordando a comercialização, formação e articulação local da ES e possuem como objetivo disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades dos EES.

Nesta pesquisa, ainda, se faz uso de alguns trabalhos empíricos com maior ênfase. Em Londrina são utilizados estudos como o de Nishimura (2005), pelo fato de abordar o início e desenvolvimento do Programa de Economia Solidária no Município, de Costa e Nishimura (2010), por apresentar e discutir as principais características do CPES, e, por fim, o de Martos (2013), em cujo trabalho este estudo se fundamenta e para o qual busca uma complementação daquilo que foi aí apresentado. Em São José dos Pinhais, apesar de não existirem estudos específicos do CPES, os artigos de Oliveira e Beatriz (2011) e Silva e Serafim (2013) poderão trazer elementos relevantes e pertinentes sobre a ES e o PMES no município.

Tendo apresentado o conceito e alguns trabalhos que abordam assuntos de interesse para essa pesquisa, apresentar-se-á, a seguir, os procedimentos metodológicos que dão suporte ao trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por finalidade delinear os procedimentos metodológicos que são utilizados na construção da pesquisa, descrevendo o caminho através de alguns passos como: Classificação Geral da Pesquisa, Coleta de Dados, que contempla a unidade de análise, e os instrumentos utilizados, avançando para a Análise de Dados e a Limitação da Pesquisa, bem como uma Síntese da Estratégia de Pesquisa utilizada.

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo e, como estratégia, o estudo de caso. Dessa forma, o próprio objeto de estudo foi quem direcionou o método mais apropriado para analisá-lo (GODOI; MELLO; SILVA, 2006). Neste caso, o fenômeno social estudado é a atuação e a continuidade dos CPES da cidade de Londrina e de São José dos Pinhais. A escolha pela abordagem qualitativa, portanto, se fez necessária, pois se busca analisar a atuação e a continuidade dos CPES no estado do Paraná, enfatizando a explicação aprofundada do fenômeno em seu processo que, neste caso, envolve um número restrito de pesquisados. Vieira (2004, p. 15) reforça a importância da pesquisa qualitativa, dado o enfoque do estudo, que “garante a riqueza dos dados, permite ver o fenômeno na sua totalidade, bem como facilita a exploração de contradições e paradoxos”, e ainda, Richardson (2012, p. 79) corrobora dizendo que “o que justifica o uso da pesquisa qualitativa é, sobretudo, por ser uma forma adequada de se entender a natureza de um fenômeno social”.

No que tange ao caráter da pesquisa, ela se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratória, pois mesmo partindo de alguns pressupostos prévios, não apresenta proposições precisas, dado que pesquisas nesta área ainda estão em processo de construção no Brasil e os estudos demonstram-se ainda incipientes. Segundo Severino (2011, p. 123), “a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”; é considerada também como descritiva, pois tem o intuito de relatar os fatos como realmente são, proporcionando uma nova visão sobre a realidade já existente. Os autores Silva e Menezes (2005) complementam a ideia de que a pesquisa descritiva busca relatar os diversos fenômenos ou população, consistindo em um perfil de levantamento de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática, sempre relacionando os dados obtidos com os

objetivos já apresentados.

Quanto à estratégia metodológica, é utilizado o estudo de caso, pois permite analisar uma realidade específica como é a do CPES de Londrina e a de São José dos Pinhais, os únicos atualmente em atuação no estado do Paraná, visto que a ideia original foi de levantar e pesquisar todos os CPES existentes no estado. De acordo com Godoy (2006, p. 121), o “estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno do objeto da investigação”. Ainda, Godoy (2006) ressalta que é importante ter delineado se a pesquisa é de caso único ou de casos múltiplos. Neste estudo, adotam-se os casos múltiplos, pois “possibilitam o estabelecimento de comparações e a obtenção de resultados mais robustos”, o que, no caso do Paraná, se reduz a dois casos - organizações que se enquadram dentro das características previamente definidas (GODOY, 2006, p. 127).

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados utilizada envolveu entrevistas junto aos principais atores envolvidos com a ES e os CPES nos municípios estudados; observação não participante e análise de documentos. De acordo com Godoy (2006), essa composição é chamada de multimétodo, uma vez que utiliza variadas fontes de informação que se complementam. Para compor a coleta de dados, são expostos a unidade de análise e os instrumentos utilizados.

3.2.1 Unidade de Análise

A unidade de análise da presente pesquisa é o espaço do CPES de Londrina e o de São José dos Pinhais; ambos têm a sua importância por terem sido pioneiros no estado do Paraná e por desenvolverem ações para estimular a ES nos municípios supracitados. O CPES por sua vez, é considerado uma das principais estratégias criadas pela SENAES para fomentar os EES.

É importante fazer um adendo, pois geralmente há uma confusão quanto à unidade de análise. Neste caso, para se entender o funcionamento e a importância do espaço do CPES, foi necessário ampliar a explicação ao PMES, pois ambos se complementam e interligam, mas não se confundem, pois a unidade de análise é o espaço físico do CPES, que funciona como um mecanismo de comercialização, discussão e reflexão dos empreendimentos.

Sendo assim, a fim de delimitar a pesquisa e devido a não localização de informações públicas, foi encaminhada mensagem a Ouvidoria do MTE, que, por sua vez, foi repassada à SENAES por meio dos protocolos 960877, 965214, 982972 e 1013601, enviados entre o mês de abril e agosto de 2015, em que se buscou levantar todos os CPES e PMES em atuação no Brasil. O protocolo aberto dia 22 de abril de 2015, número 965214, foi respondido dia 19 de agosto de 2015, com os seguintes dizeres:

Em atenção à sua manifestação, informamos que devido a problemas pontuais, infelizmente, não foi possível responder seu questionamento em tempo hábil. Pedimos desculpas pelo ocorrido, e esperamos em outra oportunidade podermos resgatar sua confiança nos serviços prestados por este Ministério. Certos de sua compreensão, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Mesmo com o questionamento, a resposta foi genérica e não forneceu as informações devidas. Diante da situação foi aberta outra ocorrência por meio da qual, a pesquisadora continuava até a finalização deste estudo na espera de uma resposta plausível e concreta, na qual não veio. Como as informações necessárias não tinham sido fornecidas, foi realizado um levantamento via internet usando a nomenclatura oficial utilizada pela SENAES “Centros Públicos de Economia Solidária”, neste caso acrescentando a expressão regional “no Paraná”. Além disso, nas entrevistas realizadas indagou-se se o entrevistado tinha conhecimento de outras unidades dentro do estado do Paraná, chegando-se a duas unidades dentro do estado.

As unidades do CPES no Paraná estão localizadas em Londrina e em São José dos Pinhais. O CPES de Londrina foi pioneiro e conta atualmente com um total de 44 grupos, totalizando 138 pessoas envolvidas (ENTREVISTADA E₁). Como afirmam Borinelli *et al.* (2012, p. 8), “Londrina foi um dos primeiros municípios a articular e implantar a Política Pública de Economia Solidária e a montar um CPES, financiado pela SENAES, o qual é referência para todo o país”. São José dos Pinhais, por ser o segundo município do estado a implantar o CPES, sendo que o PMES deu seus primeiros passos em 2009, possui atualmente 10 grupos com um total de 57 pessoas. Em 2010 o município de São José dos Pinhais passou a contar com a Lei Municipal da Economia Solidária e no ano subsequente aprovou o decreto do CPES, que estabelece as regras e procedimentos de funcionamento para o espaço de exposição, comercialização e formação dos Empreendimentos Solidários (BRASIL, 2011).

3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a realização da coleta de dados foram utilizados três instrumentos, a entrevista, a observação e a análise documental. Quanto à entrevista, ela contém um roteiro semiestruturado, buscando a compreensão do problema. Godoi, Mello e Silva (2006) destacam que as entrevistas semiestruturadas são pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado. A escolha pela entrevista semiestruturada se deve ao fato de o entrevistado ter liberdade de responder, além de que esse tipo de entrevista permite a adequação e a reformulação das questões de acordo com as respostas do entrevistado. A escolha dos entrevistados buscou relacionar pessoas que ocupavam posição organizacional decisória dentro dos CPES e do PMES, ou seja pelo pioneirismo e/ou vínculo atual.

As perguntas foram elaboradas buscando responder à questão central da pesquisa, sendo que foram necessários dois roteiros de entrevista. O primeiro, com a nomenclatura “Roteiro de Entrevista 1” (APÊNDICE A), foi aplicado aos integrantes do CPES e do PMES de Londrina e São José dos Pinhais. Na cidade de Londrina, esta pesquisa foi realizada com duas pessoas: uma é a gerente de inclusão produtiva e a sua importância está relacionada ao cargo gerencial que ocupa, por conter informações pertinentes à pesquisa. A outra entrevista é com a ex-coordenadora do PMES, que atualmente exerce o cargo de Diretora de Proteção Social Básica, e a sua relevância se deve ao fato de a mesma ter sido uma das pioneiras na implantação do Programa e até nos dias de hoje permanecer com vínculo ao CPES. Na cidade de São José dos Pinhais foram realizadas três entrevistas: uma com a atual Diretora de Qualificação e Fomento, por ser a pessoa responsável no momento pelas questões que envolvem a ES no município. As outras entrevistas foram com a pessoa responsável atualmente pelo gerenciamento do CPES, por meio do chamamento público⁴ nº 006/2011, e com o ex-secretário de Trabalho, Emprego e Economia Solidária do município, que atuou no período de 2009 a 2012, por ser um dos pioneiros a idealizar essas iniciativas solidárias no município de São José dos Pinhais.

Já o segundo roteiro, designado “Roteiro de Entrevista 2” (APÊNDICE B), foi aplicado especificamente ao ex-secretário da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Economia Solidária (SETS) do Paraná. A escolha se deu pelo fato de o mesmo estar na SETS

⁴ O chamamento público representa a forma mais democrática e transparente para a realização da escolha, porém não se trata de uma nova modalidade de licitação. Mas seja qual for a forma de seleção, é importante observar o cumprimento de critérios objetivos para a escolha do interessado ou a fundamentação para a não realização do procedimento.

desde fevereiro de 2013 como diretor-geral e, posteriormente, de março a dezembro de 2014, ter assumido como secretário da pasta, ou seja, foi o último a exercer a função antes de ela ser extinta e incorporada, a partir de janeiro de 2015, na Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS), conforme publicação da Lei nº 18.374, de 15 de dezembro de 2014 (DIÁRIO OFICIAL EXECUTIVO, 2014).

Vale destacar que ambos os roteiros continham perguntas básicas relacionadas à identificação do entrevistado, com o intuito de conhecê-lo e saber de uma maneira rápida a interligação entre sua carreira e o exercício de função relacionada à ES; foram realizadas perguntas como: nome, cargo, formação acadêmica, processo de seleção, tempo no cargo e descrição da sua trajetória até chegar a exercer a função.

Segue um quadro explicativo com os entrevistados relacionando as principais características inerentes a este instrumento.

Quadro 2 – Entrevista: Principais características

Código	Cargo	Município	Período da Entrevista	Duração
E ₁	Gerente de Inclusão Produtiva	Londrina	Dez/14	01h e 12m
E ₂	Ex-coordenadora do PMES e atual Diretora de Proteção Social Básica (pioneira)	Londrina	Jan/15	01h e 32m
E ₃	Diretora de Qualificação e Fomento	São José dos Pinhais	Mai/15	02h e 30m
E ₄	Gerente do CPES – chamamento público nº 006/2011	São José dos Pinhais	Nov/15	00h e 57m
E ₅	Ex-secretário municipal de trabalho, emprego e economia solidária (pioneiro)	São José dos Pinhais	Nov/15	01h e 12m
E ₆	Ex-secretário da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Economia Solidária (SETS) do Paraná	–	Set/15	00h e 37m

Fonte: elaborado pela autora (2015)

O quadro dois contém os principais dados de modo compilado, a fim de esclarecer ao leitor características da realização das entrevistas. Para chegar ao sujeito, a princípio foi feito um contato informal via contato telefônico e, posteriormente, encaminhado uma solicitação formal, via correio eletrônico, que continha os dados de identificação da pesquisadora bem como o objetivo da pesquisa. No dia da realização da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento da Pesquisa (APÊNDICE C), que o entrevistado leu ficando ciente da pesquisa e posteriormente assinando e autorizando a gravação e divulgação dos dados. O período das entrevistas se deu entre os meses de dezembro de 2014 a novembro de 2015 de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

Outro instrumento utilizado consiste na observação, que foi realizada de forma não participante. Segundo Godoy (2006), essa forma inclui as visitas de reconhecimento do local, observações feitas por ocasião da realização das entrevistas e outras situações a que o pesquisador tenha sido convidado, em que o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que possa interessá-lo para o andamento do trabalho. A escolha por esse instrumento se deve à contribuição que ele traz para apontamentos na composição da análise de resultados. Neste caso, as observações foram realizadas através de visitas ao local, sendo que estas começaram aleatoriamente no ano de 2014 no município de Londrina, a princípio para conhecer o local e conversar informalmente com as pessoas dos empreendimentos que lá ficam; posteriormente, visitas tanto no dia da entrevista quanto em momentos alternados no decorrer da pesquisa. No município de São José dos Pinhais, a primeira observação ocorreu no dia da entrevista com a diretora de qualificação e fomento, sendo que, após sua realização, que ocorreu na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, a entrevistada propôs um *tour* para conhecer o CPES e a localização dos principais pontos de comercialização, como as feiras. Ainda neste município foi realizada outra visita em meados de novembro de 2015, a fim de conhecer os empreendimentos, as feiras, bem como o ônibus que eles possuem – mas que naquele momento não estava em funcionamento, devido à participação dos EES em outros eventos -, este tem por finalidade comercializar e divulgar os produtos dos empreendimentos no município e na região metropolitana através da rota denominada caminho do vinho. Com isso, foi possível conhecer a infraestrutura de uma unidade de análise dos referidos municípios e as relações sociais construídas neste ambiente.

Por fim, a análise documental, sobre a qual Godoy (2006) afirma que pode trazer contribuições importantes ao estudo de caso, uma vez que amplia as evidências oriundas de outras fontes, e que pode ser composta pelo mais variado material escrito, incluindo estatísticas e elementos iconográficos. Os documentos a serem analisados referem-se a leis, decretos e atas específicas referentes aos dois municípios estudados a fim de contrapor e/ou complementar os documentos oficiais com a fala dos entrevistados.

A utilização dos diversos tipos de coleta apresentados deve-se ao fato de ela aumentar a riqueza dos dados, com o objetivo de cruzar as informações captadas a fim de validar a pesquisa.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

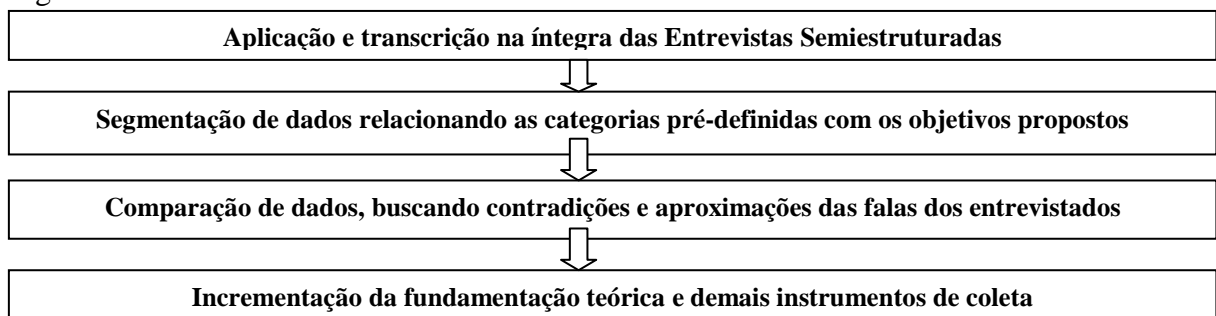
Para uma melhor compreensão quanto à análise dos dados, ela é integrada à entrevista e é composta por questões que contemplem as categorias de análise estabelecidas de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Carvalho (2012), a definição das categorias de análise em qualquer pesquisa é sempre um processo complexo, porque depende de muitos fatores. As categorias precisam de ancoragem na fundamentação teórica utilizada, mas também precisam estar em harmonia com os dados coletados durante a pesquisa. A construção da entrevista com base em categorias requer certo cuidado em sua elaboração, para que, depois, os resultados obtidos possam ser classificados dentro das categorias pré-definidas.

A escolha pela análise de dados através de categorias se deve ao fato de a pesquisa ficar em consonância com a fundamentação teórica bem como com o problema e os objetivos traçados e, com isso, propiciar uma melhor compreensão do estudo. Sendo assim alguns critérios foram estabelecidos para realizar a análise de categorias, seguindo princípios apresentado por Godoy (2006, p. 137-138):

Para Godoy (2006), “os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema de organização que é predominantemente derivado dos próprios dados. O material pertencente a cada categoria particular é agrupado, tanto conceitual como fisicamente de forma indutiva” (p. 137). Posteriormente à segmentação de dados, a autora nos apresenta a principal ferramenta, que consiste na comparação. “O método de comparar e contrastar é usado praticamente em todas as tarefas intelectuais durante a análise para formar as categorias” (p. 137). Lembrando que as categorias são pré-definidas, elas podem ser alteradas e/ou complementadas. “As categorias são tentativas e preliminares desde o início da análise e permanecem flexíveis já que, sendo derivadas dos próprios dados, devem acomodar dados posteriores” (p. 138).

Segue na figura 1 uma explicação quanto à análise de dados que foi realizada nesta pesquisa.

Figura 1 – Processo de análise de dados



Fonte: elaborado pela autora (2015)

De forma simplificada, nesta pesquisa, as entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, obtido através do link <http://www.nch.com.au/scribe/> e, posteriormente, separadas por categorias pré-definidas, que, por sua vez, contêm as perguntas estabelecidas nos roteiros de entrevistas. Após a segmentação de dados, conforme afirma Godoy (2006), houve a comparação da fala dos entrevistados, a fim de verificar as contradições e as proximidades entre elas. Ressalta-se que este estudo é multicaso, portanto se busca a comparação entre as narrativas dos atores entrevistados nas unidades dos CPES de Londrina e de São José dos Pinhais. Posteriormente, foram incrementadas com a literatura apresentada na fundamentação teórica, utilizando-se também as observações e os documentos para alimentar e contribuir apropriadamente com as análises.

3.4 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Levando em consideração todo o trajeto desta pesquisa, destaca-se como limitação do estudo o acesso direto aos documentos oficiais, principalmente referentes às atas dos municípios. O fato dos documentos não possuírem um *site* exclusivo para consulta de dados e informações impossibilita conferência ao material original, pois os dados acabam ficando de uso exclusivo e restrito. Sendo assim, a maioria dos documentos foi disponibilizada de forma resumida e não na íntegra. Outra limitação refere-se à obtenção de dados e informações no site do MTE sobre o CPES, isso inclui a dificuldade de se estabelecer um contato com a SENAES. A seguir é exposta uma síntese da estratégia de pesquisa utilizada neste estudo.

3.5 SÍNTESE DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O quadro três apresenta uma síntese integradora relacionando a fundamentação teórica alinhada aos objetivos desta pesquisa; a partir disso, as categorias foram definidas e o roteiro de entrevista foi traçado, buscando responder aos objetivos delineados anteriormente.

Quadro 3 – Síntese da estratégia de pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Categorias	Perguntas	Instrumentos	
Analisar a atuação dos Centros Públicos de Economia Solidária e a sua continuidade no estado do Paraná.	Descrever o processo histórico de constituição do Centro Público de Economia Solidária nos municípios estudados	- Contexto Socioeconômico - Processo Histórico	ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 1) Fale sobre a estrutura administrativa, sobre a forma de gestão, os convênios (parcerias) e como as decisões eram (são) tomadas (PMES e/ou CPES).	Entrevista Semiestruturada Observação não participante	
	Verificar as dificuldades e/ ou elementos facilitadores que ocorreram durante todo o processo	- Entraves e Impulsos	2) Quando o programa e/ou espaço começou, já havia várias cidades que apresentam este modelo; foi realizado algum estudo a respeito das potencialidades e desafios que essas cidades enfrentavam com a finalidade de servir de aprendizado? Qual o diferencial do seu município com os demais modelos ou são todos padronizados? (PMES e/ou CPES). 3) Quais os principais avanços e desafios ocorridos durante o período e há alguma relação com a conjuntura econômica, política e social da época? (PMES e/ou CPES).		
	Realizar um comparativo entre os Centros Públicos de Economia Solidária do Paraná, bem como suas alterações de discurso, confrontando as expectativas com a realidade atual.	- Similaridades e Disparidades - Discurso no tempo - Expectativas e realidade	4) Como você avalia a trajetória? O que mudou do início do programa/espço até o momento? (PMES e/ou CPES). 6) O que você acredita que foi a principal contribuição sua e da sua equipe durante esse período? 7) Quais as perspectivas futuras em relação ao crescimento e expansão do PMES e /ou do CPES? 8) Entre realidade e expectativas, a trajetória foi essa, era o que se esperava? (PMES e/ou CPES).		Documentos (leis, decretos e atas).
				5) Como você analisa a participação do governo estadual na ES?	Entrevista Semiestruturada Documentos (leis, decretos)
				ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 1) Fale sobre o percurso da Secretária de Estado, Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) e sua atuação específica na Economia Solidária (ES).	
				2) Com a mudança de Secretária (SETS passou a ser englobada na Secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS)), quais as possíveis implicações à ES? Em sua opinião, essa descontinuidade da SETS poderá acarretar algum prejuízo ao fomento da ES? Com essa mudança o governo do estado passou a priorizar outros programas de trabalho e renda, além da ES?	
				3) Qual o balanço que o estado faz da ES no Paraná durante sua atuação?	
				4) Como o estado fomenta(va) a relação com a ES no Paraná? (Subsídio financeiro, feiras, congressos).	
				5) Quais as principais contribuições, conquistas e desafios que o estado enfrentou junto a ES?	
				6) Qual a visão do estado quanto a assuntos controversos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tais como baixa renda <i>per capita</i> , processo de incubação permanente, assistencialismo/terapia ocupacional?	
				7) Qual a sua visão sobre a potencialidade futura da ES no estado.	
			8) As diretrizes básicas para o Programa Municipal de Economia Solidária (PMES) são repassadas pela SENAES, mas muitas dessas são adaptadas de acordo com o município. Existe interferência por parte do governo do estado do Paraná neste processo?		
			9) A SETS busca(va) a integração dos municípios que possuem o PMES? Como era feito essa integração?		
			10) Quanto ao desenvolvimento e influência dos Centros Públicos de Economia Solidária (CPES) que surgiram como um espaço para agregação das diversas iniciativas do campo da ES, o estado exerce (ia) algum tipo de intervenção ou interação com o mesmo?		
			11) Em específico aos PMES de Londrina e São José dos Pinhais, qual o tipo de contato ou influência exercida pelo estado nessas cidades?		

Fonte: elaborado pela autora (2015)

Após a exposição do quadro buscando relacionar os roteiros de entrevistas os objetivos e os instrumentos definidos, foram estabelecidas as categorias de análise que possibilitaram o direcionamento da pesquisa. Por fim, após a explanação do procedimento metodológico e de todo o delineamento da coleta de dados, houve um enriquecimento do estudo, possibilitando uma correlação das falas com a fundamentação teórica desenvolvida que será tratada na seção de apresentação e análise dos dados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção é retratada a trajetória histórica de ambas as unidades dos CPES no Paraná: Londrina e São José dos Pinhais. Para isso é exposto seu delineamento através do contexto socioeconômico e a descrição dos principais acontecimentos que influenciaram nesta construção. Posteriormente são expostos os elementos de entraves e impulsos que tiveram no decorrer do caminho, apresentando a participação do governo do estado do Paraná nessa trajetória. Por fim, apresenta-se um comparativo entre as duas unidades e suas alterações de discurso relacionando-o com as expectativas e a realidade. A partir das categorias apresentadas buscou-se uma correlação das entrevistas realizadas com a fundamentação teórica no intuito de responder os objetivos específicos desta pesquisa.

4.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Para conhecer melhor cada organização e a relevância da economia solidária no município, importa conhecer o desenvolvimento social e econômico desta população.

4.1.1 Londrina

A história de Londrina quanto à Economia Solidária (ES) é reflexo do seu desempenho social. Localizada no norte do Paraná, o município foi fundado em 1934, com uma população estimada no ano de 2015 de aproximadamente 548.249 habitantes e é considerado pelo censo de 2010 o segundo município mais populoso do estado com então 506.701 habitantes, ficando atrás apenas da capital Curitiba (IBGE, 2015). De acordo com os dados de 2012 do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Londrina configura-se na quarta posição das maiores economias do estado e representa cerca de 5,01%, equivalente a R\$ 12.826.470 do PIB, possuindo forte presença das atividades ligadas à agroindústria e aos serviços (IPARDES, 2015).

No que se refere ao âmbito do Trabalho, o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 apontou para uma População Economicamente Ativa (PEA)⁵ de 275.978 pessoas, entre as quais 261.930 estavam ocupadas

⁵ População Economicamente Ativa: pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas e desocupadas na semana de referência, ou seja, pessoas com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho durante toda ou uma parte da semana de referência, ainda que afastadas por motivo de férias, licença, falta, greve etc., e as pessoas com 10

e 14.048 desocupadas (LONDRINA, 2014, p. 264). Dando sequência, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do montante de pessoas ocupadas (261.930), 55,9% tinham carteira assinada e 3,9% são considerados empregadores. Servidores públicos representavam 3,9% do total ocupado. Entretanto, 14,5% não tinham carteira assinada, 20,1% atuam por conta própria. Trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,8% dos ocupados, índices que poderiam caracterizar uma parcela no mercado da informalidade (MDS, 2015a, p. 7).

No que se refere às pessoas desocupadas (14.048), constata-se que Londrina, de acordo com o Censo de 2010, teve uma taxa de desemprego superior (5%) à média do estado (4,8%), mas quando se faz uma analogia ao nível nacional (7,4%), sua média de 5% acaba sendo inferior e ganhando competitividade no mercado (MDS, 2015a, p.7).

O mercado de trabalho formal do município de Londrina apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas nesse período foi de 54.391. No último ano, as admissões registraram 103.023 contratações, contra 96.254 demissões. O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 156.875 postos, 31,5% a mais em relação a 2004. Todavia, ressalta-se que o desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o estado, que cresceu 36,9% no mesmo período (MDS, 2015a, p. 8).

Outro indicador importante para avaliar a situação socioeconômica é o Índice de Desempenho Humano Municipal (IDHM), que é composto por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice de Londrina em 1991 era de 0,588. Em 2000, chegou a 0,716, alcançando, em 2010, 0,778, apontando um aumento desse índice e um bom desempenho, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município em 2010 é longevidade, com índice de 0,837, seguida de renda, com índice de 0,789, e de educação, com índice de 0,712 (PNUD, 2015a, p.1).

Quanto à renda em específico, Londrina vem apresentando índices significativos conforme afirma o PNUD (2015a):

A renda per capita média de Londrina cresceu 67,25% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 647,74, em 1991, para R\$ 868,80, em 2000, e para R\$ 1.083,35, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,74%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,32%, entre 1991 e 2000, e 2,23%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 14,81%, em

anos ou mais de idade sem trabalho na semana de referência, mas que haviam tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

1991, para 9,58%, em 2000, e para 3,27%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁶, que passou de 0,56, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,51, em 2010 (PNUD, 2015a, p. 1).

Atualizando os dados referentes à proporção de pessoas pobres com uma renda *per capita* baixa, segundo os registros de julho de 2015 do Cadastro Único, o município de Londrina conta com uma base de 45.609 famílias, entre as quais 13.231 com renda *per capita* familiar de até R\$ 77,00, 6.254 com renda *per capita* familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, 14.991 com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e meio SM⁷ e 11.133 com renda *per capita* acima de meio SM (MDS, 2015b, p. 1).

Existem alguns programas de transferência de renda criados pelo governo que beneficiam famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. Um dos mais conhecidos é o Programa Bolsa Família (PBF), que beneficiou, em Londrina, no mês de setembro de 2015, 14.799 famílias. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 161,42 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.388.817,00 no mês (MDS, 2015b, p. 1).

Com isso nota-se que, no decorrer desses anos, os indicadores foram apresentando melhoras gradativas e proporcionando melhor condição de vida à população londrinense. Diante dos dados apresentados em que os índices socioeconômicos apontavam para uma necessidade de projetos e ações em prol da redução da desigualdade social e da promoção de equidade e justiça social, especificamente no ano de 2003, via-se a necessidade de traçar estratégias para um planejamento de geração de trabalho e renda, conforme afirma Nishimura (2005). Foi então, neste determinado momento, que Londrina iniciou seu caminho em relação a ES.

4.1.2 São José dos Pinhais

Fundada em 1852 e localizada na região metropolitana da capital do estado, situada ao leste do Paraná, o município de São José dos Pinhais, segundo o IBGE, em 2015 possuía uma população estimada de 297.895 habitantes, e o último Censo de 2010 aponta que ele é considerado o sexto município mais populoso, com 264.210 habitantes. De acordo com os dados do IPARDES, é a segunda maior economia e possui uma representatividade no PIB

⁶ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

⁷ Foi considerado o valor do salário mínimo (SM) de 2015 – R\$ 788,00.

do Paraná equivalente a 6,02%, ou seja, de R\$ 15.419,051, em razão do dinamismo das atividades da indústria e dos serviços (IBGE, 2015; IPARDES, 2015).

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía um PEA de 146.612 pessoas, sendo que 139.494 estavam ocupadas e 7.118 desocupadas. A distribuição das pessoas ocupadas (139.494) por posição na ocupação mostra que 62,3% tinham carteira assinada e 1,9% são considerados empregadores. Servidores públicos representavam 3,4% do total ocupado. Contudo, 10,8% não tinham carteira assinada, 19,7% atuam por conta própria. Trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,8% dos ocupados (MDS, 2015c, p. 7).

Quanto à taxa das pessoas desocupadas (7.118), a média de São José dos Pinhais corresponde há 4,5% e foi inferior à média do estado do Paraná (4,8%) e, quando se faz esse comparativo com os índices apresentados pelo país, esse percentual fica evidente e competitivo. Pode-se dizer que um dos motivos dessa taxa refere-se às pessoas atuando por conta própria e como empregadores (MDS, 2015c, p.7).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas nesse período foi de 31.769. No último ano, as admissões registraram 57.301 contratações, contra 55.997 demissões. O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 90.277 postos, 76,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou bem acima da média verificada para o estado, que cresceu 36,9% no mesmo período (MDS, 2015c, p. 8).

Tem-se também o IDHM de São José dos Pinhais apresentando, em 1991, 0,516. Em 2000, chegou a 0,646 e em 2010 a 0,758, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município em 2010 é a longevidade, com índice de 0,859, seguida de renda, com índice de 0,749, e de educação, com índice de 0,678 (PNUD, 2015b, p. 1).

Quanto à renda, São José dos Pinhais vem apresentando crescimento, conforme afirma o PNUD (2015b).

A renda per capita média de São José dos Pinhais cresceu 87,18% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 452,48, em 1991, para R\$ 619,53, em 2000, e para R\$ 846,93, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,35%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,55%, entre 1991 e 2000, e 3,18%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 16,06%, em 1991, para 11,32%, em 2000, e para 2,56%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do

Índice de Gini, que passou de 0,49, em 1991, para 0,51, em 2000, e para 0,45, em 2010 (PNUD, 2015b, p. 1).

Dando sequência, de acordo com os registros de julho de 2015 do Cadastro Único, o município de São José dos Pinhais conta com uma base de 27.981 famílias, entre as quais 3.497 com renda *per capita* familiar de até R\$ 77,00, 4.811 com renda *per capita* familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, 10.487 com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e meio SM e 9.186 com renda *per capita* acima de meio SM. Conforme já exposto, o PBF beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2015, 7.474 famílias. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 133,05 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 994.388,00 no mês de setembro de 2015 (MDS, 2015d, p. 1).

São José dos Pinhais tem apresentado melhora nos seus indicadores socioeconômico. Neste contexto contraditório entre o progresso econômico e a desarticulação da distribuição da riqueza produzida, surge em 2009 o Programa de Economia Solidária, com a intenção de impulsionar novas relações sociais e econômicas no cenário municipal, já desgastado pelas desigualdades e retrocesso social no padrão civilizatório.

De um modo geral, fazendo um comparativo entre ambos os municípios estudados, destaca-se que há uma distância de 405 km entre eles e que, segundo o Censo de 2010, São José dos Pinhais, apesar de ser mais antiga, possui menos habitantes do que o município de Londrina, equivalente a pouco mais da metade, com 52,14%. Entretanto o seu impacto no PIB é representativo, configurando-se a frente de Londrina, uma vez que faz parte da região metropolitana de Curitiba, ganhando competitividade na indústria.

Quanto ao trabalho, no que tange às pessoas que não possuem carteira assinada, São José dos Pinhais se sobressai com um percentual correspondente há 10,8%, contra 14,5% de Londrina. Um índice menor, que representa uma quantidade inferior de pessoas na informalidade. Outro aspecto a ser destacado refere-se ao número de pessoas trabalhando por conta própria e como empregadores, gerando impacto na média de desemprego 4,5% de São José dos Pinhais, contra 5% de Londrina.

O estado do Paraná ficou com 36,9% do mercado de trabalho formal no ano de 2010 comparado ao ano de 2004. Entretanto, Londrina, no que se refere ao desempenho do município, ficou abaixo dessa média, com 31,5%. Já São José dos Pinhais obteve 76,0% a mais que 2004, ficando evidente a geração do mercado formal nesta região.

Fazendo um comparativo com o IDHM, que mede a longevidade, renda e educação, Londrina ocupa a 145ª posição e São José dos Pinhais ocupa a 400ª posição entre

os 5.565 municípios brasileiros. No estado do Paraná, respectivamente Londrina ocupa a 6º posição e São José dos Pinhais 21º entre os 399 municípios existentes. Sendo assim Londrina se sobrepõe a São José dos Pinhais quanto aos indicadores, principalmente na renda, demonstrando assim que o município tem apresentado alta performance. Todavia, no quesito da desigualdade de renda representada pelo índice Gini, São José dos Pinhais apresenta índices menores do que Londrina, mostrando uma tendência para uma aproximação de igualdade de renda entre pobres e ricos.

Segundo Doretto *et al.* (2003, p. 16), esses índices de mapeamento da pobreza foram cruciais para o desenvolvimento de políticas sociais como o “Fome Zero” e de ações que beneficiassem pessoas em situações de vulnerabilidade ou de extrema pobreza, como foi o caso do Programa de Economia Solidária. Quanto às famílias beneficiadas com o PBF, apresentou similaridades (Londrina com 2,70% e São José dos Pinhais com 2,51%) evidenciando que não há um número expressivo de pessoas que dependem desse benefício e que participam da ES como uma forma de complementação de renda das famílias.

Correlacionando ainda com os dados expostos no segundo mapeamento do SIES, conforme tratado na fundamentação teórica, o Paraná apresenta-se com 832 EES, Londrina com 89 e São José dos Pinhais com 24 empreendimentos. Observa-se que a maior parte dos empreendimentos no Paraná (439 EES - 52,76%) está localizada em diversas regiões do estado. Incluindo a região metropolitana de Curitiba (198 EES – contando com 24 EES de São José dos Pinhais). Londrina tem 89, Francisco Beltrão, 87 e Capanema, 65 EES. Estão distribuídos em associação (43,39%), seguidos dos Grupos Informais (39,78%), Organizações Cooperativas (16,47%) e outras formas de organização (0,36%) (SENAES, 2014b).

Ainda no Paraná, o total de empreendimentos equivale a 66.800 associados, com 63,88% homens e 36,12% mulheres, embora em Londrina e São José dos Pinhais predominem as mulheres, com um total de 1.849 associados em Londrina, correspondente a 26,12% homens e 73,88% mulheres e semelhantemente São José dos Pinhais com 1.673 pessoas, sendo 34,31% homens e 65,69% mulheres. Quanto à área de atuação dos EESs no Paraná, 50% concentram-se na área urbana, em Londrina isso equivale a 80,90% dos empreendimentos e São José dos Pinhais, 58,33% (SENAES, 2014b). Lembrando que esses dados referem-se ao ano de 2013, visto que os números principalmente dos municípios específicos já foram alterados, como se vê a seguir.

Atualizando esses números de acordo com as informações dos entrevistados, têm-se os seguintes dados: Londrina possui, segundo os dados de fevereiro de

2016, 44 grupos, totalizando 138 participantes. Destes, 92,03% são mulheres e 7,97% homens. Atuam na área rural 15,91% dos grupos e o restante na área urbana. São considerados grupos informais 84,09% dos empreendimentos, o restante (15,91%) é composto por Micro Empreendedor Individual (MEI) ou micro empresa com Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ). Outro dado relevante é a quantidade de pessoas que fazem parte do PMES e que são atendidas pelo PBF. Londrina tem um percentual de 18,11% que recebem benefício federal (ENTREVISTADA E₁).

Já em São José dos Pinhais, de acordo com os dados de fevereiro de 2016, conta-se com 10 empreendimentos, tendo 57 pessoas associadas, compostos pela maioria (92,98%) do sexo feminino e 7,02% masculino e concentram-se, na sua totalidade, na área urbana. Quanto à forma de organização, apenas 1 grupo (10%) é uma associação, o restante (90%) são grupos informais. Quanto ao percentual de pessoas que recebem o benefício do PBF e fazem parte do PMES, esse dado não foi repassado (ENTREVISTADA E₃). De uma forma geral, evidenciou-se em ambos os municípios o predomínio de mulheres, atuantes na área urbana e que estão distribuídos em sua totalidade em grupos informais. Fica evidente a participação da ES como uma complementação de renda, e no caso de Londrina associada principalmente a pessoas de baixa renda e dependentes de auxílios sociais, como é o caso do PBF.

4.2 PROCESSO HISTÓRICO

Com base no contexto socioeconômico apresentado, este estudo recorre a uma descrição do processo histórico dos CPES nas cidades estudadas, Londrina e São José dos Pinhais, para assim compreender a trajetória da ES nestes municípios.

4.2.1 Londrina

Em 2003 Londrina começa a desenhar sua história em consoante com a ES através do Programa Fome Zero do governo federal, que foi lançado oficialmente em 24 de outubro de 2003. Naquele momento, a cidade era administrada também por um dirigente do PT, o prefeito Nedson Micheleti, que permaneceu no cargo de janeiro de 2001 a dezembro de 2008. As diretrizes foram alinhadas com as do governo federal, fato este importante, pois além dos indicadores socioeconômicos demonstrarem a real necessidade, a questão de o prefeito naquela época ser do mesmo partido do governo federal e possuir um alinhamento

com as suas diretrizes também influenciou na aprovação e implantação do projeto no município.

O desencadeamento da Economia Solidária no município, em um primeiro momento, acabou sendo de iniciativa do poder público, via prefeitura, que entendia na época sua responsabilidade em ter políticas públicas. A ES no município foi “muito mais provocado vamos pensar pelo poder público e pela academia do que os trabalhadores organizados forçando ou tensionando, ou propondo para o poder público a organização de políticas públicas que viessem responder ao encontro dessa forma de organização de trabalho” (E₂, TRECHO 0:07M:28S).

A entrevistada E₂, que é uma das pioneiras da ES no município, relata como foi esse momento. Em 2003, que também era o primeiro ano do Governo Federal do Lula, teve o Programa Fome Zero no âmbito nacional. Londrina seguiu as diretrizes nacionais, sendo que um dos eixos desse programa era a geração de renda e capacitação profissional:

Dentro deste eixo nós começamos a refletir sobre uma outra forma, de poder desenvolver ou fomentar a geração de trabalho e renda e não especificamente emprego. E foi aí que nós demos os primeiros passos na área da economia solidária no âmbito da Prefeitura de Londrina, quando nós formatamos o Programa Municipal de Economia Solidária (E₂, TRECHO 0:03M:17S).

Relata ainda que foi um programa criado com a participação de várias áreas, com a agricultura, assistência, Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), educação, cultura, entre outros; o Programa Municipal de Economia Solidária foi instituído em 2005 (ENTREVISTADA E₂).

Os autores Costa e Nishimura (2010) afirmam que, com o passar do tempo, foram acontecendo eventos, reuniões, palestras, feiras que permitiam a troca de experiências com os grupos do município e com as demais regiões do estado. Em agosto de 2005, o município de Londrina implantou propriamente dito o Programa Municipal de Economia Solidária (PMES), resultado de um trabalho desencadeado por meio do Programa “Londrina Fome Zero” em 2003, que contemplava em um dos eixos a capacitação profissional e a geração de renda. A partir deste eixo, ações ligadas à ES começaram a ser desenvolvidas, passando a se configurar como integrantes de um programa municipal, de caráter intersetorial.

Indo adiante, Costa e Nishimura (2010, p. 126) retratam que “com a diretriz nacional estabelecida e a partir da demanda local já instituída, o município de Londrina assinou em 2004 um convênio com o Governo Federal para a construção de um Centro Público de Economia Solidária”, sendo um dos pioneiros na construção do CPES e sua inauguração oficial ocorreu em 2007.

Os autores relatam ainda a necessidade do CPES, que surgiu em decorrência da ausência de espaços fixos de comercialização, bem como de locais que pudessem trazer identidade a ES. Sem contar que as pessoas que se interessavam pelos produtos frequentemente questionavam a falta de um local específico em que os produtos ficassem expostos em um ponto único. Diante da necessidade de tornar espacialmente visível a Economia Solidária dentro do município, o CPES tornava-se real (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Dessa forma, as atividades desenvolvidas no Centro Público, desde o início de suas atividades em fevereiro de 2007 e de sua inauguração oficial em junho de 2007, têm como base as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência Nacional do Centro Público de Economia Solidária, conforme já explanado na fundamentação teórica. Ele é utilizado como base, servindo de orientação para a implantação dos CPES (MTE/SENAES, 2009).

A autora Martos (2013) retrata que o CPES abriga o PMES e também funciona como um espaço de comercialização, discussão, reflexão e capacitação.

O CPES foi desenvolvido com recursos do Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego com contrapartida do município e possui algumas características que os Centros Públicos de Economia Solidária devem obedecer, que é ter espaço de discussão da política deste tipo de economia, de formação dos empreendimentos, da aproximação dos empreendimentos, desse movimento muito maior em nível nacional e não só em nível municipal (MARTOS, 2013, p. 82).

Dando continuidade, os artigos 13 e 14 da Lei 10.523/08 tratam especificamente do CPES, trazendo a sua conceituação e os objetivos (JUSBRASIL, 2008, p. 4).

Art. 13. O Centro Público de Economia Solidária constitui-se como espaço público de referência da Economia Solidária no município para o desenvolvimento de ações pertinentes a área, para difusão da Economia Solidária e sede do Programa Municipal de Economia Solidária.

Art. 14. O Centro Público de Economia Solidária tem por objetivos:

- I. Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária;
- II. Contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;
- III. Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária;
- IV. Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Nas palavras da entrevistada E₁, trecho 0:17m:47s, ela afirma a multiplicidade e diz que, para o CPES ter esse nome, ele tem que obedecer a determinados critérios:

[...] Ele deve abrigar o programa municipal de ES, ele também é um espaço de comercialização dos empreendimentos, mas é um espaço de organização do movimento de ES, com momentos de discussão, de reflexão, de tomada de decisão, e também como um espaço para capacitação.

A mesma entrevistada afirma que a concretização desses critérios é possível, através de reuniões mensais e destaca também que existem vários momentos no ano, em que há essa discussão do movimento da ES, como seminários, fóruns estaduais, federal, conferências, visitas, entre outros possibilitando a troca de experiência dos empreendimentos (ENTREVISTADA E₁).

Um momento importante da ES em Londrina aconteceu em 28 de agosto de 2008, sancionou-se a Lei nº 10.523/2008 (JUSBRASIL, 2008), dando consolidação legal ao PMES. Nela foi estabelecida a estrutura organizacional, os projetos a serem desenvolvidos, os princípios, os objetivos, bem como os critérios dos beneficiários, recursos e os créditos solidários a serem seguidos e, por fim, a participação e controle social. Além do mais, o capítulo V da Lei nº 10.523/2008 trata exclusivamente do Centro Público de Economia Solidária. A aprovação desta Lei em 2008 tornou-se um marco para a ES no município. Ainda, a Lei foi aprovada no segundo mandato do dirigente do PT, garantindo assim a continuidade da ES no município independente de qual governante iria assumi-la. Destaca-se que existem poucos municípios com a aprovação da Lei da Economia Solidária e até mesmo a lei estadual ainda se encontra em trâmite, assunto este que será abordado posteriormente.

Dando destaque à Lei nº 10.523/2008, nela ficou estabelecido o perfil dos beneficiários, estipulado no Capítulo III do Art. 8º, em que serão beneficiários os grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, compostos por trabalhadores e trabalhadoras com mais de dezesseis anos de idade, residentes e domiciliados no município de Londrina; o beneficiário deverá ter um dos seguintes requisitos: estar desempregado e/ou encontrar-se em situação de vulnerabilidade social e/ou ser procedente da agricultura familiar e/ou se encontrar em situação de violência, e/ou indígena da comunidade local e/ou usuário dos serviços de saúde mental (JUSBRASIL, 2008, p. 3).

A entrevistada E₁, no trecho 0:48m:50s, destaca que o programa prioritariamente atende a um público da assistência social que se encontra em situação de vulnerabilidade social, pessoas que talvez nunca tivessem oportunidade de ser inseridas no mercado de trabalho. Martos (2013) diz que a falta de um processo de seleção adequado para fazer parte do CPES torna-se um complicador, uma vez que, eles podem nascer com fragilidades profundas, não criando uma identidade comum entre eles, e assim enfraquecendo

o trabalho coletivo. Neste sentido, Barbosa (2007) faz uma crítica às abordagens tradicionais de ES, que, ao quererem estimular o empreendedorismo coletivo por meio de grupos excluídos do mercado de trabalho convencional, com reduzida formação técnica e baixa autoestima em decorrência de anos de subserviência, ao serem induzidos a criar empreendimentos de ES, acaba-se por privatizar responsabilidades estruturalmente construídas. A autora defende que o ônus da exclusão social deve ser assumido coletivamente por toda a sociedade.

Ainda o Capítulo I, Art. 3º, estabelece que, mesmo o PMES sendo de caráter intersetorial, ficará vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social com o intuito de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (JUSBRASIL, 2008). Isso vem ratificar as informações contidas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2014-2017 de que o Programa Municipal de Economia Solidária responde a uma Diretoria de Proteção Social Básica vinculada à Assistência Social, que, por sua vez, está ligada à gerência de inclusão produtiva, que responde por esse processo, embora, ao mesmo tempo, se configure como um programa intersetorial do município (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014, p. 23).

As entrevistadas E₁ e E₂ afirmam que o fato de o PMES responder à estrutura administrativa da Secretaria de Assistência Social não invalida o seu trabalho intersetorial. Ao mesmo tempo é evidente que isso tem consequências para o desenvolvimento de políticas sociais, que podem transformá-la em um programa de caráter assistencialista, hipótese já levantada por outros autores (SALVI *et al.*, 2011; BORINELLI *et al.*, 2012; MARTOS, 2013), “dando ao CPES uma característica mais assistencial e pouco centrado e até mesmo qualificado para promover o desenvolvimento e a autonomia” (MARTOS, 2013, p. 81).

Da Lei 10.523/2008 destaca-se também a criação do Conselho Geral de Gestão, que busca a participação de diferentes atores no desenvolvimento e construção da ES e do CPES em Londrina. Tem como uma das suas atribuições zelar pelo cumprimento e implementação da lei, acompanhando as ações desenvolvidas, zelando pelo bom andamento das atividades do CPES, apoiando e fortalecendo a ES, contribuindo assim com a elaboração do planejamento das ações de políticas públicas tanto da ES como dos CPES. É composto por dezesseis membros: oito representantes do Poder executivo, seis trabalhadores/as da ES, dois representantes das entidades de apoio a ES (JUSBRASIL, 2008, p. 4-5).

A nomeação do conselho, segundo Costa e Nishimura (2010), desencadeou a organização de um regimento interno, através da elaboração de vários pontos pertinentes, tais como decidir novos parceiros, definir a ocupação e distribuição do espaço físico, o planejamento e garantir o bom andamento das atividades. Os membros do conselho têm mandato de um ano e se reúnem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário.

Quanto à gestão da ES e do CPES no município, até o presente momento houve duas pessoas que atuaram diretamente; destaca-se que ambas são funcionárias efetivas do município e possuem formação acadêmica em Serviço Social e a carreira profissional se delineou em torno tanto da inclusão produtiva como da ES. Mesmo com a troca do governo municipal, que se deu por partido da oposição a partir de 2009, o quadro permaneceu inalterado. Percebe-se a íntima relação do programa com profissionais de serviço social, o que inevitavelmente dá um tom assistencial e não de atividade produtiva ao programa.

A primeira pessoa atuante, que está denominada nesta pesquisa como E₂, exerceu a função de assessora com dedicação para a coordenação do PMES desde a criação do PMES até 2010. Dentro dessa função de assessoria existia a responsabilidade do programa de ES, fazendo uma articulação com todas as outras políticas em um nível macro. A coordenação do PMES era vinculada à assessoria, e a extinção daquela se deu:

[...] Mais por uma decisão política mesmo, porque na época quando eu assumi essa responsabilidade, havia uma decisão política que naquele momento era importante um coordenador para que pudesse coordenar contribuir com o processo de organização do programa, de estruturação do programa (E₂, TRECHO 0:27M:55S).

Posteriormente, até os dias atuais, ela assumiu a função de diretora de proteção social básica, que tem como umas das suas atribuições a unidade de inclusão produtiva, que trabalha sob uma perspectiva da ES como forma de enfrentamento a pobreza.

A segunda responsável pela gestão do CPES, que neste estudo é denominada de E₁, está no cargo desde 2006. No início, o seu cargo estava exclusivamente vinculado à função de gerência ao serviço de ES e a entrevistada relata como era a sua atuação nele: “[...] A minha era mais gestão específica mesmo dentro do programa, o acompanhamento dos grupos, a formação dos grupos, o acompanhamento de equipes, a responsabilidade em relação aos fomentos, monitorias, era mais a parte de gestão” (E₁, TRECHO 0:06M:19S). Com o passar dos anos, a sua função foi ampliada, trabalhando também com a qualificação e capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Com esse novo reordenamento em relação ao cargo de gerência de inclusão produtiva, existem aspectos que podem ser prejudicados, entre eles a dispersão, o acúmulo de tarefas e a sobrecarga. A entrevistada E₂, trecho 0:25m:02s, destaca que:

[...] Então na medida em que você tem uma coordenação que tem uma dedicação exclusiva para questão do programa municipal economia solidária, você tem uma possibilidade de gestão, e quando você tem uma gerência de inclusão produtiva que não é específica para isso, mas por exemplo, também cabe hoje à gerência de inclusão produtiva trabalhar com as questões referentes à execução do PRONATEC, é uma responsabilidade a mais que essa gerência assume, então isso acaba diluindo as atividades, ou essas responsabilidades, para outras tarefas e para outras ações.

Seguindo adiante, quanto às principais características dos empreendimentos e do CPES, de acordo com a gerente de inclusão produtiva (entrevistada E₁), atualmente o PMES abriga 44 grupos, totalizando 138 participantes.

Martos (2013) relata, ainda, que mais de 90 grupos já participaram do programa, a grande maioria composta por mulheres atendidas nas áreas da assistência social, direitos, saúde mental e/ou vivendo situação de desemprego, em busca de estratégias de sobrevivência ou de complementação de renda profissional e/ou familiar e atuantes em empreendimentos voltados à produção de alimentos, confecção e artesanato. A comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos é feita por meio da realização de feiras, festas da cidade, locais disponibilizados por entidades parceiras e, principalmente, dentro do CPES.

O CPES fica localizado na Avenida Rio de Janeiro, 1278, esquina com a avenida Juscelino Kubitschek (JK) - Centro. Seu espaço físico consiste em uma “construção de 587,92 metros quadrados, com a de [sic] espaços para exposição e comercialização, distribuindo [sic] em duas salas de formação, uma sala administrativa, uma sala para suporte aos técnicos, uma cozinha, banheiros, almoxarifados e estacionamento” (COSTA; NISHIMURA, 2010, p. 126). Cabe destacar que a fachada não é visivelmente atraente, não chamando atenção dos clientes que por ali passam, como pontuado pelos autores acima. Complementa-se dizendo que a fachada é discreta, possui escrito os dizeres “Centro Público de Economia Solidária”, entretanto é sem vida e passa praticamente despercebida.

O município mantém a estrutura de funcionamento, água, luz, telefone, material de limpeza, funcionários, despesas de combustível do veículo para locomoção. Existe também um apoio da Provopar, que cobre a folha de pagamento dos funcionários que são contratados por meio deste convênio, e há também um recurso para fomentar os empreendimentos com matéria-prima no processo inicial de produção (ENTREVISTADA E₁, TRECHO 01H:05M:55S).

Quanto ao funcionamento do CPES, é feito um rodízio entre os empreendimentos para que ocorra a comercialização, no qual dois trabalhadores e/ou duas trabalhadoras permanecem de segunda à sexta, das 09:00 hrs às 17:00 hrs, e aos sábados das 09:00 hrs às 13:00 hrs. O deslocamento daqueles que estão escalados é custeado pelos próprios empreendimentos. Acontecem reuniões mensais para discutir, avaliar e tomar as decisões referentes às comercializações realizadas no CPES e também daquelas que acontecem em outros espaços, como feiras descentralizadas, feira da Economia Solidária e eventos internos e externos (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Por fim, apresentada a expansão do Programa de ES em Londrina, destaca-se que o seu desenvolvimento se deu em paralelo com as ações do governo federal, e que tanto a aprovação da lei municipal da ES quanto a criação do CPES servem como embasamento para a consolidação da ES no município. Todavia, ainda há muito que ser feito se pensarmos na sua consolidação como PMES, completando assim, em 2015, uma década de desafios, expectativas e avanços que não cessam.

4.2.2 São José dos Pinhais

A partir do contexto socioeconômico apresentado anteriormente e juntamente com diversas ações e estratégias, a ES começou a ser impulsionada no município de São José dos Pinhais. A modelagem da ES teve seus primeiros passos oriundos de um anteprojeto elaborado na Secretaria do Estado do Trabalho do Paraná. Sendo que havia uma coordenação de geração de emprego e renda e o entrevistado E₅ era o coordenador estadual, lá tratavam com a questão do empreendedorismo, do micro crédito e também da ES.

O nosso esforço lá na Secretaria do Estado foi produzir um anteprojeto que servisse de base para essas prefeituras, governos, enfim, que quisessem desenvolver nas ruas regiões, nas suas cidades, uma política que contemplasse a Economia Solidária. arcabouço legal, transformado em lei em São José do Pinhais e oriundo de um trabalho coletivo, tanto do governo, na época do governador Requião, na nossa coordenação, com todos os movimentos da Economia Solidária do Paraná, que puderam de forma concreta participar da elaboração desse projeto (E₅, TRECHO 0:01M:50S).

Os motivos que levaram à existência da ES no município foi o engajamento da equipe, pelo fato de acreditarem que o modelo atual do capital-patrão empregado-exploração devia ser revisto.

Mesmo porque a exploração apenas não está surgindo só quando vemos aquele trabalhador que trabalha de sol a sol em um trabalho pesado. Estamos vendo isso nos meios mais, considerados elite da força de trabalho, nos bancos, nas grandes

empresas. Não é o sol nem é o esforço físico. É a tortura psicológica, mental, onde estes trabalhadores estão adoecendo, estão dependendo de medicamento para sobreviverem no processo de produção do trabalho (E₅, TRECHO 0:06M:17S).

A entrevistada E₃ complementa dizendo que o início de todo o movimento da ES em São José dos Pinhais, assim como o de Londrina, se deu através das políticas públicas e não diretamente pelos movimentos de base.

Como começou aqui em São José dos Pinhais, deve ter começado diferente de lá normalmente em outros locais que a gente tem ido ver, começa com o movimento de base. ...Eles se formam, eles se unem, e daí vão se unindo tal e acabam buscando as políticas públicas tal para acessar. Aqui em São José nosso secretário anterior já vinha com um conhecimento de economia solidária tal e queria começar a fazer economia solidária aqui em São José dos Pinhais, ninguém sabia o quê que era economia solidária, não tinha nada disso, aí ele começou em 2009 (E₃, TRECHO 0:04M:42S).

Nota-se que a ES também surgiu no município pelo fomento das políticas públicas e não pelos movimentos de base, sendo muito mais a ES fomentada pelos partidos aliados ao governo federal da época. Este é um fato fundamental, pois os empreendimentos e mesmo a união das pessoas em prol de um objetivo comum é induzida de fora para dentro, de cima para baixo, o que faz com que essas iniciativas tornem-se demasiadamente dependentes dos coordenadores do programa. A baixa autoestima e a falta de um histórico de mobilização coletiva anterior faz com que tenham baixíssima iniciativa e aponta para uma dependência que parece crônica.

Quanto à gestão da ES no município, houve uma remodelagem devido à troca de mandato político pelo partido da oposição. Quando tudo se iniciou, o ex-secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, denominado como E₅, que tem formação acadêmica em Direito, era a pessoa responsável por reportar as evoluções, as dificuldades, e gerir toda a secretaria. Como bem relata o entrevistado E₅, o programa atuava de forma coletiva, distribuindo as tarefas e as ações no próprio grupo. Sua atuação se deu no período de 2009 até o final de 2012, coincidindo com o mandato do prefeito Ivan Rodrigues, aliado ao PT.

No segundo momento, isso a partir de janeiro de 2013, o então prefeito Luiz Carlos Setim, filiado ao Partido dos Democratas (DEM), refaz a equipe, sendo que, dentro da secretaria do trabalho, foi designado um cargo específico para coordenar a ES, denominado Diretoria de Qualificação e Fomento, que foi assumido pela entrevistada E₃, que tem sua formação em Economia. A ES, por sua vez, está dentro do eixo de fomento, trabalhando na perspectiva de geração de renda.

Além do anteprojeto citado, destaca-se que, nos anos de 2006 a 2009 foram realizadas atividades no estado do Paraná que impulsionaram e alavancaram a ES, surgindo

de incentivo a sua propagação, e foi então, com a posse do prefeito Ivan Rodrigues, eleito numa coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), PT, Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que iniciaram-se as negociações para implantar ações de fomento à Economia Solidária no município de São José dos Pinhais (SILVA; SERAFIM, 2013).

O trabalho iniciou com a formatação do Programa Municipal coordenado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego definindo entre seus objetivos a geração de trabalho e renda, tendo como princípios a autogestão, a distribuição igualitária dos rendimentos apurados com o trabalho, a cooperação, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente. O Programa objetiva propiciar às pessoas que se encontram à margem do mercado de trabalho formal, uma forma de garantir a sua sobrevivência valorizando o saber de cada indivíduo e contribuindo para a elevação da autoestima desse público alvo (SILVA; SERAFIM, 2013, p. 9).

Foi então que, no dia 04 de julho de 2009, aconteceu, através da iniciativa do poder público local, a I Conferência Municipal de Economia Solidária, em que foi debatido e aprovado o anteprojeto de lei de Economia Solidária para o município, inspirado no documento organizado pelo fórum estadual, adaptado para a realidade municipal de São José dos Pinhais (SILVA; SERAFIM, 2013). Nesta mesma conferência foi constituído o Fórum Municipal de Economia Solidária com o objetivo de promover o debate entre empreendimentos, entidades de apoio e o governo sobre questões relacionadas ao seu planejamento, suas diretrizes, além de contribuir para o desenvolvimento municipal. Outra característica já se referia à presença maciça dos EES de artesanato com predominância à comercialização por meio de feiras.

Após a I Conferência, foi estabelecido o Programa Municipal de Economia Solidária e apresentada a Lei Municipal n°. 1.591, de 19/08/2010 (BRASIL, 2010), que estabelece a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES), o Fundo Municipal de Economia Solidária e o Selo Certificador (OLIVEIRA; BEATRIZ, 2011). A Lei estabelece ainda as implementações primordiais, sendo que uma delas é a criação de Centros Públicos de Economia Solidária (art. 5º inciso XVI), ficando o CMES (art. 13º inciso XVI e XVII) responsável por aprovar e fazer cumprir regimento de funcionamento deles e indicar, aprovar, reprovar e afastar entidades sem fins lucrativos que administrem os Centros Públicos de Economia Solidária (BRASIL, 2010).

Conforme afirmam Silva e Serafim (2013), o Centro Público de Economia Solidária segue a orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, é regido pelo termo de referência, comentado anteriormente, e seu regimento foi aprovado pelo CMES e publicado pelo decreto n° 488 de 16 de maio de 2011 (BRASIL, 2011).

A princípio, em São José dos Pinhais foram criados dois CPES. O primeiro funcionava dentro da própria Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, contando com um espaço de 24 metros quadrado, situado na Avenida Rui Barbosa nº 9244 - Centro, neste Município. Mas, por decisão administrativa, optaram por não dar continuidade a ele.

[...] Então a nova gestão preferiu encerrar esse que estava sediado na própria Secretaria e por decisão administrativa da sucessão que houve no processo de governança do município, e também por dificuldades que teve com a entidade que venceu o chamamento público para administrar o Centro Público de dentro da Secretaria (E₅, TRECHO 0:12M:59S).

A entrevistada E₃, no trecho 00:04m:42s, também detalha esse CPES que foi extinto e acrescenta que o público que ali circulava eram pessoas em situações de desemprego, havendo um público muito restrito que realmente adquiria os produtos ali expostos. Outro fato é que não havia uma porta de acesso voltado para a rua, sendo a sua porta de acesso privativa, pelo fato de ficar dentro da secretaria. É citado ainda que tiveram dificuldades com a entidade gestora que assumiu o chamamento público deste CPES. Como medida para sanar essa dificuldade, tentaram fazer com que os empreendimentos assumissem CPES, mas eles não assumiram. Sendo assim após uma reunião com todos, foi decidido coletivamente fechar esse espaço, com possibilidades de reabri-lo em novo local, a ser estudado futuramente.

Havia ainda uma unidade móvel - ônibus urbano marca Mercedes Benz, Modelo 1113, Placa: ACT-9676, Frota nº 5961, Renavam: 51430458-8, adaptado para o fim proposto de comercialização e divulgação dos produtos. Ele passou por um período de reforma e voltou a funcionar no segundo semestre de 2015, mantendo o ponto fixo de exposição no Caminho do Vinho durante os finais de semana. Segundo a entrevistada E₃, devido a diversos eventos dos empreendimentos, a partir do mês de novembro de 2015 até o início de 2016, o ônibus ficaria sem atividades, pretendendo futuramente retornar a elas. Todavia, em meados de janeiro de 2016, ocorreu um ato de vandalismo e o ônibus foi incendiado. E por enquanto não há pretensões de novas aquisições.

Quanto ao segundo CPES criado - que é a unidade de análise da presente pesquisa juntamente com o CPES de Londrina - a sua gestão se dá por meio de um chamamento público que visa credenciar entidades sem fins lucrativos que administraria o CPES, localizado em um quiosque no calçadão da cidade de São José dos Pinhais, Avenida XV de Novembro esquina com a Rua Tenente Djalma, com 16 metros quadrados de construção. A fachada do quiosque é revestida nos quatro cantos por uma plotagem alegre e

de bom gosto, remetendo à lembrança do campo, composto por animais, flores e pelo tecido de juta. Constam os seguintes dizeres: “Loja de Artesanatos – Programa Economia Solidária”. Apesar de não estar expressamente escrito “Centro Público de Economia Solidária”, essa foi uma forma de divulgar o espaço socialmente para atrair os clientes que ali passam.

Apesar de o CPES ficar em um espaço relativamente pequeno, impossibilitando o desenvolvimento de outras atividades que não sejam a comercialização, há toda uma preocupação em desenvolvê-la em outros espaços, assim como exposto pela entrevistada E₄, trecho 0:34m:57s: “Se lá não tem espaço para formar, a gente precisa dinamizar outros espaços. Mas faz parte do nosso rol, quanto entidade gestora, promover outras questões e não só comercialização”. Destaca que, em diversos momentos, há espaço tanto para a formação como para a discussão dos empreendimentos. Essa discussão é fomentada por meio do fórum, que ocorre mensalmente. Quanto à formação dos empreendimentos, a Rede Marista, por meio da Pontifícia Universidade Católica (PUC), oferece abertura de cursos de extensão em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial, além de promoverem oficinas, palestras e outros eventos em lugares diversos.

O horário de funcionamento do CPES é de segunda à sexta-feira, das 09:00 hrs às 18:00 hrs e aos sábados das 09:00 hrs às 14:00 hrs. A escala é feita de modo que cada grupo fique uma vez por semana e um sábado por mês, seguindo uma sequência dos dias da semana, podendo permanecer um ou mais trabalhador(es), mas normalmente fica-se apenas uma pessoa. O deslocamento daqueles que estão escalados é custeado pelos próprios empreendimentos.

Para ingressar no PMES, é necessário ter mais de dezoito anos e não estar empregado no mercado formal de trabalho com salário superior a dois salários mínimos, comprovado mediante a apresentação da carteira de trabalho, e residir em São José dos Pinhais (moradores de Curitiba e Região Metropolitana também podem fazer parte do programa, integrando os grupos na proporção de cinco residentes de São José dos Pinhais para um residente de fora) (BRASIL, 2010, ART. 9º INCISO V e VI). Após o cadastro no programa, os empreendimentos passam por uma oficina ministrada pela Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, que explica o funcionamento do programa. Formam-se grupos e eles recebem o Selo de Economia Solidária concedido pelo Comitê Certificador, eleito pelo Conselho Municipal de Economia Solidária.

A entidade gestora escolhida por chamamento público deste CPES, conforme edital nº 006/2011, cujo resultado foi proferido em sessão pública no dia 10 de novembro de 2011, e credenciada conforme o decreto nº 929 de 02 de março de 2012

(BRASIL, 2012b) foi a União Catarinense de Educação, que consiste em uma mantenedora com apoio administrativo do Instituto Marista no Brasil por meio do Centro Social Marista Irmão Egídio, localizado na PUC de Curitiba.

São delimitadas obrigações e proibições da entidade gestora que assume o chamamento público do CPES, ficando a entidade responsável pela contratação de funcionários para o funcionamento do CPES, além de fazer a contabilidade e a divisão de vendas aos grupos, zelando por todos os produtos no espaço. Seu prazo de vigência do uso do imóvel é de sessenta meses. O município entra com o pagamento das despesas básicas, como aluguel, água, energia elétrica, telefone, manutenções e reformas do local.

O espaço do Centro Público de Economia Solidária, doravante chamada de CPES de São José dos Pinhais, se constitui de um local estruturado para formação, exposição permanente e comercialização de produtos feitos por grupos da comunidade de São José dos Pinhais, reconhecidos pelo Programa Municipal de Economia Solidária e que seguem a sua filosofia que é baseada na autogestão, cooperação, solidariedade e cuidado com os ecossistemas e que estejam em consonância com a Lei Municipal nº 1591/2010 (BRASIL, 2011, p. 1).

Há também a previsão de que a entidade sem fins lucrativos pode, em alguma medida, ter uma parcela dessa venda para custear as suas despesas, que neste caso representa um valor de 10% das vendas. Uma característica marcante que ocorria anteriormente é o fato de os empreendimentos disponibilizarem os seus produtos para serem comercializados e não possuírem qualquer envolvimento na comercialização deles. À medida que se ia realizando a comercialização, havia regras para que, a cada 15/30 dias, os empreendimentos buscassem os resultados da venda.

Atualmente, segundo a diretora de qualificação e fomento (entrevistada E₃), o PMES abriga 10 grupos, totalizando 57 pessoas, tendo como principal área de atuação o artesanato. A comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos é feita através de feiras, festas da cidade, locais disponibilizados por entidades parceiras e pelo CPES.

De acordo com a supervisora de projeto (entrevistada E₄) que atua diretamente na unidade social Irmão Egídio, que faz a gestão do CPES em São José dos Pinhais, anteriormente a Rede Marista contratava uma pessoa, com a qual ela fazia a comercialização dos produtos produzidos pelos empreendimentos. “E aí no decorrer do tempo a gente foi percebendo que os empreendimentos não eram envolvidos na dinâmica de gestão, assim como a gente sonhava. E isso era um complicador porque aí eles não se sentiam parte daquele espaço” (E₄, TRECHO 0:06M:47S). Uma característica do movimento de Economia Solidária é a comercialização direta entre produtores e consumidores, o que não acabava acontecendo no CPES de São José dos Pinhais.

No decorrer do tempo, os empreendimentos passaram a não mais expor os seus produtos com tanta frequência no CPES. Para que o espaço fosse abastecido com os produtos, fez-se necessário implantar algumas regras, conforme afirma a entrevistada E₃. Estas foram aprovadas na Ata 29 do dia 10 de outubro de 2013: “cada membro de cada empreendimento deveria expor no mínimo um produto no CPES. Se não o fizesse o empreendimento não participaria das três próximas feiras/eventos organizado pelo PMES” (E₃, TRECHO 0:11M:39S). Por isso, surgiu a necessidade de uma mudança estrutural, pois percebeu-se que os empreendimentos não estavam preparados para gerenciarem o CPES com o encerramento do contrato da Rede Marista, que acontecerá em 2017, quando terminarão os sessenta meses de vigência do contrato.

[...] Essa mudança passava pelo momento, passava pela questão dos empreendimentos fazerem parte da dinâmica. E fazer parte da dinâmica significava inclusive fazer escala de atendimento do Centro Público. Acho que isso foi a situação mais estável, porque assim, a Rede Marista é quem tem que deslocar funcionário para fazer o funcionamento e a gente falava que tem que estar para funcionamento e não para atendimento direto. A gente está propondo fazer toda a dinâmica de funcionamento desenhado junto com vocês, e foi isso que a gente fez (E₄, TRECHO 0:06M:47S).

Por isso houve um reposicionamento quanto à exposição e comercialização dos produtos dentro do CPES, que ocorreu no registro da Ata 50 do dia 12 de novembro de 2015. Esta alteração foi proposta pela Rede Marista no intuito de levar os próprios empreendimentos a assumirem a comercialização do ponto fixo, para que futuramente não haja a necessidade da abertura de um chamamento público e que a gestão do CPES seja assumida efetivamente pelos próprios empreendimentos. A Rede Marista, por sua vez, ficará responsável pelo assessoramento aos empreendimentos: buscar envolver e mobilizar os EES, promover formação em ES, organizar a participação dos empreendimentos nas atividades, fazer a contabilidade das vendas e apresentar relatórios, buscar parcerias e promover atividades com outros CPES com o intuito de fomentar a ES, auxiliar na formalização jurídica dos EES, entre outros, cabendo aos empreendimentos assumirem a comercialização dos produtos produzidos por eles.

A única coisa que está posta é que o nosso técnico hoje não é responsável pela abertura e fechamento. Ele vai fazer a abertura, faz o processo todo, mas ele não fica no atendimento integral. Porque a ideia mesmo é que elas se apoderem para que elas estejam preparadas para assumir quando a gente sair (E₄, TRECHO 0:06M:47S).

A partir de então, os empreendimentos passaram a ser convidados para participarem do CPES, sendo que o Termo de Compromisso do convite terá validade de um ano. Segundo a entrevistada E₄, dos “dez grupos atualmente em vigência, cinco deles

aceitaram o termo de compromisso e aceitaram expor e comercializar os produtos dentro do CPES”. Ressalta-se, conforme dito pela mesma entrevistada, que o processo é contínuo e poderá ser alterado a qualquer momento, pois nada está pronto e definido. O que a Rede Marista pretende é fazer uma construção em conjunto e o fato de 50% dos grupos terem aceitado essa nova proposta não irá invalidá-la, ao contrário, “porque vai dar para fazer um trabalho legal com esses cinco grupos para eles se fortalecerem, estabelecendo uma dinâmica para os próximos anos” (E₄, TRECHO 0:25M:34S).

Há uma predileção no município de São José dos Pinhais de os empreendimentos exporem seus produtos em feiras ou eventos ao invés de usar o CPES. A adesão de 50% a este novo modelo comprova isso. E até mesmo anterior a essa ação, para que os grupos pudessem expor seus produtos, era estipulada uma meta a ser cumprida, se esta não a fosse, haveria uma determinada “punição”. Essa evidência pode estar relacionada ao fato de os grupos anteriormente não se sentirem parte da construção, conforme já relatado (E₄, TRECHO 0:06M:47S). É evidente que o CPES é apenas um dos tentáculos da comercialização dos produtos solidários, mas espera-se que haja uma interação e um aproveitamento maior por parte dos empreendimentos.

Quanto ao reordenamento referente à comercialização dentro do CPES, percebe-se o esforço e a preocupação da Rede Marista em dar continuidade e desenvolver os empreendimentos seguindo os princípios solidários. Por isso questiona-se se essa remodelagem poderá ser frutífera, uma vez que, conforme relatado pelos entrevistados E₃ e E₅, anteriormente foi feita uma tentativa para que os empreendimentos assumissem o gerenciamento do CPES que ficava dentro da Secretária do Trabalho. Entretanto não obtiveram êxito e decidiram pelo seu fechamento. Ainda qualquer resposta é incipiente sobre o assunto, mas destaca-se toda a experiência e suporte técnico e operacional da Rede Marista que está por trás dessa tentativa. Resta-nos acompanhar e desejar que os empreendimentos possam administrá-lo com todo empenho e maestria. Afinal, mais do que um desejo do poder público, a ES deve servir como um modelo de organização alternativa ao capitalismo não apenas em momentos de crise, mas sim para toda uma vida.

Pode-se dizer que os municípios que possuem o espaço físico dos CPES possuem mais uma opção latente para a comercialização e socialização entre os empreendimentos, tornando-se um diferencial. A construção do CPES tem como intuito melhorar não apenas a comercialização, mas também a formação, integração, coletividade dos grupos que ali estão. Destaca-se também que, apesar de as trajetórias dos municípios terem se dado em um delineamento temporal diferente um do outro e com características peculiares, o

apoio governamental, principalmente dos governos municipais quanto aos incentivos para a implementação e continuidade da ES foram essenciais. Nota-se que o amadurecimento é contínuo e necessário, por isso compartilhar saberes, sendo favoráveis ou não, trará um enriquecimento a essas experiências.

Adiante são tratadas as dificuldades e conquistas que o PMES e o CPES tiveram durante o caminho, sendo que algumas se assemelham e outras nem tanto.

4.3 ENTRAVES E IMPULSOS

Foram apresentados na fundamentação teórica alguns entraves e impulsos enfrentados pela ES e pelo CPES; esses também foram citados pelos entrevistados. Começando pela Lei Nacional de Economia Solidária, que serve como um instrumento público de reconhecimento, apoio e fomento aos empreendimentos, conforme exposto anteriormente, ela se encontra pendente de aprovação desde 2012 (BRASIL, 2012a). Todos os entrevistados dos municípios reforçaram a necessidade de um marco legal específico para os empreendimentos de ES, pois eles possuem particularidades que os distinguem das demais modalidades organizacionais previstas em lei, o que os impele para a informalidade ou impõe enquadramentos forçados, como de cooperativas tradicionais, associações ou de MEI.

Outra preocupação é com a garantia de proteção social aos sócios. Segundo os dados da SIES exposto pela Senaes (2014b), vários empreendimentos permanecem na informalidade. Isso corrobora o que já foi exposto por Prochet (2008) de que a falta de formalização dos grupos reduz a integração desses empreendimentos ao mercado de consumo formal, impedindo os empreendimentos, como exposto pelos autores Kuyven e Kappes (2013), de usufruírem de direitos básicos que só podem adquirir aqueles EES que são formalizados. Para a entrevistada E₂, a formalização traz um fortalecimento ao empreendimento em âmbito nacional e não apenas local.

O acesso ao crédito exclusivo para os empreendimentos também é uma dificuldade a ser superada (CONAES, 2010; AMORIM, 2010), reforçando que as linhas de crédito poderiam alavancar o alcance da autonomia. O que, infelizmente, no sistema capitalista é considerado como assistencialismo e não como investimento, enquanto recuperar empresas privadas e bancos falidos por meio de crédito público é visto como atitude legítima (ENTREVISTADA E₂, TRECHO 0:38M:09S).

Outro entrave é a renda, como é apontado, pelos dados apresentados pelo SIES segundo a Senaes (2014b), por 73,59% dos empreendimentos. Martos (2013) já dizia

que a renda é assinalada como o principal motivo de desistência dos empreendimentos dos PMES e do CPES, o que também é comprovado segundo os entrevistados E₂, E₃ e E₄. Hisamitsu (2013) confirma essa informação, uma vez que em seu estudo procura entender os principais motivos da desvinculação dos grupos do PMES, com destaque para o baixo retorno financeiro, que apresentou um percentual de 80% dos empreendimentos que demonstraram insatisfação quanto aos seus ganhos durante a permanência no programa. Considerando uma população de 82 grupos que já participaram e desistiram do programa, 61 pessoas efetivamente responderam a pesquisa de Hisamitsu (2013, p.58-59). Dentro desse universo de 61 pessoas, 44 delas responderam que obtinham uma renda aproximada de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 mensais; a maior concentração de entrevistados (90,9%) disseram que, durante a participação no PMES de Londrina, obteve uma renda média de até R\$ 300,00.

A entrevistada E₂, trecho 0:58m:29s, faz uma observação quanto à renda, destacando a sua importância e que ela é considerada um dos fatores que interferem diretamente no tempo de permanência no programa. As pessoas têm dificuldades em se adequar a esta forma de economia; em muitos casos, esperam o retorno financeiro imediato, e isso na realidade nem sempre acontece. Assim, muitas mulheres integrantes desses grupos preferem exercer a atividade de trabalhadora doméstica ou diarista, por exemplo, já que o retorno financeiro é certo no final de um período de trabalho.

A renda, apesar de ser considerada importante, é tratada muitas vezes como um fator secundário. Levando em consideração que a ES tem como um dos objetivos a geração de renda (SINGER, 2002; SENAES, 2012), quando os entrevistados são abordados a respeito desse assunto, ocorre uma tentativa de minimização, em que procuram ressaltar os benefícios subjetivos produzidos neste tipo de relação, que são considerados um avanço, mas que não substituem o econômico, conforme a fala a seguir:

E sempre me perguntam isso, mas e a renda? É o suficiente, mas espera ai, o que é renda suficiente? O que é renda suficiente para mim, o que é renda suficiente para você, o que é para eles? De repente para ele, é a renda suficiente dele, é poder participar deste movimento, é poder estar com essas outras pessoas, é ter a sua autoestima elevada (E1, TRECHO 0:51M:12S).

Segundo Martos (2013), esse discurso da relativização em relação ao fator econômico tende a ser replicado pelos grupos. Todavia, abrir mão do fator econômico é descaracterizar a própria proposta do PMES, que tem como principal finalidade a geração de trabalho e renda e garantir autonomia econômica às pessoas envolvidas. Se os grupos não conseguem atingir a emancipação e ter autonomia financeira, isso é um indicativo de algum fator conflitante. Embora o ganho subjetivo seja importante para as relações sociais, deve-se

resgatar que, se a ES busca a consolidação como alternativa possível ao capitalismo, a renda é um fator crucial e os empreendimentos precisam voltar seu olhar mais para o mercado e não apenas para os produtos e serviços de que dispõem. O problema parece mais sério, pois não é simplesmente que o retorno não vem ocorrendo num prazo curto, mas simplesmente não se vê evolução.

Quando questionados os entrevistados dos municípios E₂, E₃, E₄ e E₅ sobre os resultados financeiros auferidos pelos empreendimentos, a maioria não soube informar. Uns porque não se recordavam (E₂ e E₅) e outros não responderam precisamente o valor (E₃ e E₄). Quando davam um valor aproximado de renda, era por valor total. A entrevistada E₃, trecho 02h:04m:18s, expressou um valor de R\$ 200.000,00 a 250.000,00 por ano, levando em consideração a quantidade atual de 57 pessoas, o que equivale a uma média por mês de renda *per capita* de R\$ 365,00, o que significa um valor inferior a meio salário mínimo vigente⁸. Isso confirma os dados apresentados anteriormente pela Anteag (2009, p. 47), pela Senaes (2014b) e por Martos (2013), de que a ES nesses municípios serve muito mais como uma complementação de renda do que como renda principal. Isso também é confirmado pelos entrevistados E₂ e E₃.

Sem contar o obstáculo causado pela dependência do poder público que também é citado pelos entrevistados. As entrevistadas E₂ e E₃ de ambos os municípios expõem que o fato de o movimento da ES ter surgido a priori pelo incentivo do poder público e não do movimento de base poderá ocasionar uma dependência por parte dos empreendimentos, o que, por sua vez, inibiria a autogestão e a emancipação deles. Essa dependência pode ser afirmada pelos autores Oliveira e Beatriz (2011) e Figueiredo e Santos (2013) que, conforme apresentado na fundamentação teórica, expõem a subordinação e a dependência dos empreendimentos ao poder público.

Outro fator que se destaca está relacionado aos princípios da autogestão que procuram direcionar os empreendimentos, mas estes encontram resistência ao se deparar com a realidade de fato. A ideia de que as decisões devem ser consensuais e que todos participam de forma igualitária parece ficar no plano do ideal, já que há uma enorme assimetria na participação e engajamento: enquanto algumas lideranças afloram, a grande maioria permanece com baixíssima iniciativa, tendo dificuldade em ultrapassar a condição de subserviência hierárquica a que se acostumou. Sobressai o dilema: ou se preservam os

⁸ Foi considerado o valor do salário mínimo (SM) de 2015 – R\$ 788,00

princípios e se engessa o desenvolvimento das iniciativas, ou se aceita o aflorar de certas lideranças sob o risco de se descaracterizarem os princípios que guiam a própria ES.

O autor Luzio-dos-Santos (2014) aponta que boa parte das experiências de Economia Solidária não emana naturalmente de grupos organizados que se propõem a aderir aos princípios da ES, mas de ações verticalizadas de cima para baixo. Singer (2009), por sua vez, afirma que o Estado não deve ser responsável pela Economia Solidária, ela deve ser iniciativa das pessoas e tornar-se independente de qualquer força externa; só assim conduziria à verdadeira emancipação dessas populações.

Este fato da dependência pode ser verificado por meio dos empreendimentos desincubados. O termo refere-se aos empreendimentos que se desvinculam do programa, a princípio por terem conquistado autonomia econômica. Contudo, quando a questão da desincubagem é colocada para os entrevistados dos municípios estudados, todos de alguma forma apresentaram argumentos em prol de uma assistência permanente. As falas das entrevistadas E₁ e E₄ vêm ilustrar essa situação.

[...] Ninguém vai deixar de fazer parte desse movimento, então não existe, desincubado...existe parar de fomentar é... existe estar de portas abertas se esse empreendimento precisar de alguma assessoria, de alguma coisa que o programa tenha condições de oferecer, mas não existe desincubar...você não desincuba ninguém de um movimento (E₁, TRECHO 0:44M:07S).

[...] Mas eu não me preocupo muito com a questão da desincubação porque eu vejo assim, as empresas capitalistas como elas são permanentemente assistidas por outras assessorias. Então por que o empreendimento e a economia solidária não pode ser permanentemente assistido por uma? Vamos dar a demanda. Em um momento ele precisa de uma coisa, em outro ele precisa de outro...na medida que ele vai crescendo ele vai mudando a demanda (E₄, TRECHO 0:38M:24S).

Entretanto, Borinelli *et al.* (2012) buscaram analisar a desincubagem e revelam que, especificamente, em Londrina em 2009, o prazo estabelecido para tal era de dois anos, embora houvesse ressalvas que essa questão de estabelecer um prazo rígido poderia prejudicar o processo de desenvolvimento dos grupos. Neste mesmo sentido, Martos (2013) traz um novo elemento, em que os dirigentes de Londrina relatavam que esse prazo não seria possível atingir de forma única para todos os grupos, pois eles teriam assimilações e realidades distintas; sendo assim, cada grupo teria um tempo ideal e diferenciado. Ainda a mesma autora questionava que a total ausência de critérios de cobrança pudesse gerar apatia, baixo empenho e até descrédito por parte dos grupos e que eles poderiam fazer o seguinte questionamento: “por que se esforçar para conseguir desincubar no período estipulado como prazo máximo se existem empreendimentos que estão como incubados desde a criação do CPES?” (MARTOS, 2013, p. 88). O Relatório do Seminário (2005, p. 13) pontua que a “falta

de definição de prazos para a desincubagem dos empreendimentos pode criar uma relação de codependência”.

Se for levado em consideração todo o percurso, em que mais de noventa grupos já passaram pelo PMES, observa-se que o único empreendimento relatado como “desincubado” em Londrina refere-se à padaria Comunitária PAMA, ou mais conhecida como Padaria Maravilha, que iniciou as atividades em 2006 como um grupo incubado dentro do CPES (MARTOS, 2013; LUZIO-DOS-SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013).

Essa discussão tem correlação com o que foi apresentado no item 2.2.3, que expõe uma evolução quantitativa dos empreendimentos apresentada no Atlas da Economia Solidária, sem, contudo, haver o mesmo avanço qualitativo (ANTEAG, 2009; SENAES 2014b). Quando se diz que a suspeita é de a qualidade não tenha acompanhado seu avanço numérico, de fato, isso é observado através da desincubação. Vários empreendimentos já passaram por ambos os municípios, aumentando a sua representatividade numérica, mas, efetivamente, raro os casos apresentados (LUZIO-DOS-SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013) em que o grupo tenha ganho autonomia e emancipação econômica.

Sendo assim, observa-se que, em Londrina, houve uma alteração com o passar do tempo. Inicialmente havia sido estabelecido que os grupos ficassem incubados por um período de dois anos, mas com a inviabilidade de os grupos caminharem sozinhos após esse período, os prazos foram progressivamente dilatados até ao momento em que deixaram de ser considerados e passam a não ter mais fim, relativizando-se os mecanismos de controle e o próprio acompanhamento do desenvolvimento do programa de ES. Esbarra-se continuamente na incapacidade de assegurar o que havia sido projetado, que era a emancipação econômica dos grupos, o que faz com que o discurso mude ao longo do tempo e passe a relativizar esse objetivo. Torna-se mais um campo de poder protegido a qualquer preço.

Já em São José dos Pinhais, desde o início do PMES, não há nenhum empreendimento que tenha sido desincubado até o momento; quanto ao período de desincubagem, os entrevistados E₃ e E₄ dizem que não há nada estabelecido quanto a isso: “A gente não tem um prazo, a gente percebe assim que eles estão totalmente dependentes” (E₃, TRECHO 02H:01M:17S). Isso pode ser um indício da fragilidade do programa, que, ao invés de estimular estratégias que busquem a emancipação e autonomia dos grupos, o que de fato ocorre são justificativas que eternizam as relações de dependência, algo contrário aos princípios orientadores da ES. Em sua maioria, os grupos continuam ligados ao programa por não conseguirem alcançar autonomia financeira, algo que deveria ser problematizado para que

correções sejam feitas no sentido de assegurar os objetivos previamente estabelecidos. No entanto, percebe-se que a ideia de emancipação produtiva ainda é uma pretensão muito distante da realidade desses municípios. A grande maioria dos grupos é dependente do poder público, criando um processo de circularidade, em que a dependência leva muitas vezes a certa acomodação e apatia, o que se reflete na necessidade de maior apoio e assistência, reproduzindo-se a condição de dependência. Por outro lado, o afastamento do poder público inviabiliza de vez boa parte das iniciativas, considerando sua fragilidade.

Também é citado pelas entrevistadas E₁ e E₂ e está presente na política de Assistência Social para o quadriênio 2014-2017 o desafio da “impossibilidade de estruturas públicas do Município adquirirem produtos da Economia Solidária para uso nos serviços públicos” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014, p. 33). Com isso, levanta-se a questão da formalização dos EES, que acaba sendo um empecilho para participarem de licitações públicas, o que poderia assegurar a comercialização de seus produtos e serviços, alimentando as chamadas compras públicas sustentáveis, já em vigor em vários estados brasileiros e que é defendido por Oliveira e Luzio-dos-Santos (2015).

Em São José dos Pinhais, o entrevistado E₅, trecho 0:26m:25s, afirma que os “desafios pela frente é fazer com que a gente possa ampliar os municípios com esse modelo para que crie também no próprio funcionamento dos municípios, um funcionamento em rede como é a ideia da Economia Solidária”. Ainda complementa que: “o desafio é muito grande, você compete com os produtos da China, com os produtos da política tradicional de produção empresarial, então, sobretudo, a Economia Solidária tem esse olhar humano, voltado para as pessoas”. Cita-se também como obstáculo fazer com que os empreendimentos possam realizar a produção de forma coletiva, uma vez que, grande parte das vezes, a coletividade se concentra apenas na comercialização. De acordo com a entrevistada E₃, no trecho 02h:08m:14s, o trabalho é individual e pouquíssimas pessoas realizam o trabalho de forma coletiva.

Por outro lado, houve impulsos que levaram a diversas conquistas durante todo o processo. Primeiramente destaca-se a criação do CPES (BORINELLI *et al.*, 2012), considerado pela entrevistada E₂ como um espaço importante de conquista, pois a estrutura de um CPES permite o desenvolvimento de capacitação, reunião, articulação e de comercialização fixo (E₂, TRECHO 0:29M:6S).

Em seguida, a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária também é considerada um avanço entre os entrevistados. Londrina teve sua aprovação em 2008, três

anos após o início do programa de economia solidária. Segundo a entrevistada E₂, no trecho 0:29m:06s, esse prazo foi essencial para o amadurecimento, pois assim puderam ver de que forma seria importante a regulamentação, que serviu como um instrumento no sentido da manutenção desse programa. São José dos Pinhais teve a sua lei aprovada um ano após a criação do programa. Essa agilidade se deu pela preocupação em dar continuidade ao programa: “A preocupação de perenizar o programa, ela sempre residiu na nossa atuação. Por isso que ela foi acelerada do ponto de vista institucional de produzir os instrumentos que, agora, fica mais complicado se determinada gestão quiser acabar o programa” (ENTREVISTADO E₅, TRECHO 0:29m:48s).

Diversas conquistas também foram apontadas pela Senaes (2014b), incluindo a integração do grupo/coletivo, a geração de renda e a autogestão. Os autores Costa e Nishimura (2010, p. 132) pontuam os avanços produzidos especificamente pelo CPES, incluindo a socialização de um espaço coletivo, aprendizado coletivo, a visibilidade e referência do CPES enquanto um espaço de comercialização.

Os benefícios gerados são inúmeros, principalmente no que se refere à participação e valorização das pessoas perante a sociedade. Outros autores, como Luzio-dos-Santos e Borinelli (2010, p. 6), corroboram dizendo que “nas organizações de ES existem ganhos que vão muito além do econômico, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos”. Esses ganhos subjetivos são elencados por todos os entrevistados dos municípios, que destacam o crescimento pessoal, a inserção na vida social, o sentimento de pertença, a melhora na perspectiva de vida e na autoestima.

A gente tem pessoas e agora não estou nem falando de empreendimentos, estou falando de pessoas, nós temos pessoas na ES que quando começaram a autoestima estava lá embaixo... sabe...ai... eu preciso arrumar alguma coisa para fazer, porque eu estou entrando em depressão, em uma situação vulnerável, em uma situação sofrida, e de repente você olha essas pessoas chegando aqui..., arrumadas, maquiadas, unha feita, e a transformação dessas pessoas, por fazerem parte de algo (ENTREVISTADA E₁, TRECHO 0:52M:54S).

Embora Borinelli *et al.* (2012) também ratifiquem a questão da autoestima, fazem um alerta dizendo que esses avanços não são o suficiente ou substitutivo de uma possível insustentabilidade econômica.

Londrina, especificamente, durante esses anos apresentou diversas conquistas. Segundo a entrevistada E₁, no trecho 0:08m:23s, destacou, o amadurecimento dos EES, ao deixarem a ideia de associações produtivas para se fixarem nos princípios da Economia Solidária, que se pautam por produção coletiva e não associada. A entrevistada E₂,

trecho 0:33m:23s, comentou a respeito de progressos que ainda estão em fase de desenvolvimento, mas que já representam uma conquista, como a aquisição de carros para o programa, a criação de uma comissão específica para a questão de comercialização dos CPES, o estabelecimento de mecanismos de fomento à compra de matéria-prima para os empreendimentos, além do surgimento de novos grupos produtivos.

Outras conquistas são pontuadas. O Relatório do Seminário (2005) afirma a importância de parcerias realizadas entre os programas de economia solidária e as instituições e organizações da sociedade civil, com destaque para as universidades, permitindo a disseminação do conhecimento sobre a ES. No caso de Londrina, diversas universidades estão envolvidas com os empreendimentos, o que colabora tanto com a investigação acadêmica sobre ES como promove a dinamização dos empreendimentos. As entrevistadas E₁ e E₂ destacam que o apoio da Universidade de Londrina foi essencial para o estímulo e fortalecimento da ES. Borinelli *et al.* (2012) alertam sobre essa parceria em forma de projetos de extensão, que muitas vezes torna-se apenas um novo objeto de estudo para os pesquisadores e pouca ou nenhuma contrapartida se dá para o desenvolvimento dos empreendimentos de ES. Contudo, de acordo com a percepção das entrevistadas, a colaboração da academia parece ter sido concreta.

[...] Eu acho que as universidades são grandes parceiros, incentivadores e tudo mais, em relação à política de ES, porque hoje isso é muito discutido no meio acadêmico, então eu acho que isso é um grande diferencial, essa discussão, levar esse conhecimento (E₁, TRECHO 0:32M:29S).

Já os entrevistados E₃, E₄ e E₄ dizem que, em São José dos Pinhais, houve um amadurecimento comportamental dos empreendimentos: antes, eles eram muito dependentes do poder público, sendo a gestão anterior considerada paternalista, entretanto, com o passar dos anos, eles estão desenvolvendo a autogestão. Sem contar os conflitos, que eram uma das grandes dificuldades: eles acabaram se transformando em conquista pela forma diferenciada de gerenciá-los, principalmente nas reuniões. A conquista dos empreendimentos se estende à adesão de maquininhas para operarem com cartões de crédito e débito, facilitando a comercialização. Os ganhos em relação à divulgação dos produtos em uma variedade de feiras e eventos também têm se destacado.

De forma geral, observa-se que os entraves vão sendo modificados conforme o tempo; alguns são superados, outros insistem em permanecer. A superação de barreiras consiste em ter uma mentalidade aberta para ampliar as fronteiras, sabendo que nada está pronto e acabado, tudo consiste em uma construção dia após dia. Acima de todas as

dificuldades, os princípios solidários deve sobressair, procurando aprender com os entraves e celebrar as vitórias que surgem e que estão por vir. Pois as conquistas são fruto do trabalho de todo uma equipe. O importante é estar ciente das deficiências e assim ir buscando uma melhoria contínua adequada à realidade local.

Adiante apresenta-se a participação do governo do Paraná no incentivo da ES no estado.

4.4 GOVERNO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O cenário local, estadual e nacional demonstra o papel crescente que o Estado tem assumido na proposição da ES. Apesar da ampliação desta participação, a ES não está presente como política de Estado em todas as regiões do país. Muitas vezes, ela tem sido incorporada às práticas de governos democráticos e populares com o reconhecimento e respaldo às formas organizativas coletivas de trabalho, na busca de mecanismos que possam estabelecer um marco regulatório específico e investimentos que a legitimem e consolidem (NISHIMURA 2005). Sendo assim, o papel do Estado é preponderante no desenvolvimento do Programa de ES para garantir a continuidade e o fortalecimento de políticas sociais que possam resistir às pressões do mercado. Diante disso, busca-se entender a participação do governo do Paraná na ES, visto que os municípios estudados se encontram neste estado, além de toda a contribuição e importância dele conforme já explanado.

A história da ES no Paraná começou na década de 1990, por meio de diversos EES, fruto de ações comunitárias voltadas para a geração de trabalho e renda. Os clubes de mães, atividades desenvolvidas em associações de moradores e iniciativas apoiadas por programas de governo e não políticas públicas foram os primeiros EES do estado. Mas foi no final de dezembro de 2002, por meio da SETP, que foi realizada a incorporação das atividades relativas à definição de diretrizes e programas para as políticas públicas do Sistema Público de Emprego e Renda, sendo esta nomenclatura modificada em junho de 2011, incluindo o termo “Economia Solidária”. Desta maneira, passou a ser Secretária de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), tendo como uma das suas finalidades a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária no estado do Paraná visando explorar as aptidões econômicas de cada região (RIBEIRO, 2013).

Nota-se, assim como afirma Coutrot (2001), que as administrações municipais e estaduais do PT tiveram um papel importante no fortalecimento de ações, programas e estratégias da ES. Isso também se faz presente a nível estadual, assim como já

apresentado nos municípios estudados, em que os seus dirigentes eram de partidos coligados ao PT. No Paraná, de janeiro de 2003 a abril de 2010, o governador foi o Roberto Requião de Mello e Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que possui coligação com o PT, demonstrando efetivamente que os incentivos se davam em maior escala.

Silva e Serafim (2013) reforça que, nos anos iniciais, o governo do Paraná viveu momentos de aproximação com os movimentos populares e através da SETP criou o Programa Paranaense de Economia Solidária, vinculado à Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, promovendo diversas ações formativas, de apoio à formação de redes solidárias, organização das cadeias produtivas, apoio na comercialização, consumo, logística e finanças solidárias.

Zazula Beatriz (2007) descreve que, nos anos seguintes, várias ações foram realizadas com o intuito de fomentar e fortalecer a ES no estado. As ações realizadas foram diversas, desde fóruns, encontros, conferências, feiras e atividades propondo capacitação e formação aos integrantes dos EES, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ainda Silva e Serafim (2013) relatam que, em meio a essas ações, foi criado o Anteprojeto de Lei Estadual de Economia Solidária, aprovado no 3º Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado na cidade de Curitiba nos dias 13 e 14 de novembro de 2008. Apesar dessa sinalização positiva, não houve nenhuma ação mais específica por parte do governo estadual e até os dias atuais não se concretizou a aprovação da lei estadual.

No plano estadual de 2015-2019, a aprovação da lei estadual é uma das proposições que estão em pauta para ser discutida, reavaliada e aprovada. Tratam disso na segunda e na oitava proposição, sempre ressaltando a intenção de aprovação da Lei Estadual e da Nacional, bem como a criação de leis municipais que contemplem a implementação de recursos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento da ES, com formação, comercialização, selo de certificação, crédito solidário, compras coletivas, redes de comunicação, produção e consumo sustentável, tributação reduzida e incentivos fiscais e subsídios que garantam a produção em base ecológica (PARANÁ, 2015, p. 15; 33-34). A aprovação da lei estadual facilitará o funcionamento e o dinamismo da ES no estado, conforme aponta o entrevistado E₅:

A ausência de uma lei estadual dificulta. A continuidade do programa que a gente teve em São José dos Pinhais não tem a mesma aplicabilidade aqui no estado. Como a lei tramitou na assembleia, chegou a ser aprovada em primeira votação e depois parou, não evoluiu, e aí saiu o governo Requião e entra outro governo, entrou o Beto Richa. E aí é natural até que o governo observe o que está sendo aprovado pela gestão anterior até para se posicionar com relação a isso. Nós que temos campos diferentes de atuação política do atual governador, até ficamos felizes quando a

Secretaria do Trabalho também ganhou o título de Economia Solidária. E a gente aguarda. Apesar de todas essas dificuldades, nós aguardamos e esperamos que a lei que está hoje em processo de evolução no estado realmente se transforme em lei, o projeto se transforme em lei, para que o programa ganhe essa continuidade. Que ela não seja interrompida, que ela ganhe uma dinâmica de funcionamento, ganhe um histórico, ganhe musculatura com relação a isso. Então o importante seria isso. E em relação à expectativa, vamos aguardar que seja aprovado, então vamos torcer (ENTREVISTADO E₅, TRECHO 0:36M:07S).

Destaca-se ainda que foi este anteprojeto estadual que inspirou o município de São José dos Pinhais para criar e aprovar a lei municipal. Esse anteprojeto foi derivado de grande empenho, conforme destaca o entrevistado E₅, no trecho 0:01m:50s, dizendo que a elaboração do anteprojeto estadual veio de um esforço coletivo tanto do governo da época como da coordenação e de todos os movimentos da ES do Paraná, que puderam de forma concreta participar da elaboração desse projeto. O intuito é de servir de base para as prefeituras, governos que queiram desenvolver nas ruas regiões, nas suas cidades, uma política que contemplasse a ES.

Espera-se a aprovação estadual dessa lei, que está em trâmite desde 2008, pois trará uma legitimidade ao movimento de ES, além de se concretizar como política pública no estado. Essa lei estabelece várias formas de operação do processo de ES, desde formas de fomentar a organização de grupos, de formação, de auxílio à comercialização, de auxílio à produção, sessão de espaços públicos, além das linhas de crédito especiais com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas à realidade dos empreendimentos de ES.

Conforme exposto na entrevista do ex-secretário da SETS (E₆), existe atualmente uma linha específica do Fomento Paraná chamada de “Crédito Solidário – Paraná Juros Zero”, que é destinada às pessoas físicas e os empreendedores envolvidos em iniciativas voltadas à Economia Solidária e que são atendidos pelo Programa Família Paranaense. Pode ser financiado o Capital de Giro (mercadorias e matérias-primas para revenda), Investimento Fixo (obras/reformas, aquisição de máquinas e equipamentos) e Investimento Misto (combinação dos dois anteriores) (PARANÁ, 2016). Essa linha de crédito atenderia a uma das necessidades citada pela entrevistada E₂ no trecho 0:36m:47s, conforme exposto anteriormente, pois as linhas de crédito acessíveis no momento só permitiam fomentar a compra de matéria-prima e não de equipamentos, como estava sendo demandado.

Mas tem-se como objetivo traçado no Plano Estadual de Economia Solidária 2015-2019 “criar uma linha de crédito exclusiva para a Economia Solidária reduzindo-se a burocracia, subsidiando-se os juros e flexibilizando-se as exigências em relação ao avalista a exemplo do aval solidário coletivo” (PARANÁ, 2015, p, 25).

Essa linha de crédito aos empreendimentos solidários foi assinalada como um dos gargalos da ES. Todos os entrevistados apontaram essa deficiência e não relataram que havia alguma linha de crédito por meio do governo do estado na Agência de Fomento do Paraná que estaria disponível a eles. Os motivos pelos quais o PMES, ou o CPES, não estão tendo acesso a esse crédito ofertado pelo estado podem ser diversos, entre eles a burocracia, exigências de avalista, prazos de carência reduzidos, falta de divulgação tanto pelo governo estadual como municipal, ou a falta de comunicação com as redes de atendimentos para intermediar essa operação. Como pode ser notado no plano estadual 2015-2019, há previsão de linhas de créditos exclusivas para atender esse público, o que pode ser um sinal de que as linhas existentes no momento não atendem de fato em algum aspecto os empreendimentos solidários.

Além do subsídio de crédito, o E₆ apontou também como contribuição do estado aos EES a ajuda de custo de deslocamento, os cursos de capacitação ou então, como afirma a entrevistada E₁, os estantes em eventos e feiras nacionais e estaduais, por meio do apoio à comercialização através do Decreto 3574, de 22 de dezembro de 2011, que determina a cessão gratuita de um estande padrão quando houver promoção ou realização de eventos públicos com área de exposição e/ou comercialização, que será destinado aos empreendimentos da ES, preferencialmente da região em que se realizará o evento.

Diante os esforços e ações realizadas, sucumbiu-se às dificuldades financeiras e, em dezembro de 2014, a SETS foi extinta, transferindo algumas competências já operacionalizadas para a SEDS por meio da Lei n° 18.374/2014 (BRASIL, 2014). O último secretário da SETS (E₆), diz que, devido às dificuldades financeiras, o governo do Paraná achou por bem diminuir a estrutura administrativa do estado e, neste caso, a SETS foi incorporada na SEDS, que tem como secretária Fernanda Bernardi Vieira Richa. Segundo o entrevistado, apesar de a secretaria ter ficado muito grande e com várias atribuições, foi uma decisão acertada, uma vez que a questão social está diretamente ligada à questão do trabalho. Afirma ainda que não haverá nenhum prejuízo ou descontinuidade de programas ou ações voltados a ES (ENTREVISTADO E₆, TRECHO 0:01M:44S).

Entretanto, a entrevistada E₃, no trecho 0:52m:24s, afirma que, a partir dessa extinção e incorporação na SEDS, o estado do Paraná passou a ficar sem referência em ES. A partir disso, dá para se dizer que como se trata de uma ação recente, é precipitado avaliarmos se haverá algum prejuízo ou descontinuidade da ES no estado, mas uma coisa é certa, se antes na SETP, já havia outras prioridades sem ser a ES, imagina agora, a SEDS com novas

atribuições. Isso irá demandar um esforço da equipe e a alocação correta de recursos necessários.

A SEDS (2015), a partir da incorporação a continuidade nas ações de ES, afirma que tem realizado diversas implantações de ações integradas de ES por meio da Superintendência do Trabalho, com o intuito de promover o desenvolvimento local e territorial sustentável, buscando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. Está presente em 55,88% dos municípios paranaense, mas afirma que possui alta cobertura populacional. Abrange 89,9% da população total e 93,3% da população urbana do Estado. Essas ações, embora afirme a SEDS (2015) que atinge quase 90% da população paranaense, são desconhecidas pelos entrevistados dos municípios, pois nenhum desses projetos tem tido um alcance nos municípios estudados. Ao contrário, os entrevistados relatam a ausência e a falta de contribuição do governo do estado. Dizem que não possuem contato ou algum recurso advindo do governo estadual e que não há atuação direta na ES. “O governo estadual do Paraná nunca teve essa gestão, nunca teve nenhuma política pública de economia solidária. Já teve em outros momentos quando o Padre Roque era Secretário, programas de Economia Solidária, inclusive as padarias comunitárias têm uma importante contribuição. Mas essa gestão, nesses seis anos, não tem nenhuma” (ENTREVISTADA E₄, TRECHO 0:20M:08S).

Especificamente quando se relacionam as ações do governo estadual com os PMES e com CPES, nota-se que não há nenhum tratamento ou proposta diferenciada. De fato, cada município fica responsável pelo gerenciamento, conforme bem apontou o entrevistado E₆, seguindo as diretrizes da lei de autonomia municipal, conforme prevê o Art. 18 da CF: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). De acordo com o referido entrevistado, “o que o estado faz é dar suporte aos municípios, então o prefeito define no bojo do seu município aquilo que ele quer desenvolver e o estado entra como agente fomentador, apoiando e incentivando. Isso não pode ser diferente, senão fere o princípio constitucional da autonomia e independência do poder público municipal” (E₆, TRECHO 0:27M:36S).

O entrevistado E₆, complementa dizendo, no trecho 0:30m:56s, que, a princípio, foram dois os CPES criados (Londrina e São José dos Pinhais), mas que “a ideia era de se levar isso para os dez maiores municípios do estado do Paraná e que acabou ficando em dois. Não se disseminou, não se difundiu. Neste processo o estado apenas colabora, contribui, mas as decisões programáticas são deles”. No entanto, o plano estadual de Economia

Solidária 2015-2019 estabelece a criação de seis Centros Públicos Regionais que contemplem a formação dos empreendimentos da economia solidária, qualificação, assistência técnica e outros espaços públicos permanentes para a comercialização dos produtos, criando um calendário de feiras regionais solidárias (PARANÁ, 2015, p. 18). Se houver essa concretização da criação de CPES regionais, isso ajudará a fortalecer a ES, visto que há apenas dois CPES no estado. Contudo, enquanto isso não é possível, cabe também ao governo estadual de alguma forma estimular os EES nos diversos municípios e não somente aqueles que fazem parte do Programa Paranaense de ES. Essa ausência é observada por todos os lados, desde a lei nacional até a estadual, perpassando pela falta de apoio direto à produção e a comercialização, ao crédito solidário exclusivo, aos subsídios fiscais e tributários, as compras coletivas, e ao consumo sustentáveis.

Quanto à contradição de que, por um lado, o estado afirma sua contribuição e participação na ES, e, por outro, nota-se pelas falas dos entrevistados uma ausência relativa ao apoio dos EES, a Conaes (2015) afirma que, tanto no governo federal, como estadual e municipal, há, sim, uma ausência de consolidação e de estratégias para o desenvolvimento sustentável e solidário que advém de políticas de governo em políticas públicas de Estado. Nishimura (2005) já dizia que a baixa adesão do poder público na esfera estatal à Economia Solidária como Política Pública acaba criando um descompasso entre os esforços federais, estaduais e municipais, reduzindo a efetivação das políticas. Acrescentando, a Conaes (2015) aponta que há uma deficiência na comunicação entre os governos nacional, estaduais e municipais com os fóruns e redes de economia solidária, resultando em programas e projetos que não contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos EES. Ainda faz uma crítica quanto ao:

Despreparo de gestores públicos estaduais e municipais para os processos de implantação de projetos voltados para a Economia Solidária, seja por desconhecimento ou pouca clareza quanto ao tema da economia solidária, falta de entendimento sobre os seus processos e princípios como ferramentas de desenvolvimento local, seja pela alta rotatividade dos gestores em função de mudanças de gestão (CONAES, 2015, p. 12).

Essa rotatividade entre os governos estaduais e municipais pode ser elencada como causadores de desentendimento, despreparo, desinteresse ou clareza sobre o assunto, o que acaba interferindo nas estratégias planejadas e que, posteriormente, seriam implementadas. Assim como assinalam os autores que foram discutidos na fundamentação teórica, Borinelli, Luzio-dos-Santos e Pitaguári (2011), Pisicchio (2014) e Bresser-Pereira (1998), dizendo que é importante que o Estado fugira dos engajamentos políticos, da

burocracia e de critérios da gestão pública, pois isso pode acabar dificultando a aproximação e o reconhecimento das verdadeiras necessidades em relação à ES.

Quanto a essa rotatividade no Paraná, ocorreram três alterações de gestão desde a implantação efetiva da ES. A primeira se deu janeiro de 2003 a abril de 2010, com o governador Roberto Requião de Mello e Silva, do PMDB, que possui coligação com o PT. O segundo foi Orlando Pessuti, do período de abril de 2010 a janeiro de 2011. Esse era vice-governador do governo Requião, também do partido PMDB. E por último o atual governador Carlos Alberto Richa, do partido PSDB que assumiu em janeiro de 2011. Diante das alterações na gestão do estado pode-se dizer que a falta de continuidade a projetos, ações e estratégias são evidentes, destacando-se a não aprovação da lei estadual. De uma forma ou de outra, ao mesmo tempo em que, com o atual governador Carlos Alberto Richa, houve a inclusão da “Economia Solidária” no *status* de Secretária (SETS – junho/2011), anos depois ocorreu a sua extinção e incorporação na SEDS (dezembro de 2014).

No município de Londrina, apesar das cinco alterações de gestão, o quadro gerencial, na medida do possível, se manteve. Atualmente, o prefeito da cidade é do Partido Social Democrático (PSD), Alexandre Kireeff. As ações foram mantidas e até mesmo ampliadas, como é o caso da conquista da Casa da Economia Solidária⁹ – Café e Arte no final de novembro de 2015. Em São José dos Pinhais, como o PMES e o CPES são mais recentes, houve apenas uma alteração de gestão, sendo que todo o quadro de funcionários foi alterado. Apesar dessas mudanças, como ressalta o entrevistado E₅, a nova gestão está dando prosseguimento àquilo que foi semeado anteriormente. Essa continuidade, e até mesmo expansão, nos municípios se deve em boa parte ao fato da aprovação da lei municipal garantindo a sua continuidade independente de gestão.

Nota-se que o governo do estado do Paraná, assim como o governo federal, em alguns aspectos tem alinhado a sua política com o modelo de um Estado novo-desenvolvimentista, preocupando-se em criar estratégias para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população, assim como já apontava Bresser-Pereira e Theuer (2012). Apesar das deficiências do Estado, a sua participação, seja ela federal, estadual e municipal, torna-se imprescindível para estimular a ES por meio de políticas públicas, almejando a sua emancipação, como afirmaram os autores Sousa Santos e Rodriguez (2003), Singer (2002) e Borinelli, Luzio-dos-Santos e Pitaguarí (2011). É importante frisar que os governos (federal e/ou estadual e/ou municipal) dos quais o partido

⁹ Consiste em uma nova estratégia utilizada pelo Governo Federal – Visa oferecer aos clientes um espaço de cafeteria e um ponto de comercialização dos produtos produzidos pelos empreendimentos.

tinha alguma coligação com o PT, principalmente no início, tiveram um papel fundamental na fomentação da ES. Entretanto, independente de coligação partidária, é importante que haja empenho por parte dos empreendimentos, aliado a um bom trabalho governamental, almejando assim, novos rumos em direção a ES.

Apresenta-se a seguir um comparativo entre as unidades de análise desta pesquisa: Londrina e São José dos Pinhais, destacando as modificações que ocorreram no discurso, bem como a relação entre as expectativas e a realidade atual.

4.5 SIMILARIDADES E DISPARIDADES

De forma sucinta, apresenta-se um comparativo entre Londrina e São José dos Pinhais e destaca-se que ele tem por finalidade ressaltar as principais características inerentes a cada unidade. Não há intenção de fazer qualquer julgamento, muito menos apontar qual deles seria o melhor ou estaria dando mais resultados. Ambos os CPES têm a sua importância local, regional e nacional, contribuindo efetivamente para um mundo melhor através da ES.

Quadro 4 – Similaridades

LONDRINA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Movimento da ES começou do poder público e não de base;
O Programa de ES iniciou com grupos de associações, buscando transformá-los em EES;
Ambos os municípios tinham a preocupação em aprovar a lei municipal a fim de que se tornasse um plano de governo, possibilitando a sua continuidade;
Quando iniciaram, os prefeitos tinham vínculo com o partido do governo federal (PT);
Em ambos os municípios, principalmente no início, as atividades eram realizadas individualmente. Reuniam-se apenas para comercialização coletiva, mas não para a produção e tomada de decisão;
Trocas de experiências através de reuniões mensais, fóruns estaduais e nacionais, visitas técnicas a cidades vizinhas;
Perfil dos EES: a maioria é composta por mulheres, que atuam na área urbana, com grupos informais;
Marco: para o PMES: aprovação da Lei municipal e a construção do CPES;
Não possuem um prazo estipulado para desincubação;
Principais motivos de desistência dos grupos: baixa renda, renda imediata e carteira assinada;
Renda – destaque para o ganho subjetivo;
Renda — a ES é visto como uma complementação de renda e não renda principal;
Não possuem benefícios tributários, fiscais;
Dificuldades no acesso ao crédito: possuem o microcrédito, mas não existe algo específico para os empreendimentos;
Almejam a aprovação da Lei Nacional – PL 4685/2012 e da Lei Estadual, buscando a formalização dos EES.

Fonte: elaborado pela autora (2016)

Nota-se algumas características semelhantes entre os PMES e os CPES de ambos os municípios. Com destaque para o início, em que o movimento se deu muito mais pelo poder público (Luzio-dos-Santos, 2014; Singer, 2009; Silva e Serafim, 2013) do que

necessariamente pelos empreendimentos. Com isso relaciona-se a dependência que esses grupos possuem (Oliveira e Beatriz, 2011; Figueiredo e Santos, 2013), causando uma inibição na autogestão e impedindo de alguma forma a sua desincubação (BORINELLI *et al.*, 2012; MARTOS; 2013). Essas cidades, no início da implantação do PMES, tinham como governantes prefeitos coligados ao PT, ficando evidente que isso foi um dos fatores que ajudaram a desenvolver a ES nestas cidades (COUTROT, 2001).

Algumas conquistas e dificuldades são partilhadas em igualdade, assim como a aprovação da lei municipal e a criação do CPES (BORINELLI *et al.*, 2012; COSTA E NISHIMURA; 2010). Por outro lado, a renda, acesso ao crédito, informalização e aprovação da lei nacional (Hisamitsu. 2013, Prochet, 2008; Kuyven e Kappes, 2013; Conaes, 2010; Amorim, 2010) são características que precisam de tratativa.

Como ponto de atenção, apesar de cada município possuir suas peculiaridades, ressalta-se que Londrina é uma referência nacional, principalmente por ter sido um dos pioneiros no país (COSTA; NISHIMURA, 2010; BORINELLI *et al.*, 2012). Por isso sugere-se que o município de São José dos Pinhais siga exemplos de sucesso implantados nesta cidade, podendo aprender com os tropeços e transformá-los em um diferencial que tenha potencialidade de superação ao capitalismo (SINGER, 2002).

Quanto as diferenças, o quadro 5 busca sintetizar os principais pontos dos municípios estudados.

Quadro 5 – Disparidades

PRINCIPAIS PONTOS	LONDRINA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Início do PMES	2005	2009
Início do CPES	2007	2011
Aprovação da Lei Municipal	2008	2010
Secretaria a que está vinculado	Secretaria de assistência social	Secretaria do trabalho
Obrigações do município	O município mantém a estrutura de funcionamento, incluindo água, luz, telefone, material de limpeza, funcionários, despesas de combustível.	O município mantém a estrutura de funcionamento, incluindo água, luz, telefone, material de limpeza.
Prefeito da época que iniciou	Nedson Luiz Micheletti – PT - período janeiro de 2001 a dezembro de 2008.	Ivan Rodrigues - PTD – pouco tempo depois foi para PSD – coligação com o PT - no período de 2009 até o final de 2012.
Prefeito atual	Alexandre Lopes Kireeff – Filiado ao PSD – período janeiro de 2013 a atual.	Luiz Carlos Setim. Filiado ao DEM – período janeiro de 2013 a atual.
Administração do CPES	Administrado por funcionário efetivo da prefeitura.	CPES administrado pelo chamamento público – Rede Marista – prazo cinco anos – começou em 2012 a 2017
Formação dos gestores	Gestoras: formação em Assistência Social	- 1º Gestor: formado em Direito; - 2º Gestora da ES no município: formada em Economia – - Gestora do CPES (Rede Marista):

		formada em Gestão da Informação
Permanência dos gestores	A gerente e a ex-coordenadora permanecem do início até os dias de hoje.	Não há no programa atual pessoas da gestão passada.
Comercialização no CPES	Realizada pelos empreendimentos por meio de um rodízio.	Até aproximadamente o mês de julho de 2015, a comercialização era realizado por uma estagiária contratada pela Rede Marista. Após o mês de novembro/2015 implantaram o rodízio entre os empreendimentos
CPES - local	Iniciou suas atividades no prédio que foi construído.	Começaram com 2 CPES- (um dentro da secretária do trabalho que acabou fechando posteriormente, e o outro no quiosque no calçadão, este permanece até os dias de hoje)
Público – região de abrangência	Atendem prioritariamente o município e os distritos.	Atendem prioritariamente o município, mas possuem pessoas da região metropolitana, como é o caso de Curitiba.
Perfil dos EES	Pessoa de classe baixa em situação de vulnerabilidade – prioritariamente público da assistência social.	Pessoa de classe baixa a média.
Área de atuação	Alimentação, confecção, artesanato e prestação de serviço.	Predomínio de artesanatos.
Quantidade de grupos e pessoas	Atualmente contam com 44 grupos - totalizando 138 pessoas.	Atualmente contam com 10 grupos – totalizando 57 pessoas
Diferencial	Casa da Economia Solidária – Café e Arte – no final de novembro de 2015.	Possuíam um ônibus para divulgar a ES pela rota do vinho, comercializando os produtos; entretanto ele foi incendiado em meados de janeiro/2016
Parcerias	Prefeitura, Cáritas, Cohab, Provopar.	Prefeitura, Futec, Instituto Miguel e Cecília, Rede Marista.
Formalização dos EES	Tentativas de formalização, por meio de cooperativa, associações, MEI (Atualmente 7 grupos formalizados).	Associações, MEI. Atualmente apenas 1 grupo formalizado.
EES versus PBF	18,87%	Não informado
Características dos EES		Precisam ter 70% de participação nas feiras no ano para continuarem vinculados ao PMES (o grupo)
Características dos EES	Os EES possuem assessores que auxiliam nas mais diversas áreas.	Os EES fazem cursos aleatórios para se atualizarem, existem algumas pessoas para assessorarem os grupos.
Características dos EES		Possuem um selo certificador, a fim de garantir a qualidade do produto – validação a cada 18 meses.
Características dos EES	Existem máquinas em comodato.	Não existem máquinas em comodato
Características dos EES	Possuem incentivos de matéria-prima - o recurso de convênio, que é só para folha de pagamento dos funcionários que são contratados através do Provopar e para fomentar os empreendimentos com matéria-prima no processo inicial de produção.	Não possuem incentivos de matéria-prima, apenas da montagem das barracas, transporte, cursos, estrutura da secretaria (prefeitura)

Fonte: elaborado pela autora (2016)

Destacaram-se algumas diferenças que existem nos municípios em decorrência de suas características regionais e principalmente pela distância temporal entre

eles. O motivo da agilidade da aprovação da lei Municipal em São José dos Pinhais, além da preocupação em dar continuidade ao programa, era também o fato de que a lei municipal foi derivada do anteprojeto estadual, conforme exposto anteriormente (SILVA; SERAFIM, 2013). Isso auxiliou e deu agilidade a todo o processo, reforçando a importância de um arcabouço legal que possa dar suporte aos municípios. Apesar de os gestores reforçarem a relação intersetorial da ES em Londrina, é evidente que o fato de estar alocado na secretaria de serviço social e de ter, em seu quadro de gestores, assistentes sociais, acaba influenciando no perfil dos beneficiários, que são pessoas em situações de vulnerabilidade (JUSBRASIL, 2008), dando assim um caráter assistencialista ao PMES (SALVI *et al.*, 2011; BORINELLI *et al.*, 2012; MARTOS, 2013).

Quanto à gestão, há dois pontos: em Londrina, na parte gerencial, não houve alterações bruscas durante todo o seu trajeto; por outro lado, em São José dos Pinhais, a equipe foi toda reordenada. Outro ponto é o próprio gerenciamento do CPES, nesse quesito São José dos Pinhais optou desde o início por um chamamento público (BRASIL, 2012b), em que os empreendimentos apenas forneciam os produtos para fazer a exposição no CPES, mas não tinham relação direta de comercialização com ele. A partir de novembro de 2015, devido a um incentivo da Rede Marista, passaram a incrementar um novo sistema em que os empreendimentos façam a comercialização e assim possam exercer a autogestão.

Sendo assim, há similaridades e disparidades entre ambos os municípios, cada qual com as suas particularidades. Que os elementos facilitadores e os dificultadores sirvam de base para alavancar a ES e principalmente para evitar replicar erros que poderiam ser evitados através de experiências vivenciadas.

4.6 DISCURSO NO TEMPO

Para este momento, existem dois pontos principais que demonstram as alterações de discurso: renda e desincubação. Essas evidências ficam claras principalmente no município de Londrina, uma vez que completaram dez anos de PMES e oito anos de CPES (referência/2015). Essas observações também são possíveis devido aos trabalhos escritos sobre a temática em Londrina (IBICT, 2015b; PERIÓDICOS CAPES, 2015b; SPELL, 2015b; WEB OF SCIENCE, 2015b).

Há trabalhos, como de Borinelli *et al.* (2012), que trazem que, a princípio, almejava-se um período de dois anos para que os empreendimentos ficassem vinculados aos PMES de Londrina. Com o passar do tempo, averiguaram que isso não seria de fácil alcance,

pois cada grupo teria um tempo ideal e diferenciado (MARTOS, 2013). Atualmente deixam explícito que não há nenhum prazo e que o movimento é contínuo (E₁, TRECHO 0:44M:07S; E₃, TRECHO 02H:01M:17S, E₄, TRECHO 0:38M:24S). Como bem apontado pelo Relatório do Seminário (2005), a falta de prazo cria uma relação de dependência por parte dos EES.

A questão não é o prazo específico de dois anos, mas a falta de estabelecimento de um prazo. Em Londrina, apenas um empreendimento foi desincubado nesses dez anos de PMES (LUZIO-DOS-SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013). São José dos Pinhais, nesses seis anos de PMES, não conta com nenhum empreendimento desincubado e nenhum prazo pré-estabelecido (E₃, TRECHO 02H:01M:17S). Há de se levar em consideração que os recursos para estimular e fomentar esses EES são recursos públicos (municipal e federal), (MARTOS, 2013) e que a intenção não é de criar dependência, mas de estimular os EES como uma alternativa de enfrentamento ao capitalismo (SINGER, 2002). Pela forma com que está sendo tratado, não passa de um mero programa de assistencialismo (SALVI *et al.*, 2011; BORINELLI *et al.*, 2012; MARTOS, 2013).

A renda também é uma preocupação que merece atenção. Partindo do princípio de que a ES foi criado objetivando, entre outros, a geração de renda (Singer, 2002; Senaes, 2012), existem, sim, ganhos subjetivos que são merecimentos de destaque (LUZIO-DOS-SANTOS e BORINELLI, 2010), mas isso não pode camuflar o que a princípio seria essencial: a renda. Em média, comparando Londrina (HISAMITSU, 2013) e São José dos Pinhais (ENTREVISTADA E₃, trecho 02h:04m:18s), a renda *per capita* permeia de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e está estabelecida muito mais como uma complementação de renda (ANTEAG, 2009; SENAES, 2014b, MARTOS, 2013) do que renda principal. Martos (2013), Hisamitsu (2013) e os entrevistados (E₂, E₃ e E₄) apontaram que a baixa renda é um dos fatores cruciais que interferem na desistência dos EES ao programa.

Se, no início, a renda era algo primordial, estabelecido como um dos objetivos da ES, agora ela não pode ser negligenciada e tratada como algo secundário. Os valores subjetivos não devem se sobrepor ao valor econômico; cada qual contribuirá da sua maneira, seja na autoestima, no sentimento de pertença, ou diretamente na questão financeira. Devem-se buscar meios para alavancar essa renda, assim como apontado pela entrevistada E₁, parcerias com Universidades, a fim de remodelar estratégias mercadológicas, buscando melhorar a qualidade e alcançar um público cada vez maior. Mudanças fazem parte do contexto, ainda mais da temática ES, que é incipiente no país. Por isso é preciso ter um delineamento dos reais objetivos que o permeiam e não perder de vista características como autogestão e emancipação, que podem ser camufladas por atitudes assistencialistas. O

momento é de repensar novos caminhos e, dentro do estado do Paraná, essas duas unidades permitem essa reflexão, ainda mais pelo espaço temporal que distancia Londrina de São José dos Pinhais. Que os pontos positivos sirvam de exemplo e que possa haver continuidade não apenas no Paraná, mas em todo o país. E que as debilidades sirvam de aprendizado para não serem replicadas.

Apresentam-se a seguir as expectativas que foram criadas e que ainda permanecem em busca de um direcionamento, confrontando com a realidade atual.

4.7 EXPECTATIVAS E REALIDADE

Fazendo uma reflexão da trajetória, há algumas incidências que se repetem. É o caso da expectativa da aprovação de um marco legal da ES, no que tange não apenas a formalização dos empreendimentos, mas também como política pública. A entrevistada E₁, trecho 0:21m:47s, diz que “eu acho que o que a gente mais almeja, é realmente a questão do marco legal da ES, e que pudesse consolidar esses empreendimentos enquanto empreendimentos formalizados”. A entrevistada E₂, trecho 0:48m:12s, complementa essa ideia dizendo que desejam um “marco legal não só sob aspecto da formalização dos empreendimentos, mas também a institucionalização da economia solidária como política pública”. Isso revela a importância da aprovação da lei nacional da ES, passando a ser uma política pública, a qual proporcionaria um crescimento, um fortalecimento desses empreendimentos (BRASIL, 2012a).

Almeja-se também, de certa forma, a autonomia dos empreendimentos e um desprendimento do poder público, ora no quesito de organização das feiras (entrevistada E₃), ora na apoderação dos empreendimentos quanto à comercialização no CPES, no aumento das vendas e na renda (entrevistada E₄). E que haja continuidade do programa de ES e do CPES, e que isso se estenda aos demais municípios, aumentando a concentração de forças (entrevistado E₅).

As expectativas se delineiam por uma ES com maior investimento, em que os espaços de produção e comercialização precisam ser ampliados (BRASIL, 2012a). Quanto a isso, observa-se a necessidade de ampliação, pois há carência de espaços físicos. Essa é uma das pautas que estavam na Política de Assistência Social para o quadriênio 2014-2017: “Ausência de espaços físicos apropriados para a produção e comercialização dos produtos da Economia Solidária e da Inclusão Produtiva” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014, p. 33).

Nishimura (2005, p. 166) também já destacava a “necessidade do Poder Público investir mais nos grupos de geração de trabalho e renda, ou seja, a ampliação dos espaços de comercialização, produção, capacitação, incentivos para outros grupos, dotando-os, assim, de possibilidades mais concretas, sistemáticas e continuadas de efetivamente gerar trabalho e renda”. Como resultado dessas expectativas, destaca-se que o município de Londrina, conforme já citado, conseguiu ampliar o seu espaço de comercialização em novembro de 2015 com a Casa da Economia Solidária – Café e Arte.

Essa analogia, principalmente com as expectativas relacionando-as à realidade atual, permite apresentar que, em ambas os CPES, a trajetória foi algo construída com a parceria de muitas pessoas e que foi evoluindo no decorrer do tempo.

É uma contribuição de toda uma equipe, mas acho que foi a própria estruturação e organização do programa. Da própria legislação que foi aprovada, enfim acho que dos processos que foram estabelecidos dos fluxos, das articulações que foram realizadas seja no âmbito municipal não só no âmbito da prefeitura mas com outras organizações com outros setores no âmbito estadual e até no âmbito nacional (ENTREVISTADA E₂, TRECHO 01H:03M:07S).

Eu acredito que o que a gente deixou para as futuras administrações é um acúmulo de funcionamento [...] Digamos que o esqueleto de um programa pensado de cima e em baixo, do início ao fim, com todas as possibilidades, ela está em sua grande maioria contextualizada, tanto na lei como nos decretos que foram colocados em relação ao funcionamento do Conselho. Eu acho que esse legado seria as regras do funcionamento do programa (ENTREVISTADA E₅, TRECHO 0:37M:52S).

Cada qual pode contribuir com a sua experiência de vida profissional e foi essencial para a estruturação, criação, articulação e alavancamento da ES.

Fazendo um balanço dessa trajetória, analisando as expectativas que foram criadas no início e a realidade que foi construída, houve algumas remodelações, como foi o caso exposto principalmente na categoria “Discurso no Tempo”. Dificuldades, frustrações também fizeram parte do processo, mas as conquistas são latentes e é preciso repensar o processo a cada dia e buscar melhores caminhos.

[...] Nunca dá para gente dizer que o programa vai estar pronto e acabado... a prática sempre vai nos indicar novos caminhos, novas construções, reconstruções. Entendo que todos os atores que estão na economia solidária tem que estar abertos e flexíveis para isso e ter esse olhar para frente, olhar para os lados, olhar para trás e que esse olhares indiquem novos caminhos (ENTREVISTADA E₂, TRECHO 01H:05M:48S)

Muitos desafios e projetos virão pela frente, como, por exemplo, o aumento da renda (entrevistada E₄), a análise e participação de mercado (entrevistada E₃), a disseminação da temática como conteúdo pedagógico (entrevistado E₅). E como bem exposto pela entrevistada E₁, para que haja continuidade, fortalecimento e o crescimento desejado aos

empreendimentos, será imprescindível o apoio político do governo, principalmente quanto ao respaldo legal.

Por fim, destaca-se haver semelhanças e diferenças entre os municípios estudados, principalmente devido às suas particularidades. Mudanças fazem parte do processo de evolução, mas é importante que elas não comprometam características inerentes à ES, como a autogestão e emancipação econômica. Por isso, há de se levar em consideração que o movimento está sendo construído por várias mãos e, por mais que haja frustrações no caminho, é preciso remodelar e buscar alternativas, construindo assim uma realidade com perspectivas futuras sólidas e exequíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições do capitalismo não vêm de agora. Buscam-se alternativas para amenizar as consequências deletérias provocadas por ele, principalmente no tocante à maximização do lucro a qualquer preço. Por isso são bem-vindas todas as alternativas, por achar que não há uma opção monolítica e estritamente livre de contradições e questionamentos. A Economia Solidária (ES) é uma dessas alternativas, que se apresenta como forma de enfrentamento dos problemas socioeconômicos e ambientais contemporâneos. A partir de 2003, a ES ganhou uma Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e foi responsável por diversas estratégias implementadas pelo governo federal, como é o caso da criação do espaço físico do Centro Público de Economia Solidária (CPES) com o intuito de estimular e fomentar os empreendimentos solidários.

Diante do panorama apresentado neste estudo a respeito do problema central de pesquisa, que busca saber como tem sido a atuação e a continuidade dos Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná, verifica-se que o CPES é um espaço físico voltado para a comercialização, a discussão, a formação, a reflexão e para o diálogo entre os empreendimentos. Levando em consideração que foram implantadas duas unidades no estado do Paraná, localizadas em Londrina (no ano de 2007) e em São José dos Pinhais (no ano de 2011), há de se fazer alguns apontamentos.

Em ambos os municípios, o estímulo à ES teve influência e colaboração direta do poder público, especificamente de partidos coligados ao PT, que, por sua vez, passou a angariar pessoas para fazer parte do movimento. Essa proposição tem um reflexo até nos dias de hoje, causando uma dependência dos empreendimentos ao poder público. Os fracos resultados relacionados à renda e à desincubação se deve a vários fatores, entre eles, uma gestão centrada na assistência em vez da emancipação econômica, haja vista que é dominada por profissionais da área de assistência social (exemplo de Londrina).

As iniciativas vêm de cima para baixo, não havendo ideais ou lutas anteriores conjuntas que fortaleçam o trabalho coletivo dos grupos. As lideranças são frágeis e a dependência do poder público é total. A evolução dos grupos é mínima e é relativizada em nome da permanência do programa. Como essas iniciativas vêm do poder público e não dos empreendimentos, a partir daí questiona-se: será que o delineamento da história como está acontecendo, é algo que os empreendimentos realmente desejam? Isso poderá influenciar fazendo com que as pessoas não assumam a frente de iniciativas? No caso de São José dos Pinhais, o fato de nem todos os empreendimentos (50%) terem aderido ao novo

reordenamento dos CPES fazendo a exposição e comercialização de produtos, pode ser reflexo dessas ações verticalizadas?

Procurou-se, após a efetivação do Programa Municipal, aprovar a Lei Municipal de Economia Solidária, garantindo a sua continuidade nestes municípios independente de partido político. Com isso, pôdem-se criar as diretrizes conforme a realidade local, dando embasamento ao CPES. Contudo, enquanto a quantidade dos empreendimentos aumenta, a qualidade e consistência desses negócios continuam extremamente precárias, sendo exceção aqueles que conseguem se sustentar autonomamente e garantir significativos melhoramentos nas comunidades em que estão inseridos.

Por isso, ao responder o problema de pesquisa, há de se levar em consideração esses apontamentos e reforçar que a atuação e a continuidade dos CPES no estado do Paraná têm progredido em vários aspectos, como, por exemplo, a aprovação da lei municipal. Os esforços têm relação direta com toda uma equipe, incluindo os gestores e pioneiros nesses municípios. Todavia, o fortalecimento das iniciativas a ponto de caminharem autonomamente parece estar longe de se tornar realidade, pelo menos de forma expressiva a ponto de se acreditar na ES como um movimento que se apresenta como alternativa efetiva ao modelo capitalista de empresa.

Busca-se ainda responder aos objetivos específicos traçados inicialmente fazendo uma correlação entre eles. Em atendimento ao primeiro objetivo, apesar de todo contexto socioeconômico que cerca esses municípios, dando credibilidade e mostrando a necessidade de implantar alternativas diferenciadas, a influência política, conforme já apontada, foi um dos motivos para a inicialização da ES em ambos os lugares. Londrina é considerada um ponto de referência em comercialização de produtos dos EES; sua trajetória iniciou em 2003 com o Programa Fome Zero e posteriormente assumiu, em 2005, o status de Programa Municipal de Economia Solidária. O início do CPES ocorreu em 2007, a fim de fortalecer principalmente a comercialização dos produtos. No ano de 2008 aprovaram a Lei Municipal, estabelecendo um capítulo exclusivo para o CPES. Já em São José dos Pinhais, a história começou a ser construída em 2009, com a introdução do Programa Municipal, sendo que, em 2010, foi aprovada a Lei Municipal e, em 2011, o decreto do CPES contendo regras e procedimentos para o funcionamento do espaço de exposição dos EES. Espera-se contar com esses dois municípios e continuar desenhando a história através do fortalecimento da ES, a fim de vislumbrar esses empreendimentos como uma outra economia: democrática, coletivista e sustentável.

Quanto ao segundo objetivo específico, levando em consideração que o caminho foi sendo construído conjuntamente, pois no início pouco se sabia a respeito dessa temática, houve conquistas e dificuldades que acompanharam toda a trajetória. Alguns desses são recorrentes e se repetem tanto em Londrina como em São José dos Pinhais. Como é o caso das conquistas, como a aprovação da lei municipal, construção do CPES, parcerias com a sociedade civil, amadurecimento dos empreendimentos e ganhos subjetivos relacionados à autoestima. O resgate da autoestima, do fazer parte, de se sentir importante tornou-se fundamental e elementar nessas situações. É preciso que todos esses elementos subjetivos e de grande valia sejam implementados em outras ações mais efetivas e concretas, pois a partir daí, será possível colocar em prática tudo aquilo que está sendo idealizado desde a criação da SENAES.

Quanto à luta por melhores condições, essas se perpetuam desde o início do programa, como a ampliação dos espaços de produção e comercialização, facilidade de crédito, formalização dos EES, aprovação das leis nacional e estadual, desincubação dos empreendimentos e a questão da renda. Vale frisar a importância de se ter em mente a geração de renda e que esses EES possam ser capazes de ser produtivos a ponto de tornarem-se autônomos. Por isso, essa questão não pode ser negligenciada, assim como outras, deve ser tratada com prioridade buscando alternativas a fim de saná-las. Dentro dessa mesma linha, ganha destaque o caso do CPES de São José dos Pinhais, que, desde novembro de 2015, passa por um reordenamento quanto à comercialização realizada neste espaço, antes feita por uma pessoa contratada e, posteriormente à ação de reordenação, passou a ser feita pelos empreendimentos, assim como já é realizado em Londrina desde a sua fundação.

Apresenta-se ainda como uma debilidade o enfraquecimento de forças relacionado à ES, principalmente a partir do segundo mandato do governo Dilma (final de 2014), sendo esta tratada ultimamente como uma política marginal, mais no plano do experimento, acomodando certos segmentos. Essa situação fica explícita conforme as evidências apresentadas no Fórum Social Porto Alegre, realizado entre os dias 19 a 23 de janeiro de 2016, em que estiveram presentes Paul Singer e Boaventura de Sousa Santos. As pessoas clamavam pela permanência da SENAES. Em defesa, Sousa Santos reafirmou que nós não podemos deixar que a ES esmoreça no Brasil, pois há muita gente atendida por ela (FÓRUM SOCIAL PORTO ALEGRE, 2016).

O terceiro objetivo refere-se à participação do governo estadual na ES e sua contribuição vinculada ao PMES ou a CPES. Pouca coisa tem sido diretamente voltada a eles. Existem sim, programas e ações vinculadas à ES que são apoiadas e estimuladas pelo governo

do estado, mas estas, em sua maioria, são desconhecidas dentro desse meio, configurando-se mais como uma participação figurativa do que efetiva. Espera-se também o andamento e aprovação do anteprojeto de lei estadual, que tramita desde 2008, que poderá servir de base para os demais municípios que queiram fomentar a ES. Entretanto, apesar desses impasses, o governo do estado do Paraná, assim como o governo federal em alguns aspectos, tem alinhado a sua política com o modelo de um Estado novo-desenvolvimentista, preocupando-se em criar estratégias para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, defende-se neste estudo a parceria entre o poder público e as iniciativas de Economia Solidária, ocorrendo assim um fortalecimento dos empreendimentos e que, por meio de políticas públicas, haja um incentivo e estímulo ao atendimento de algumas demandas públicas.

O quarto e último objetivo específico refere-se às especificidades de cada município. Londrina, apesar de se caracterizar como intersetorial, está vinculado à Secretaria de Assistência Social e as duas pessoas ligadas diretamente à gestão e coordenação que já atuaram até o momento são assistentes sociais. O público-alvo atendido pelo programa também são pessoas em situações de vulnerabilidade social, o que acaba dando a priori ao PMES e ao CPES características assistencialistas. Fica evidente nos discursos das entrevistadas e comparadas com pesquisas anteriores, a mudança no discurso relacionado ao prazo de desincubação e à relativização em relação à renda. A ES no município é caracterizada como um movimento contínuo, expressando assim a dependência ao poder público por parte dos empreendimentos.

Já em São José dos Pinhais, a Economia Solidária está vinculada à Secretaria do Trabalho, com uma proposta de desenvolver a geração de trabalho e renda no município e não estimular o assistencialismo. Características como dependência do poder público, baixa renda, vínculos permanentes, baixa formalização dos empreendimentos são recorrentes. Uma característica marcante é o fato de o gerenciamento do CPES ser realizado mediante chamamento público. Desde 2012, a Rede Marista, por meio do Centro Social Marista Irmão Egídio, teve a incumbência de assumir esse papel. Os empreendimentos, por sua vez, durante todo esse período, apenas colocam os seus produtos à disposição no CPES, para que eles fossem comercializados por uma estagiária contratada para realizar essa função. Verificaram, durante esse período, não haver uma proximidade entre os empreendimentos e o CPES. Por isso, estrategicamente, a Rede Marista optou por um reordenamento, fazendo com que os empreendimentos, além de produzirem, pudessem também comercializar os seus produtos e ter acesso direto ao consumidor final.

De forma simplificada pode-se dizer que Londrina possui uma solidez na gestão da ES e do CPES que permanece desde a sua fundação e vem ampliando as conquistas, como é o caso da Casa da Economia Solidária – Café e Arte, e ainda é um dos pioneiros no país a implantar o CPES. São José dos Pinhais, por sua vez, teve a aprovação da sua lei municipal reforçada pelo anteprojeto de lei estadual, o que proporcionou a agilidade e complementação a sua lei. Orgulham-se dos produtos, que são elogiadas pela sua qualidade, da durabilidade dos empreendimentos e do fato de a ES estar contribuindo com a composição da renda familiar.

Verificou-se que tanto Londrina como São José dos Pinhais mantêm contatos de troca com outras cidades, como Itajaí, Apucarana, Campo Grande, Irati. Entretanto, elas não possuem contato direto entre elas. Sugere-se uma aproximação entre as duas unidades de análise, pelo fato de estarem localizadas dentro do mesmo estado e por serem os dois únicos municípios a terem o CPES. Isso proporcionará trocas de experiências entre si.

O destaque fica por conta da excelência no desempenho de cada ator neste processo. De alguma forma contribuíram para estruturar, fomentar, estimular, direcionar e construir juntos uma Economia Solidária sólida nestes municípios. Acreditam na ES como uma alternativa justa, humana e sustentável, que possa fazer diferença na vida das pessoas.

Há muitas indagações que permanecem em aberto, necessitando de um aprofundamento, reflexão e discussão sobre elas. O intuito é estimular um pensamento crítico no sentido de agregar melhoria e resultados concretos a esses CPES.

Quando relaciona-se o conceito teórico de economia solidária, com a sua prática aplicado nos municípios estudados, parece que há uma discrepância no que diz respeito aos seus princípios. O que era para ser gerador de renda transforma-se em uma opção assistencialista, dependentes em sua máxima do poder público, inibindo características como a busca pela emancipação e a autogestão. Sendo que as suas bases se fundamentam muito mais por teias individuais do que coletivistas. Os grupos são formados por pessoas que raramente possuem um vínculo de identidade entre elas, não possuem uma história de luta em conjunto ou partindo de movimentos autônomos anteriores. Muitas vezes o seu agrupamento se dá por motivos diversos, entre eles, buscando um ajuntamento por acomodação regional, proximidade de produção, ou por divisão dos gestores segundo critérios específicos. Até que ponto há consciência/desejo/capacidade articuladora em construir princípios da ES, como aqueles vinculados a teoria?

Levanta-se a suspeita de que a princípio o PMES e os CPES dos municípios estudados priorizam a manutenção dos grupos que ali estão a ponto de não haver uma expansão das experiências, no tocante a quantidade e qualidade dos empreendimentos. Existem outras experiências reconhecidas, como é o caso das cooperativas de reciclagem, agricultura familiar, iniciativas de agroecologia e incentivo a compras públicas sustentáveis. Será que as experiências que muitas vezes não estão amparadas pelo Estado estão obtendo uma expansão maior e conseqüentemente mais êxito? Questionamentos podem ser feitos a ponto de colocar em dúvida a participação e efetivação de políticas públicas, elas seriam essencial até quando? O fato de existir uma lei nacional e/ou estadual consolidada, poderá garantir a viabilidade e sucesso relacionado à emancipação e renda desses empreendimentos?

A Conaes (2015) reconheceu que muitas vezes a rotatividade entre os governos podem ser motivos de desentendimento, prejudicando estratégias planejadas em relação a ES. O pouco espaço de participação figurativa do governo no que tange as decisões ressalta a ausência de representantes, demonstrando a falta de controle social de suas ações e estratégias?

Será que o CPES tornou-se um fim em si mesmo? Talvez em algum momento até houve uma tentativa de buscar-se emancipação dos grupos, mas com o passar do tempo devido a burocracia, monotonia, falta de apoio e incentivos, esse ideal foi relativizado juntamente com a renda em prol dos elementos subjetivos? O CPES é um ideal que não se cumpriu? O que de fato o CPES poderá ser considerado? Uma estratégia com princípios assistencialistas apoiados no poder público ou uma fonte real de geração de renda? Em meio a vários questionamentos, uma coisa é certa: A ideia é mudar a relação de mercado e não sobreviver dela, não ser algo complementar e sim principal.

Desta maneira, após expor os objetivos e levantar algumas indagações a respeito, pode-se dizer que os objetivos propostos para o presente estudo foram alcançados. Apesar da fragilidade que permeia a ES, ela é considerada como uma das possíveis alternativas de enfrentamento ao sistema capitalista. Observa-se que a proposta inicial quando da criação dos CPES era pela busca da emancipação com uma prospecção de geração de renda. Entretanto, com o passar dos anos, esse objetivo foi amenizado e, hoje, elementos subjetivos substituem a dimensão econômica, caracterizando-se como apoio ao assistencialismo ou estímulo aos grupos de convivência. Sendo assim, fazem-se necessárias mudanças estruturais, que desvinculem o assistencialismo e a dependência do poder público, passando a ser uma alternativa real que prime pela autogestão e emancipação econômica.

Este trabalho pôde contribuir empiricamente ao buscar um aprofundamento do estudo da ES. De forma específica, ao analisar a atuação e continuidade dos CPES no estado do Paraná, servirá de balizamento para adequar ou desenvolver um processo de remodelagem do programa ou então a alocação do recurso em outras estratégias de geração de trabalho e renda. Na contribuição teórica, de alguma forma pôde enriquecer os Estudos Organizacionais, principalmente em relação às pesquisas no estado do Paraná, e pôde mostrar como os municípios vêm atuando e dando continuidade à ES. Sua contribuição também está relacionada à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelo fato de trazer a ES como um dos modelos contemporâneos baseado na coletividade, solidariedade e autogestão, provocando impacto na realidade local e regional.

Em suma, a economia solidária é um processo de conquista social. Seu alavancamento depende tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a ES no Brasil. Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão da economia solidária em âmbito nacional, regional e local. Busca-se, ainda, um composto de seriedade, urgência e fortalecimento que envolva os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais a fim de potencializar estratégias de geração de trabalho e renda, sobretudo a ES, articulada a processos sustentáveis, justos e solidários e que seja realmente pensada como uma política de desenvolvimento e não apenas como um resqúcio e uma alternativa para os pobres ou excluídos.

Sugerem-se estudos futuros que abordem como outros estados brasileiros que possuem o CPES estão dando continuidade aos seus processos de geração de trabalho e renda. Pode-se ainda estender essa pesquisa aos empreendimentos a fim de correlacionar as suas progressões obtidas com o passar dos anos comparadas à evolução do CPES. Ainda, pode-se verificar em profundidade o motivo da não continuidade de adotar mais unidades do CPES nos demais municípios do Paraná. Pesquisas de forma geral devem ser estimuladas com a finalidade de verificar a eficácia da estratégia empreendida pelo governo por meio da criação do espaço físico do Centro Público de Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária – princípios e contradições**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.
- ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-Humano**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORINELLI, Benilson; GONÇALVES, Dayane Marciane; DUTRA, Ivan de Souza; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; FERREIRA, Thayla Emanuelle da Silva. Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná, In **Observatório de la Economia Latinoamericana**, Número 167, 2012.
- BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUÁRI, Sinival Osório. Políticas Públicas e a Aventura da Comercialização na Economia Solidária: uma Experiência em Londrina. In: LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; BORINELLI, Benilson; PITAGUÁRI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária numa Pluralidade de Perspectivas**. Londrina: UEL, 2011. p. 197-216. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/Y6A7Ad0AZ4.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- _____. Considerações sobre as Políticas Públicas de Apoio à Economia Solidária em Londrina: o desafio da comercialização. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 2, p. 100-120, 2010.
- BRASIL. Lei nº 18.374, de 15 de dezembro de 2014. 2014. **Extinção da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e adoção de outras providências**. Diário Oficial Executivo, Curitiba, 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=9355&dataInicialEntrada=16%2F12%2F2014&dataFinalEntrada=&search=&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>>. Acesso em 23 jan. 2016.
- _____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição. Projeto de Lei nº PL 4685/2012, de 2012. 2012a. **Lei da Economia Solidária**. [S.l.], Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 06 ago. 2015.
- _____. **Decreto nº 929, de 2 de março de 2012**. São José dos Pinhais, PR. 2012b. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/servicos/csci/6689.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Decreto nº 488, de 16 de maio de 2011. **Regimento Interno do Centro Público de Economia Solidária - CPES São José dos Pinhais - Pr.** São José dos Pinhais, PR. 2011. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/servicos/csci/5914.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. (Município). **Lei nº 1.591, de 19 de agosto de 2010.** 2010. São José dos Pinhais, PR Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/Lei-1591-2010-Institui-a-Economia-Solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma alternativa para o capitalismo? **Estud. av.** São Paulo, v. 28, n. 80, p. 289-294, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Maio 2015.

_____. A Reforma Do Estado Dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 1998. p. 49–95.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado Novo-Desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade** 21(spe):, 2012, p. 811–829. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=06182012000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>>. Acesso em 12 dez. 2014.

CAMPOS, André Gambier; AMORIM, Ricardo L. C; GARCIA, Ronaldo Coutinho (editores). **Brasil: o estado de uma nação** – Estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil, 2007, – Brasília: IPEA, 2008. Capítulo 3 – Estado e Política Social. p. 149-243.

CARVALHO, Ana Beatriz. **Relatório final da pesquisa Letramento Digital, Autoria e Colaboração em Rede:** Os Professores da Educação Básica e o Papel das Licenciaturas a Distância na Apropriação das Tecnologias Digitais. Recife, 2012. Disponível em <<http://pesquisaletramentodigital.blogspot.com.br/2012/11/as-categorias-de-analise.html>>. Acesso em 24 out. 2014

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade** 21(spe): 2012, p. 1011–1042.

CATTANI, Antônio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHANLAT, Jean François. Por uma Antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J. F.; CHANLAT, A. (coordenador). **O indivíduo na organização:** dimensões esquecidas. V. 1. São Paulo: Atlas, 1991, p. 21-45.

CONAES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019):** para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1947&Itemid=18>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **II Conferência Nacional de Economia Solidária: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”**. Brasília, 2010. Documento Final. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

COSTA, Olavo Aparecido; NISHIMURA, Sandra Regina. Centro Público de Economia Solidária: O Desafio da Construção Coletiva. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a Experiência Institucional**. Londrina: UEL, 2010, p. 119-136.

COSTA, Gilmara Ferreira; ROSA, Ricardo Lemes da. **A sustentabilidade na perspectiva dos participantes do programa economia solidária em São José dos Pinhais-Pr**. Curitiba: FAE Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica (15º PAIC - CADERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA), 2014.

COUTROT, Thomas. **Brésil: le boom de l'économie solidaire**. 2001. Disponível em: <<http://www.france.attac.org/spip.php?article1053>>. Acesso em 23 jan. 2015.

CRUZ, Zuleica Gomes; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. Economia solidária em Londrina: potencialidades e desafios. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a Experiência Institucional**. Londrina: UEL, 2010, p. 137-152.

DIÁRIO OFICIAL EXECUTIVO. Lei nº 18.374, de 15 de dezembro de 2014. **Extinção da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e Adoção de Outras Providências**. 9355. ed. Curitiba, PR, p. 12-13. 2014. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=16/12/2014&dataFinalEntrada=16/12/2014&numero=9355&search;=&diarioCodigo=3&submit=Localizar>>. Acesso em: 06 set. 2015.

DORETTO, Moacyr *et al.* **Pobreza urbana e rural nos municípios paranaenses: situação segundo Municípios e Associações de Municípios**, ano 2000/IAPAR – Londrina: IAPAR, 2003.

FBES. **Campanha pela Lei da Economia Solidária: Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável**. 2012. Cartilha. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/campanha_leidaecosol_cartilha.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

FIGUEIREDO, Durce Rodrigues de; SANTOS, Eliana Mariana dos. Mulheres, Artesanato e Economia Solidária. In: Édi A. Benini; Ana Lucia Sales, Henrique T. Novaes; Mariana R. Silva. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: balanço e resumo dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, v. 3, p. 155-156.

FÓRUM SOCIAL PORTO ALEGRE. **Não podemos deixar que a economia solidária perca peso no Brasil, diz Boaventura ao lado de Paulo Singer**. 2016. Disponível em: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/2016/01/22/nao-podemos-deixar-que-a-economia-solidaria-perca-peso-no-brasil-diz-boaventura-ao-lado-de-paulo-singer/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, v. 12, p. 7-24, 2013.

GERMER, Claus Magno. A 'economia solidária': uma crítica marxista. **Revista Outubro**, São Paulo: Alameda, n. 14, p. 193–214, 2006.

GODOI, Christiane. Kleinübing; MELLO. Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa Qualitativa em estudos Organizacionais: Paradigmas, estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schimidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane. Kleinübing; MELLO. Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.

GONÇALVES, Dayane Marciane. **As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de Granovetter (2007, 1992, 1993)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GOULART, Jefferson Oliveira ; MARIN, Thaís. Rodrigues. **Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006)**. *Otra Economía*, v. 5, p. 48-58, 2011.

HISAMITSU, Katia. **A rotatividade dos empreendimentos econômicos solidários do município de Londrina-Pr**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

IBCT. 2015a. Disponível em: <<http://btdt.ibict.br/>>. Acesso em 24 abr. de 2015.

_____. 2015b. Disponível em: <<http://btdt.ibict.br/>>. Acesso em 24 abr. de 2015.

_____. 2015c. Disponível em: <<http://btdt.ibict.br/>>. Acesso em 24 abr. de 2015.

IBGE. **Cidades**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>>. Acesso em 06 out. 2015

IPARDES. **Paraná em números**. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em 28 set. 2015.

JUSBRASIL. Lei nº 10.523, de 28 de agosto de 2008. **Lei 10523/08 | Lei Nº 10523 de 28 de Agosto de 2008**. Londrina, PR, 28 ago. 2008. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-londrina.jusbrasil.com.br/legislacao/358645/lei-10523-08>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antônio. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul: Resultados do segundo Mapeamento Nacional**. 2013. Cartilha

Informativa. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina/Secretaria Municipal de Planejamento. **Perfil do Município de Londrina 2014 (Ano Base 2013)**. 2014. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/perfil/perfil_final_2014.pdf>. Acesso em 28 set. 2015.

LUIZÃO, Franciene Michele Consorte. **A perspectiva da economia solidária como política pública no município de Londrina-Paraná, perante as transformações do mundo do trabalho**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. **Socioeconomia: Solidariedade, Economia Social e as Organizações em Debate**. São Paulo: Atlas, 2014.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; BORINELLI, Benilson. Socioeconomia Solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a Experiência Institucional**. Londrina: UEL, 2010, p. 1-23.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. Economia Solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 12, n. 4, p. 261-278, 2013.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTOS, Sirlei Rose. **Economia solidária em Londrina: entre os princípios e a práxis**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Sustentabilidade) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

MASSARO, Márcio Luís. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MDS. **Londrina. Subsídios para elaboração do PPA Municipal**. 2015a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **RI Bolsa Família e Cadastro Único – Londrina**. 2015b. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=411370&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. **Subsídios para elaboração do PPA Municipal**. 2015c. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____. **RI Bolsa Família e Cadastro Único – São José dos Pinhais.** 2015d. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=412550&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601>. Acesso em: 07 out. 2015.

MONDADORE, Ana Paula Carletto. **Mondragón é aqui? Cooperativismo e internacionalização.** Campinas 2013. 2013. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000907232&fd=y>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MONDRAGÓN. **Faqs Mondragón.** 2015a. Disponível em: <<http://www.mondragon-corporation.com/eng/co-operative-experience/faqs/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

_____. **About Mondragón Corporation.** 2015b. Disponível em: <<http://aboutmondragon.tumblr.com/post/121187595392/a-mondragon-corporacao-cooperativa-e-um-grupo-de>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2010.

MTE. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.** 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

MTE/SENAES. **Termo De Referência:** Centros Públicos de Economia Solidária. 2009. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1BD139012C1BEAD9D34B86/convite_CPE_S_2009.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

NISHIMURA, Sandra Regina. Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina – Paraná. 2005. 187f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina.

NISHIMURA, Sandra Regina; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. Grupos de Geração de trabalho e Renda na Construção da economia Solidária em Londrina. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a Experiência Institucional.** Londrina: UEL, 2010, p. 153-181.

OCB. **Relatório OCB 2014.** Brasília, mar. 2015. 2015. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. **Relatório de atividades OCB 2013.** Brasília, abr. 2014. 2014. Disponível em: <http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/wp-content/uploads/2014/04/relatorio_gestao_OCB_2013.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible?. In: ALIMONDA, Héctor (comp.) **Ecologia Política.** Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189-206, 2015.

OLIVEIRA, Márcia Cristina dos Santos Barbosa de; ZANIN, Maria. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, p. 181-193, 2011.

OLIVEIRA, José Aparecido de; BEATRIZ, Marilene Zazula. **Fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária: Um Estudo de caso**. In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária - Finanças Solidárias e Desenvolvimento Territorial, 2011, São Paulo: NESOL, 2011.

PARANÁ. Governo do Estado do. **Banco do Empreendedor - Paraná Juro Zero**. 2016. Disponível

em:<<http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=236>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. **Plano estadual de economia solidária 2015 – 2019**. 2015. Disponível em: <http://www.fb.es.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1953&Itemid=18>. Acesso em: 24 jan. 2016.

PERIÓDICOS CAPES. 2015a. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL21scGx1cy5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxlbXVsdGlwbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFiJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHg9MSZmbj1zZWYyY2gmdmlkPUNBUEVT&buscaRapidaTermo=economia+solid%C3%A1ria> Acesso em 24 abr. de 2015

_____. 2015b. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL21scGx1cy5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxlbXVsdGlwbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFiJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHg9MSZmbj1zZWYyY2gmdmlkPUNBUEVT&buscaRapidaTermo=economia+solid%C3%A1ria+em+Londrina> Acesso em 24 abr. de 2015.

_____. 2015c. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL21scGx1cy5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxlbXVsdGlwbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFiJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHg9MSZmbj1zZWYyY2gmdmlkPUNBUEVT&buscaRapidaTermo=economia+solid%C3%A1ria+em+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+dos+Pinhais> Acesso em 24 abr. de 2015.

PISICCHIO, Rosely Jung. **O Trabalho das Incubadoras de Empreendimentos Solidários do Paraná**. 2014. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil**. 2015a. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/londrina_pr>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil**. 2015b. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-dos-pinhais_pr>. Acesso em: 20 out. 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA/SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal De Assistência Social 2014-2017 - Londrina - Paraná**. 2014. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/PMAS 2014-2017.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

PROCHET, Claudia Solange Hegeto. **Estudo das Possibilidades Jurídicas para Formalização dos Empreendimentos do Programa de Economia Solidária de Londrina**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO: **Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas**. Promoção Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, 2005.

RIBEIRO, Lourença Santiago; CASTRO, Diego. **Qualidade de vida no trabalho no campo da Economia Solidária: Uma análise a partir dos grupos integrantes do programa municipal de economia solidária de São José dos Pinhais**. In: IV Congresso da rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e II simpósio internacional de extensão universitária em economia solidária, 2015, Bahia: ITES, 2015.

RIBEIRO, Bolívar Alencar. **expansão da economia solidária no Sul do Brasil**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 18, p. 21-42, 2013.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

SALVI, Irene Lopes; MARTOS, Sirlei Rose; BANSI, Ana Claudia; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. O mapa dos Empreendimentos de economia Solidária de Londrina-PR. In: LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; BORINELLI, Benílson; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.) **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL, 2011, p. 73-92.

SEDS. **Fomento a Geração de Emprego e Renda**. 2015. Disponível em:<http://s.busca.pr.gov.br/search?q=cache:pHiBvHWCAnMJ:www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/seds_setores/3.ppt+ECONOMIA+SOLID%C3%81RIA&site=desenvolvimentosocial_collection&client=desenvolvimentosocial_frontend&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=desenvolvimentosocial_frontend&ie=UTF-8&access=p&oe=UTF-8> Acesso em 22 jan. 2016.

SENAES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária apresenta novas ações de divulgação**. 2014a. Boletim Informativo - Edição Especial. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/AconteceSENAES2014-SES e Atlas.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/AconteceSENAES2014-SESeAtlas.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2014b. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. **Sistema nacional de informações de economia solidária –SIES – disponibiliza nova base de dados**. 2013. Boletim Informativo - Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

_____. **Avanços e desafios para as políticas de Economia Solidária no Governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, SENAES, 2012. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%20C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%20ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf>. Acesso em 06 ago. 2015.

SENAES/MTE. **Balço da SENAES/MTE**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AF4FEB3962C74/BALANÇO AÇÕES SENAES 2011 2012.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2011.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. Por que novo desenvolvimentismo? **Rev. Econ. Polít.**, v. 27, n. 4, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação**. 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em 23 de out de 2014.

SILVA, Marilena; SERAFIM, Milena. As possibilidades e limites da Lei municipal nº 1591 no fomento da Economia Solidária para o município de São José dos Pinhais. In: Édi A. Benini; Ana Lucia Sales, Henrique T. Novaes; Mariana R. Silva. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: balanço e resumo dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, v. 3, p. 167-168.

SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Sandro Pereira. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL no 4.685/2012. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 91-100, abr. 2015. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_58_economia_02.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

SINGER, Paul. O novo pensamento econômico socialista. **Entrevista**. Fórum. São Paulo, out. 2011.

_____. **A crise capitalista e a Economia Solidária**. 2009. Disponível em <<http://economiasocialistads.blogspot.com.br/2009/03/paul-singer-crise-capitalista-e.html>>. Acesso em 11 jul. 2015.

_____. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Editora Contexto, 4ª edição, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: B. S. Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. p. 23-77. Porto: Afrontamento, 2003.

SPELL. 2015a Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=&texto%5B%5D=ECONOMIA+SOLIDARIA&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim=&qtd_reg_pagina=100>. Acesso em 24 abr. de 2015.

_____. 2015b Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=&texto%5B%5D=economia+Solid%C3%A1ria+em+Londrina&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim=>>. Acesso em 24 abr. de 2015.

_____. 2015c Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=&texto%5B%5D=economia+Solid%C3%A1ria+em+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+dos+Pinhais&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim=>>. Acesso em 24 abr. de 2015.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul** / Fabiano Mourão Vieira. - São Paulo, 2005. 456 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, USP, 2005.

VIEIRA, Marcelo Milão Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo. Milão Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-28, 2004.

ZAZULA BEATRIZ, Marilene. **Os sentidos da Economia Solidária**: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). PUC, São Paulo.

WEB OF SCIENCE. 2015a. Disponível em:

<http://apps.webofknowledge.com/summary.do?product=UA&parentProduct=UA&search_mode=GeneralSearch&parentQid=&qid=1&SID=1DZ8Xew9XHcdlneb6qb&&update_back2search_link_param=yes&page=1>. Acesso em 25 abr. de 2015.

_____. 2015b. Disponível em:

<http://apps.webofknowledge.com/Search.do?product=UA&SID=2F8Wq6YjmQM3R94z2AH&search_mode=GeneralSearch&prID=3a77798f-54d2-4f98-95f4-ffa579d2ab08>. Acesso em 25 abr. de 2015.

_____. 2015c. Disponível em:

<http://apps.webofknowledge.com/UA_GeneralSearch_input.do?SID=2F8Wq6YjmQM3R94z2AH&product=UA&search_mode=GeneralSearch&errorQid=3#searchErrorMessage>. Acesso em 25 abr. de 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143p.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008. p. 19-53.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista - Centro Público de Economia Solidária (Londrina e São José dos Pinhais – Paraná)

- 1) Fale sobre a estrutura administrativa, sobre a forma de gestão, os convênios (parcerias) e como as decisões eram (são) tomadas (PMES e/ou CPES).
- 2) Quando o programa e/ou espaço começou já havia várias cidades que apresentam este modelo; foi realizado algum estudo a respeito das potencialidades e desafios que essas cidades enfrentavam com a finalidade de servir de aprendizado? Qual o diferencial do seu município com os demais modelos ou são todos padronizados? (PMES e/ou CPES).
- 3) Quais os principais avanços e desafios ocorridos durante o período e há alguma relação com a conjuntura econômica, política e social da época? (PMES e/ou CPES).
- 4) Como você avalia a trajetória? O que mudou do início do programa/espaço até o momento? (PMES e/ou CPES).
- 5) Como você analisa a participação do governo estadual na ES?
- 6) O que você acredita que foi a principal contribuição sua e da sua equipe durante esse período?
- 7) Quais as perspectivas futuras em relação ao crescimento e expansão do PMES e/ou do CPES?
- 8) Entre realidade e expectativas, a trajetória foi essa, era o que se esperava? (PMES e/ou do CPES).

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Cargo:

Formação acadêmica:

Processo de seleção:

Há quanto tempo está no cargo:

Fale-me da sua trajetória até chegar a exercer esta função:

CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

- Fale sobre o papel que o CPES tem desempenhado para o fomento e desenvolvimento dos EES
- Características dos EES
- Como fica a ES quando a oferta de emprego cresce e a economia brasileira vive em pleno emprego? Há alteração na adesão ou extinção dos EES?

DIVERSOS

- Como é feita a divulgação do PMES e/ou dos CPES?
- Registros da trajetória do PMES e/ou do CPES? (Artigos, livros, dissertações, teses).
- Qual o vínculo com a população?
- Tem conhecimento de outras cidades que possuem o PMES e CPES dentro do estado do Paraná? Qual o vínculo com eles?
- Gostaria de complementar, algum tópico anteriormente debatido?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista – Ex-Secretário da SETS

- 1) Fale sobre o percurso da Secretária de Estado, Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) e sua atuação específica na Economia Solidária (ES).
- 2) Com a mudança de Secretária (SETS passou a ser englobada na Secretária de trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS)), quais as possíveis implicações à ES? Em sua opinião, essa descontinuidade da SETS poderá acarretar algum prejuízo ao fomento da ES? Com essa mudança o governo do estado passou a priorizar outros programas de trabalho e renda, além da ES?
- 3) Qual o balanço que o estado faz da ES no Paraná durante sua atuação?
- 4) Como o estado fomenta(va) a relação com a ES no Paraná? (Subsídio financeiro, feiras, congressos).
- 5) Quais as principais contribuições, conquistas e desafios que o estado enfrentou junto a ES?
- 6) Qual a visão do estado quanto a assuntos controversos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tais como baixa renda *per capita*, processo de incubação permanente, assistencialismo/terapia ocupacional?
- 7) Qual a sua visão sobre a potencialidade futura da ES no estado.
- 8) As diretrizes básicas para o Programa Municipal de Economia Solidária (PMES) são repassadas pela SENAES, mas muitas dessas são adaptadas de acordo com o município. Existe interferência por parte do governo do estado do Paraná neste processo?
- 9) A SETS busca(va) a integração dos municípios que possuem o PMES? Como era feito essa integração?
- 10) Quanto ao desenvolvimento e influência dos Centros Públicos de Economia Solidária (CPES) que surgiram como um espaço para agregação das diversas iniciativas do campo da ES, o estado exerce(ia) algum tipo de intervenção ou interação com o mesmo?
- 11) Em específico aos PMES de Londrina e São José dos Pinhais, qual o tipo de contato ou influência exercida pelo estado nessas cidades?

Gostaria de complementar, algum tópico anteriormente debatido?

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Cargo:

Formação acadêmica:

Tempo de permanência no cargo?

Conte-me como foi sua experiência em assumir como secretário da SETS.

APÊNDICE C

Termo de Consentimento de Pesquisa

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO DE PESQUISA

Prezado senhor (a) _____, agradecemos desde já sua disposição em nos encontrar. Gostaríamos de convidá-lo a colaborar na realização da pesquisa descrita neste formulário. Por favor, leia o texto que segue. Antes de tomar a decisão final sobre sua colaboração, não hesite em fazer à equipe de pesquisa todas as perguntas que julgar necessárias. Se o senhor (a) aceitar participar da pesquisa, a equipe de pesquisa conservará consigo o original deste formulário assinado e lhe enviará uma cópia.

Tema da pesquisa: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Composição da equipe de pesquisa: **Priscila Terezinha Aparecida Machado**, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. Correio eletrônico: priscilamch@hotmail.com

Descrição da pesquisa:

Esta pesquisa tem por tema: **CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE TEMPORAL DE 2007 A 2015**

Objetivo

A aplicação desse Roteiro de Entrevista tem como objetivo geral Analisar a atuação dos Centros Públicos de Economia Solidária e a sua continuidade no estado do Paraná.

Têm-se ainda como objetivos específicos

- e) Descrever o processo histórico de constituição do Centro Público de Economia Solidária nos municípios estudados;
- f) Verificar as dificuldades e/ ou elementos facilitadores que ocorreram durante todo o processo;
- g) Entender a participação do Governo do estado do Paraná na atuação e continuidade desses Centros Públicos de Economia Solidária;
- h) Realizar um comparativo entre os Centros Públicos de Economia Solidária do Paraná, bem como suas alterações de discurso confrontando as expectativas com a realidade atual.

Não hesite em entrar em contato diretamente conosco sobre toda e qualquer questão a respeito desta pesquisa.

Muito obrigado!

Priscila Terezinha Aparecida Machado

Consentimento a assinar:

Participação na entrevista (para assinar antes da entrevista)

Após ter lido e entendido o texto precedente e ter tido a oportunidade de receber informações complementares sobre o estudo, eu aceito, de livre e espontânea vontade, participar da(s) entrevista(s) de coleta de dados para esta pesquisa para a discente **Priscila Terezinha Aparecida Machado**.

Eu sei que eu posso me recusar a responder a uma ou outra das questões se eu assim decidir. Entendo também que eu posso pedir o cancelamento da entrevista, o que anulará meu aceite de participação e proibirá o pesquisador de utilizar as informações obtidas comigo até então.

Local: _____ Data: _____	Pessoa entrevistada Nome: _____ Assinatura: _____ <hr/> Entrevistadora Nome: Priscila Terezinha Aparecida Machado Assinatura: _____
---	--

Autorização de citação do nome do(a) entrevistado(a) e do nome de minha organização:

Eu autorizo **Priscila Terezinha Aparecida Machado** a revelar meu nome e o nome de minha empresa nos artigos, textos e dissertação que redigirão a partir da pesquisa da qual trata este formulário de consentimento.

Nome do participante: _____

Nome da empresa: _____

Função do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: _____

Este texto tem por finalidade assegurar os direitos dos colaboradores na pesquisa quanto a questões éticas. Qualquer sugestão, reclamação ou solicitação pode ser diretamente encaminhada à equipe de pesquisa. Para contato com o programa: telefone (43) 3371-4000.